

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

BRUNO AUGUSTO DA SILVA

DEUS E O DIABO NA TERRA DA SOJA:

Um recorte sobre as relações hegemônicas na produção cultural de Dourados/MS

Dourados/MS

2021

BRUNO AUGUSTO DA SILVA

DEUS E O DIABO NA TERRA DA SOJA:

Um recorte sobre as relações hegemônicas na produção cultural de Dourados/MS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados para obtenção do Título de Mestre em Sociologia.

Área de Concentração: Sociologia.

Orientador: Professor Dr. Walter Roberto Marschner

Dourados/MS

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S586d Silva, Bruno Augusto Da
DEUS E O DIABO NA TERRA DA SOJA: Um recorte sobre as relações hegemônicas na produção cultural de Dourados/MS [recurso eletrônico] / Bruno Augusto Da Silva. -- 2021.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Walter Roberto Marschner.
Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2021.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. hegemonia. 2. produção cultural. 3. UFGD. 4. cultura. 5. agronegócio. I. Marschner, Walter Roberto. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

BRUNO AUGUSTO DA SILVA

DEUS E O DIABO NA TERRA DA SOJA:

Um recorte sobre as relações hegemônicas na produção cultural de Dourados/MS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados para obtenção do Título de Mestre em Sociologia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Walter Roberto Marschner
Programa de Pós-Graduação em Sociologia / UFGD
Presidente

Prof. Dr. Marcos Antonio da Silva
Programa de Pós-Graduação em Sociologia / UFGD

Prof. Dr. Gil de Medeiros Esper
Curso de Artes Cênicas/ FACAILE / UFGD

Ao meu avô Nico (*in memoriam*), que sempre acreditou que estudar era o único caminho possível pra ser realmente livre.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor Walter, agradeço a disponibilidade de enfrentar esse desafio junto comigo, sobretudo por acreditar nesse orientando de outra área e na relevância do tema, assim como por se dedicar para que a pesquisa decorresse da melhor forma possível.

Agradeço aos meus avós, Cacilda e Nico, por terem me proporcionado o privilégio de uma educação de boa qualidade, em casa e na escola, sem a qual não teria chegado até aqui. Também agradeço aos meus pais, que dentro das possibilidades de cada um, se esforçaram para que me tornasse uma pessoa íntegra e com responsabilidade.

Agradeço aos meus irmãos Breno, Brenda e Tuei que estiveram comigo nos momentos mais difíceis da minha vida e que me orgulham por alcançarem uma graduação humana que nenhuma academia seria capaz de proporcionar. Amo vocês!

Agradeço à UFGD, que me acolhe desde 2006, primeiramente como aluno de graduação, depois como técnico administrativo e agora como mestre em sociologia. São orgulhosos 15 anos de vínculo, que me fizeram escolher-la como um dos temas principais dessa pesquisa e que ainda me fazem acreditar no poder transformador da educação pública, gratuita e de qualidade. Que esse período nefasto, de intervenções e desmontes, iniciado em 2019, possa se encerrar em breve para que possamos retomar os caminhos da democracia e da cultura em busca de uma nova configuração social, longe do alcance dos golpistas.

Agradeço imensamente ao meu amigo, Gil, que me acolheu pessoalmente e profissionalmente, me fez uma pessoa apaixonada pela arte e por tudo que ela representa em nossa vida, e que me honra com sua participação em minha banca de defesa.

Agradeço meus colegas de trabalho na FACALE, em especial ao querido amigo Rodrigo Bento, por ter assumido as demandas do setor durante meu afastamento e por sua contribuição efetiva na produção cultural de Dourados.

Agradeço a minha chefia imediata e amiga, Carla Avila, pelo carinho e atenção de sempre e por entender a importância da qualificação e concordar com meu afastamento mesmo com uma equipe pequena e no início de uma gestão.

Agradeço ao PPG Sociologia pela oportunidade de realizar esta pesquisa e por me acolher com tanto carinho. Agradeço os colegas técnicos-administrativos, em especial ao José e ao Rafael que sempre estiveram dispostos a realizar um atendimento humanizado e atento. Também agradeço aos demais trabalhadores terceirizados que se dedicam no cotidiano da FCH.

Agradeço aos professores do PPG Sociologia em especial a professora Alzira Menegat pela disciplina ministrada, pela participação na banca de qualificação e pelas contribuições relativas ao trabalho.

Agradeço aos meus colegas da turma 2019 do PPG Sociologia pelo apoio, convivência e confraternizações, e pelas diversas contribuições acadêmicas que enriqueceram substancial-

mente meus estudos.

Agradeço ao Professor Marcos Antônio por atender prontamente ao convite para estar na minha banca de defesa e pelas contribuições que agrega à presente pesquisa.

Agradeço à Éveli, pelo companheirismo, carinho e afeto nessa tão difícil reta final da pesquisa, me mostrando o quão importante é aproveitarmos cada momento do caminho das jornadas e não exatamente seus finais. Esse é só mais um passo pra longe de ser invisível. Mui-to obrigado.

Agradeço aos meus amigos queridos que estiveram comigo em toda a trajetória que me trouxe até aqui e ocuparam o papel de uma família pra mim. Além de companheiros maravilhosos de vida, ainda atuaram decisivamente para que Dourados tivesse uma produção cultural forte e acessível. Camila, Raique, Thais obrigado por tudo. Em especial, agradeço à Thays, não só por ser responsável direta pela minha entrada neste programa, mas também por todos os anos de cumplicidade juntos, que me fizeram compreender a importância de se enxergar o mundo sob um olhar mais sociológico. Obrigado!

Por fim, agradeço a todos os técnicos, artistas, produtores e trabalhadores que lutam e resistem bravamente para manter ativo o cenário da produção cultural de Dourados, especialmente aos que puderam contribuir com a pesquisa, respondendo o questionário online ou concedendo entrevista. Entre esses colegas do setor cultural um agradecimento especial para Gina, José Parente, Emmanuel Marinho, Graciela, Arami, Gicelma, Célia e Romário por contribuírem com a pesquisa e também por participarem de minha trajetória profissional em Dourados. Espero que os trabalhadores da cultura locais possam ter acesso e se utilizar este trabalho de alguma maneira. Muito Obrigado a todos e todas!

O medo é a pequena morte que leva à aniquilação total. Enfrentarei meu medo. Permitirei que passe por cima e através de mim. E, quando tiver passado, voltarei o olho interior para ver seu rastro. Onde o medo não estiver mais, nada haverá. Somente eu restarei.

Frank Herbert

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo descrever e analisar como se constituem as relações hegemônicas no município de Dourados/MS sob o recorte dialético da participação do agronegócio e da tentativa de contraponto da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, dentro do cenário da produção douradense até 2018. Destaca-se a necessidade de entender a estrutura e a narrativa que formaram a sociedade de Dourados e sua disposição cultural, de compreender quais dinâmicas levaram o agronegócio a assumir o controle da hegemonia douradense e como ele atuou na produção cultural da cidade, e de ouvir os agentes que atuaram no contraponto desse mesmo cenário, sob o pondo de vista da UFGD. Para tal, baseando-se nos conceitos teóricos de hegemonia e da indústria cultural, trazidos por Antônio Gramsci, Theodor Adorno e Max Horkheimer, realizou-se uma pesquisa sobre as formas de atuação do agronegócio no campo da comunicação e cultura articulada com o levantamento historiográfico e análise de dados sobre suas ações através de entidades públicas e privadas e nas principais mídias locais. Em contrapartida o desempenho da UFGD foi analisado por meio de entrevistas com seus representantes culturais, dados quantitativos levantados através de questionário online junto aos trabalhadores da cultura locais e pesquisa documental nos registros da instituição. Constatamos, então, que o cenário da produção cultural douradense sofreu interferência dos dois agentes supracitados, seja pelo ampliado e diversificado número de instrumentos culturais usados em favor ao agronegócio, seja na desconstrução desse discurso dominante, apresentada pelas vozes dos representantes da UFGD, apontando para uma necessidade de fortalecimento das políticas culturais e de um plano de cultura estruturado na disputa pelo consenso social em Dourados.

Palavras Chave: hegemonia; produção cultural; UFGD; cultura; Dourados; agronegócio

ABSTRACT

This research aimed to describe and analyze how the hegemonic relations are constituted in the city of Dourados/MS under the dialectical cut of the participation of agribusiness and the attempt of counterpoint of the Federal University of Grande Dourados - UFGD, within the scenario of production in Dourados until 2018. The need to understand the structure and narrative that formed the society of Dourados and its cultural disposition is highlighted, to understand what dynamics led agribusiness to take control of the Dourados hegemony and how it acted in the cultural production of the city, and of listen to the agents who acted in the counterpoint of this same scenario, from the point of view of UFGD. To this end, based on the theoretical concepts of hegemony and cultural industry, brought by Antônio Gramsci, Theodor Adorno and Max Horkheimer, a research was carried out on the forms of agribusiness in the field of communication and culture articulated with the historiographical survey and analysis of data about its actions through public and private entities and in the main local media. On the other hand, UFGD's performance was analyzed through interviews with its cultural representatives, quantitative data collected through an online questionnaire with local cultural workers and documentary research in the institution's records. We found, then, that the scenario of cultural production in Douro was interfered with by the two aforementioned agents, either by the expanded and diversified number of cultural instruments used in favor of agribusiness, or in the deconstruction of this dominant discourse, presented by the voices of UFGD representatives, pointing to a need to strengthen cultural policies and a structured culture plan in the dispute for social consensus in Dourados.

Keywords: hegemony; cultural production; UFGD; culture; agribusiness; Dourados.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Recursos ofertados pelos editais da Coordenadoria de Cultura da UFGD (2013 -2018)

Tabela 2 – Identificação dos Representantes Entrevistados

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Monumento ao Colono (Mão do Braz)

Figura 2 – Imagens da Orquestra UFGD

Figura 3 – Imagens dos Shows de Aniversário da UFGD

Figura 4 – Imagens dos Shows de Encerramento da Mostra Audiovisual de Dourados

Figura 5 – Gráfico faixa etária

Figura 6 – Gráfico grau de escolaridade

Figura 7 – Gráfico fonte de renda individual

Figura 8 – Gráfico áreas culturais

Figura 9 – Gráfico funções específicas na área

Figura 10 – Gráfico rejeição a recurso privado

Figura 11 – Gráfico incentivo do setor privado

Figura 12 – Gráfico recursos do setor privado por setor

Figura 13 – Gráfico vinculação com a UFGD

Figura 14 – Gráfico grau de contribuição da UFGD - Formação

Figura 15 – Gráfico grau de contribuição da UFGD – Eventos Culturais

Figura 16 – Gráfico grau de contribuição da UFGD – Espaços, equipamentos e suporte técnico

Figura 17 – Gráfico participação em editais de incentivo – UFGD

Figura 18 – Gráfico participação em editais de incentivo - Estaduais

Figura 19 – Gráfico participação em editais de incentivo – Municipais

LISTA DE SIGLAS

CAND - Colônia Agrícola de Dourados

CEUD - Centro Universitário de Dourados

CMD - Colônia Agrícola Municipal de Dourados

COC – Coordenadoria de Cultura

COVID 19 - Coronavírus

DEM – Democratas

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

FECOMERCIO MS - Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul

FESDOM – Festival Douradense de Música

FIC/MS - Fundo de Investimentos Culturais do Mato Grosso do Sul

FIP - Fundo Municipal de Investimentos à Produção Artística e Cultural

FIT – Festival Internacional de Teatro de Dourados

FPA - Frente Parlamentar da Agropecuária

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IC - Indústria Cultural

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAD – Mostra Audiovisual de Dourados

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEC – Ministério da Educação

MinC – Ministério da Cultura

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PIB - Produto Interno Bruto

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PP – Partido Progressistas

PR – Partido da República

PT - Partido dos Trabalhadores

PROEX - Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

UFCA – Universidade Federal do Cariri

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. A MÍTICA ESTRADA DE TIJOLOS DOURADOS: a cultura e os caminhos que levaram a construção do mito do pioneirismo douradense.....	22
1.1 Um preâmbulo: qual cultura analisamos?	24
1.2 Breve contexto histórico e cultural sobre o surgimento do município de Dourados	26
1.3 A Marcha para Oeste como estratégia narrativa do Estado Novo	28
1.4 Pioneirismo douradense: o nascimento do “mito”	32
O “mito pioneiro” a serviço das classes dominantes	38
2. AGRO É TECH, AGRO É POP, AGRO É HEGEMÔNICO: a hegemonia do agronegócio brasileiro e suas implicações na indústria cultural.....	43
2.1 A consolidação hegemônica do agronegócio brasileiro.....	45
Do bloco histórico à hegemonia gramsciana	47
Atuação dos intelectuais orgânicos e dos aparelhos privados de hegemonia	54
2.2 A Indústria Cultural como ferramenta de legitimação hegemônica	61
Agro é pop! As mídias e a publicidade na influência sobre as massas.....	63
Dominação e alienação através da produção artística	69
3. OS CAÇADORES DA ARTE PERDIDA: as fissuras culturais na estrutura hegemônica do agronegócio, sob a perspectiva da UFGD	76
3.1 A criação e a atuação da UFGD na construção de um contraponto cultural douradense.....	79
3.2 A atuação da UFGD pelas vozes do(a)s organizadore(a)s da cultura	89
Os representantes da UFGD: de onde vem as vozes que colaboraram	90
A produção cultural douradense pelos seus trabalhadores.....	93
3.3 “Prefiro arte que pasto”: Dourados e a indústria cultural sob o olhar artístico	97
3.4 É política cultural, mas é pública? o papel da universidade e a capacidade de construção coletiva na área da cultura	103
3.5 Procurando pelas fissuras: a atuação da UFGD e as perspectivas de transformação social por meio da produção cultural	122
4. Considerações Finais	128
Bibliografia	132
ANEXO A - Questionário para entrevista dos Representantes da UFGD - Coordenadoria de Cultura.....	142
ANEXO B - Questionário para entrevista dos Representantes da UFGD - Artes Cênicas.	143
ANEXO C - Questionário online para Trabalhadores da Cultura.	144

INTRODUÇÃO

Ao tomar posse como servidor público na Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD me deparei com o desafio de iniciar minha jornada como técnico administrativo em um setor no qual tinha pouco conhecimento prático e teórico, a Coordenadoria de Cultura. Acontece que, após 10 anos de aprendizagem e trabalho intenso com a produção cultural douradense, uma série de sentimentos e inquietações passaram a me atravessar sobre o cenário artístico-cultural vivenciado pelo município. Essas dinâmicas, somadas a atuação participativa cada vez maior no mercado artístico e também nas entidades representativas como conselho de cultura e fórum municipal de cultura de Dourados, me proporcionaram um olhar sobre os aspectos subjetivos que se constituíam para além do espaço da atuação da universidade.

Como minha formação acadêmica¹ se difere das áreas de produção cultural e das ciências sociais, fui tomado pelo conhecimento empírico que adquiria a cada produção realizada no âmbito cultural da cidade. Em meio à essas práticas crescia o interesse pelo entendimento mais aprofundado das questões que permeiam a relação da sociedade com a produção cultural a sua volta. O fato de ser natural de Dourados e de estar inserido no ambiente da UFGD me fizeram adotar esses parâmetros como minhas principais referências na busca por respostas e consequentemente por mais perguntas.

Seguindo o caminho traçado pelos meus questionamentos, assumi um novo desafio de tentar conciliar a sabedoria prática, adquirida no percurso da produção, com o embasamento teórico, proporcionado pelo programa e pela pesquisa de mestrado em sociologia, em busca de uma compreensão mais abrangente sobre as conjecturas que perpassavam minhas aflições.

A partir de então iniciei o processo de pesquisa para elaboração deste trabalho com foco voltado a compreender os hábitos e as construções simbólicas que envolvem o histórico da produção cultural douradense e como o surgimento da UFGD reverberou sobre esses aspectos. Contudo, o contato com algumas das teorias sociológicas clássicas e contemporâneas ajudaram a ampliar o horizonte da referida análise, tais como os pensamentos de Marx, Antônio Gramsci, Theodor Adorno e Max Horkheimer. Ao adicionar novas camadas à discussão inicial pude perceber a associação imbricada dessas temáticas com as relações de poder dentro das sociedades.

Dessa forma, me deparei com a importância de se realizar um estudo baseado nessas ideias para o município e região. Devido à carência de trabalhos na área, não só locais como também nacionais, existe uma necessidade latente no desenvolvimento de pesquisas relacionadas a arte e a cultura e seus desdobramentos para a organização social dos diversos setores da sociedade civil encontrados em Dourados. Através desse estudo, poderemos ampliar a compreensão sobre os variados aspectos que envolvem a produção cultural douradense, bem como as intervenções

1 Me formei bacharel em Sistemas de Informação pela UFGD em 2012.

derivadas das políticas públicas e das relações de poder que atravessam a comunidade e a cultura do referido território.

A estrutura proposta para este trabalho reflete as referências pessoais do autor na escolha dos títulos da dissertação e de cada capítulo. Fazendo alusão a obras audiovisuais e publicitárias do cinema e da TV, os referidos enunciados trazem descrições alegóricas sobre temáticas apresentadas pelo trabalho, as quais são apresentadas no decorrer do texto. Essa escolha representa alguns dos objetivos propostos ao trazer uma perspectiva artística, para além da sociológica, ao mesmo tempo que se preocupa em ter um conteúdo de fácil compreensão e que possa ser acessível para a comunidade externa a universidade.

Tendo em vista a dura realidade econômica e social vivenciada por grande parte dos artistas, arte-educadores, técnicos e produtores culturais, dentro das suas atividades profissionais no âmbito da cultura, é mais do que justo que eles possam ter conhecimento sobre o contexto em que estão inseridos, sobre os aspectos que cercam as relações hegemônicas a sua volta e o quanto elas interferem no desempenho de seu trabalho.

Começo então a minha reflexão sobre a pesquisa a partir do tema apresentado em seu título. Em 1964, o cineasta Glauber Rocha lançava uma das obras primas do cinema nacional intitulada “*Deus e o Diabo na Terra do Sol*”. Esse clássico do *Cinema Novo*² trazia um enredo repleto de embates ideológicos que permeavam o imaginário de seus personagens principais. Recheado de alusões aos conflitos sociais presentes na realidade brasileira a trama trazia para tela, em suas diversas nuances, as disputas pelo poder e pelos discursos dominantes. Logo, a escolha por referenciar o filme supracitado no título deste trabalho, além de homenagear uma obra artística conceituada e com potencial transformador, se justifica pela alegoria utilizada para representar a presença da dialética dentro de umas das discussões centrais desta pesquisa, as *relações hegemônicas*.

Seja pelo sermão messiânico do líder religioso Sebastião ou pelo discurso colérico do cangaceiro Corisco, representado Deus e o diabo, respectivamente, os personagens principais da película, Manoel e Rosa, estão a mercê das narrativas que lhes são apresentadas. Assim como o argumento do filme apresenta, estamos o tempo todo submetidos a disputa de nossa atenção e consentimento pelos personagens e discursos que nos rodeiam.

Trazendo a analogia para o recorte estabelecido como tema dessa dissertação, ao nos remetermos ao contexto da produção cultural de Dourados, encontramos os indivíduos que formam a sociedade douradense como protagonistas e os discursos da elite do agronegócio e da classe artístico cultural da região na disputa pelo consenso dessa população.

Contudo, essa correlação com a referida obra cinematográfica não tem intenção de

2 Cinema Novo é um movimento cinematográfico brasileiro, predominante entre os anos 1960 e 1970, influenciado por outros movimentos cinematográficos internacionais, como Neorealismo italiano e pela Nouvelle Vague francesa, que atingiu seu auge após o golpe militar de 1964 e foi marcado pelo descontentamento de um grupo de cineastas com relação às questões políticas e sociais do país.

estabelecer qualquer comparação ou julgamento sobre os valores morais dos personagens que disputam o poder no cenário douradense. Não seria, portanto, o agronegócio o grande representante do mal, apesar de suas intervenções perversas na desigualdade social e no meio ambiente, como também não interessa a essa leitura de que a UFGD, artistas, produtores e profissionais da cultura se traduzam como baluartes da bondade e da pureza. O próprio filme mostra que essa visão maniqueísta não condiz com a realidade das relações sociais que vivenciamos. Tanto que também poderíamos inverter essa perspectiva ao relacionarmos o poderoso potencial hegemônico do agronegócio como um Deus onipresente e a resistência artística e cultural como o diabo tentando disputar o máximo de “almas” que pudesse dentro das suas condições mundanas.

Acontece que o presente trabalho direciona seu olhar para as dinâmicas que envolvem as relações de poder no âmbito da disputa pela *hegemonia*. Enquanto referência ao filme, para além da discussão moral e religiosa estabelecida entre Deus e o diabo, nos interessa a análise sobre as ações exercidas, por ambos os lados desse embate, na busca por um consentimento coletivo que os legitime. Tal como acontece no duelo ficcional, o cenário douradense evidencia um confronto de ideias no campo da produção cultural do município. De um lado as figuras dominantes ligadas ao agronegócio e todo o aparato estrutural e superestrutural que acompanham seu papel hegemônico na região. Do outro lado o conjunto de grupos, indivíduos e instituições públicas e privadas que atuam pelo campo da cultura visando desconstruir o discurso dominante na direção de uma possível redemocratização cultural emancipatória. Dessa maneira, assim como propõe a obra de Glauber Rocha, podemos apresentar, de forma dialética, tese e antítese das relações hegemônicas na produção cultural douradense, a partir de um determinado recorte.

Partindo dessa premissa, a busca pela síntese dessa complexa construção dialética está intimamente ligada ao entendimento conceitual sobre essas tais *relações hegemônicas*. Para compreendermos a essência contida nessas relações nos debruçaremos sobre o embasamento teórico trazido pelo pensamento do autor italiano Antonio Gramsci. Baseado nos conceitos de bloco histórico, hegemonia, intelectuais orgânicos e aparelhos privados de hegemonia apresentados por Gramsci, nos preparamos para discutir como essas relações hegemônicas são empregadas no âmago das sociedades e quais suas reverberações no contexto social proposto como recorte dessa pesquisa.

A partir do momento que tomamos consciência sobre os meandros que envolvem a disputa pela *hegemonia*, entendemos mais sobre as dinâmicas que se estabelecem entre os diversos grupos sociais que formam a sociedade. Pois caberia a esses grupos se organizarem de modo a elaborar uma visão do mundo que consiga adesões de outras camadas, sendo acolhida pelo maior número possível de componentes da sociedade e assegurando aos indivíduos uma direção “mais correta” para solução dos problemas que urgem no seio da coletividade. Para compor essa visão, o controle das representações, signos e ideias que formam as condições

imateriais desses grupos, na visão gramsciana, tem tamanha ou até maior importância que as condições de produção e reprodução material. O processo de disputa pela hegemonia não estaria condicionado somente à dominação dos meios de produção, mas também pelo controle sobre o consenso social. Tal consenso seria conquistado através das manifestações simbólicas e subjetivas que formam a cultura das sociedades.

Desse modo, convencer outros grupos a participar do projeto moral, político e cultural que um certo ponto de vista propõe, seria a alternativa “passiva” para um grupo social tornar-se verdadeiramente hegemônico. Para Raymond Williams, pensador que também trabalha com os estudos culturais e da hegemonia, conceitos como “domínio”, “cultura” e “ideologia” ganharam outras facetas aos olhos de Gramsci em suas conjecturas sobre a hegemonia.

Prosseguido com esse raciocínio, ao compreendermos as estruturas que condicionam as relações de poder, bem como os conceitos que nos ajudarão a elucidar as dinâmicas envolvidas nessas relações, partimos então para identificar qual seriam as perguntas que norteiam a proposta apresentada por essa pesquisa.

Como o agronegócio se consolidou no papel hegemônico no país e principalmente na realidade cultural de Dourado? A UFGD teve papel relevante nesse cenário através de suas ações e políticas públicas? Existe perspectiva para uma nova configuração das relações hegemônicas?

Esses questionamentos apontam para a hipótese central deste trabalho que identifica uma disputa pela hegemonia voltada ao cenário da produção cultural douradense, na qual o agronegócio aparece como grande representante dos interesses da classe dominante, enquanto grande parte dos artistas e demais trabalhadores do campo da cultura, se apresentam como representantes de um discurso de contraponto por parte das classes dominadas. Em meio as relações hegemônicas que envolvem essa disputa, identificaremos os indivíduos e entidades que tem papel fundamental dentro da organização social e que agem diretamente nessa correlação de forças, com enfoque particular sobre a atuação da UFGD dentro desse contexto.

Caberia, então, refletirmos sobre as estratégias e ações presentes na atuação da UFGD, no âmbito das relações hegemônicas, com intuito de tentar extrair conclusões sobre a efetividade das mesmas, através da perspectiva emancipatória trazida pelos conceitos gramscianos.

Nesse sentido, ao considerarmos o cenário das relações hegemônicas douradenses, o presente trabalho pretende estabelecer um recorte temático e temporal identificado na configuração dialética que envolve a hegemonia alcançada pelo agronegócio na região e o contraponto protagonizado pela UFGD, na sua tentativa de criar algumas “fissuras” nessa consolidada estrutura de dominação, sob a perspectiva da produção cultural local.

Como as relações hegemônicas apresentam um quadro amplo de estudos e possibilidades e diversos outros agentes envolvidos na disputa pela hegemonia, o trabalho optou por segmentar sua análise especificamente através desses dois pontos de vista devido as limitações de tempo e capacidade de abrangência trazidas por uma pesquisa de mestrado.

Em relação ao seu recorte temporal a pesquisa pretende contemplar o período correspondente a criação e consolidação do município e da sociedade douradense em concomitância ao processo de fortalecimento hegemônico do setor do agronegócio no país, e principalmente na referida região. Do mesmo modo, o contraponto dialético, apresentado pela pesquisa na disputa pela hegemonia, pretende abranger o contexto da produção cultural em Dourados nesse período, com enfoque ao surgimento da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD até o momento da intervenção antidemocrática do governo federal em sua gestão, ocorrida em junho de 2019 (MORENO, 2019). Dessa maneira, como o trabalho não irá considerar nenhuma das ações após o período de intervenção na referida universidade, por não as considerar legítimas, somente serão reconhecidas as ações executadas até o ano de 2018, estabelecendo assim o recorte temporal proposto pela pesquisa.

Como os primeiros capítulos da pesquisa abordarão o contexto histórico envolvendo a formação da sociedade de Dourados e a consolidação do setor do agronegócio como potência hegemônica, será necessário realizar um levantamento documental e bibliográfico no sentido de incorporar à essa discussão historiográfica os diversos conceitos e dinâmicas presentes os estudos gramscianos das relações hegemônicas.

A partir do recorte temporal e temático e também da conceituação trazida pela discussão inicial, a pesquisa de campo proposta pelo presente trabalho estará voltada ao cenário da produção cultural douradense, de modo entender o papel e os discursos dos agentes que atuam no campo dissonante a hegemonia vigente, sob a ótica da atuação da UFGD nessa dinâmica. Para tanto, utilizará uma metodologia mista que se valerá de dados quantitativos e qualitativos na busca pelas respostas às hipóteses levantadas.

Em termos quantitativos será realizada pesquisa documental que abarcará um levantamento de dados relacionados aos incentivos culturais e os respectivos valores disponibilizados dentro pela esfera do poder público, especificamente ligados às ações da UFGD. Já sob a perspectiva de como essas ações e incentivos são recebidos pela sociedade, será aplicado um questionário *online* voltado aos artistas e profissionais da área da cultura em Dourados, de modo a tentar mensurar o alcance que essas políticas públicas tiveram dentro do âmbito da produção cultural local.

A abordagem qualitativa envolverá entrevistas estruturadas e semiestruturadas com representantes ligados à Coordenadoria de Cultura - COC da UFGD e ao curso de Artes Cênicas da universidade, com o intuito de analisar o discurso desses indivíduos no sentido de encontrar conexões entre esses pensamentos com a teoria gramsciana das relações hegemônicas.

Isto posto, se coloca cada vez mais a necessidade de ampliar as análises e articular as esferas de conhecimento que muitas vezes aparecem dissociadas como é o caso da política, da economia e da cultura, por parte daqueles que buscam compreender a totalidade do processo de hegemonia e dominação que está em curso no município de Dourados/MS e na sociedade

como um todo. Dessa maneira esse trabalho se insere dentro de uma linha de pesquisa que se desenvolveu a partir das atividades práticas dentro dos campos da arte, da cultura e da produção cultural. Esses debates e estudos ganharam o embasamento teórico sociológico para desenvolver a pesquisa construída através desta dissertação.

Do ponto de vista da exposição do tema, o texto da dissertação será organizado em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais.

Seguindo uma lógica dialética que pretende mostrar duas perspectivas opostas na disputa pela hegemonia, a distribuição dos capítulos apresenta uma disposição cronológica dessa correlação de forças, cuja etapa inicial procura contextualizar a trajetória da sociedade douradense, por meio de suas narrativas e simbologias, para que essa reflexão nos leve a um segundo momento no qual poderemos compreender como essas dinâmicas resultaram na configuração na atual, do ponto de vista de quem hoje detém a hegemonia. Esclarecidos sobre o contexto local e as estratégias do campo hegemônico, num terceiro momento voltamos nosso olhar para a esfera oposta dessa relação procurando compreender como se dão os processos no âmbito dos agentes que tentam se colocar na disputa pelo consenso da população.

Dessa maneira, o primeiro capítulo apresenta como ponto de partida o desenvolvimento do conceito de cultura, que será utilizado pela pesquisa, para que então possamos contextualizar o leitor sobre o quadro histórico e historiográfico que constituiu a sociedade de Dourados, no qual voltamos nosso olhar para as circunstâncias que envolveram o processo de ocupação de seu território, nas primeiras décadas do século XX, e tentar encontrar os aspectos que contribuíram para a construção de uma mítica narrativa memorialista reproduzida por sua população, com o passar das gerações, na direção de um perspectiva hegemônica atrelada ao setor do agronegócio.

Dado a apresentação inicial sobre o contexto douradense, o segundo capítulo parte para a análise das reações hegemônicas sob o ponto de vista do agronegócio, buscando entender as dinâmicas que o levaram a posição de hegemonia em Dourados, bem como em todo país. A partir de um referencial teórico amparado por pensadores como Gramsci e Adorno, serão discutidas as ferramentas utilizadas pelo setor rural na manutenção de sua hegemonia o como o mesmo se relaciona com contexto da produção cultural em Dourados e no país.

O terceiro capítulo trará a perspectiva de contraponto na relação de disputa pela hegemonia, através da análise dos dados levantados pela pesquisa de campo, baseada nas ações, projetos e incentivos trazidos pela UFGD para o campo da produção cultural local. Essa análise de dados se somará aos conceitos gramscianos que norteiam as discussões trazidas pelo presente trabalho no intuito construir uma representação do quadro formado pelos agentes atuaram nessa frente

Por fim, nas considerações finais, elencamos algumas ponderações que foram surgindo ao longo desse processo de estudo e pesquisa, e que podem ajudar a interpretar com mais profundidade este fenômeno. Esperamos, assim, que essas reflexões possam subsidiar as análises

e a práxis dos agentes que atuam no cenário cultural douradenses, em especial sob o prisma do trabalho exercido pela universidade, em meio a essa batalha por um novo consenso social, frente ao poderoso arsenal hegemônico ostentado pelo agronegócio.

capítulo 1

A MÍTICA ESTRADA DE TIJOLOS DOURADOS

A cultura e os caminhos
que levaram à construção
do mito do pioneirismo
douradense

DOURADOS 17Km
SE FOR DO SUL, VÁ NA PAZ



Neste primeiro capítulo vamos contextualizar o leitor sobre a história e historiografia que levaram ao surgimento da ordem social que se estabelece hoje no município de Dourados/MS. Essa discussão inicial se mostrará essencial para analisarmos as relações de poder entre duas visões culturais distintas que serão debatidas com base nos recortes sociais apresentados nos dois próximos capítulos. Isso porque, ao estudarmos a disposição das relações hegemônicas em determinado local, necessitamos examinar de maneira mais aprofundada os conceitos sobre os quais se alicerçam o pensamento de tal sociedade. Dessa forma só poderemos ampliar nossa visão sobre as dinâmicas que envolvem a produção cultural douradense e a disputa pela sua hegemonia, a partir do entendimento e da reflexão sobre as perspectivas culturais que formaram e ainda formam os indivíduos e a sociedade de Dourados.

Contudo antes de iniciarmos essa jornada pelos meandros da constituição da ordem social em Dourados, precisamos teorizar e refletir sobre as significações do conceito base deste trabalho, a cultura. Pois será a partir desse entendimento que se alicerçarão as discussões que permearão toda a pesquisa aqui proposta. Nessa tarefa somos subsidiados pelas teorias de Raymond Williams (1992) e Isaura Botelho (2001).

Partindo de um referencial teórico abrangente a pesquisa buscar analisar, por meio de autores da historiografia local como Osvaldo Zorzato (1998), Walter Luiz Betoni (2002) e Marisa Bittar (1999), o contexto sociocultural e as circunstâncias que envolveram o surgimento do município Dourados/MS. Assim como amplia seu ponto de vista ao analisar o panorama social e político que o país vivenciava naquele mesmo período. Embasado nas reflexões de autores como Joe Foweraker e Maria Júlia Goldwasser (1981), Alcir Lenharo (1986) e Suzana Naglis (2014) podemos aprimorar nossa compreensão sobre a *Marcha para Oeste*, como política de expansão da fronteira agrícola nacional estimulada pelo Estado Novo, e sua implicação local com a criação da Colônia Agrícola de Dourados – CAND.

Ao compreendermos o contexto histórico e social que envolve a ocupação do território douradense, voltamos nosso olhar aos aspectos simbólicos e imateriais que se constituem ao longo da trajetória daquela sociedade. A análise sobre a construção dos discursos e narrativas de cunho mítico, voltadas à valorização do pioneirismo, tem apoio em autores como Alfredo Bosi (1992), Walter Marschner (2011) e Aníbal Quijano (2005). Dessa maneira poderemos conceber algumas das particularidades que atuaram e atuam até hoje nas relações dos indivíduos e das coletividades douradenses com o simbólico, refletidos nos seus modos de ser, viver e se expressar, ou seja, na constituição da cultura dos grupos sociais que se estabeleceram na referida região.

Fundamentado nessas temáticas e em seus referenciais, este capítulo apresenta em seu título uma alusão ao clássico do cinema *O Mágico de Oz*, cuja história apresenta algumas similaridades ao contexto histórico que apresentamos nessa parte inicial do trabalho. Para além dos títulos *dourados*, como o adjetivo que dá nome ao município, tal qual acontece no conto escrito

por L. Frank Baum³, somos conduzidos pelo caminho e pelas narrativas que os indivíduos e a ordem social estabelecida nos apresentam, porém, tais discursos podem não só estar distantes da realidade como também podem estar nos direcionando para um trajeto cheio de ilusões e fantasias criadas para beneficiar os interesses de quem está no poder. Poder esse que está longe de apresentar propriedades “mágicas”, a não ser no imaginário de quem foi condicionado a acreditar nele.

1.1 Um preâmbulo: qual cultura analisamos?

Durante todas as discussões propostas por este trabalho vamos nos deparar com uma análise subjetiva sobre o conjunto de tradições, discursos, crenças, manifestações, simbologias e costumes que circundam os diferentes grupos sociais que formam as sociedades, nesse caso específico vamos voltar nossa atenção com maior intensidade para a sociedade douradense. Contudo, esse emaranhado de significações pode ser traduzindo por um único conceito presente em diversas línguas e conhecido no mundo todo, a cultura.

Quando falamos de cultura precisamos ter a compreensão sobre seu caráter multifacetado de sentidos que também perpassam por significados como processo de criação e reprodução (cultivo), representação de civilizações, modo de vida, legado histórico de um povo e diversas outras noções ligadas ao espectro social e antropológico das sociedades. Sobre essa acepção diversificada com as quais o termo remete, o autor inglês Raymond Willians traz a seguinte reflexão:

A dificuldade do termo é, pois, óbvia, mas pode ser encarada de maneira mais proveitosa como resultado de formas precursoras de convergência de interesses. Podemos destacar duas formas principais: (a) ênfase no espírito formador de um modo de vida global, manifesto por todo o âmbito das atividades sociais, porém mais evidente em atividades “especificamente culturais” - uma certa linguagem, estilos de arte, tipos de trabalho intelectual; e (b) ênfase em uma ordem social global no seio da qual uma cultura específica, quanto a estilos de arte e tipos de trabalho intelectual, é considerada produto direto ou indireto de uma ordem primordialmente constituída por outras atividades sociais (WILLIANS, 1992, p. 11-12).

Ocorre que não é uma das intenções deste trabalho discorrer minuciosamente sobre esses tantos e complexos entendimentos sobre o conceito de cultura. Porém, a partir das ênfases destacadas por Raymond Willians sobre a temática, podemos nortear quais desses sentidos serão abordados por esta pesquisa. Dessa maneira, o entendimento sobre esse *espírito formador* trazido pelo autor nos ajudará a entender um pouco da cultura douradense sob o aspecto do modo de vida da sua população e das escolhas, estilos e discursos adotados no curso de suas atividades sociais. Ao passo que também poderemos observar os ensejos que *uma ordem social global* constituída por atividades de outras esferas sociais, baseada nos interesses das classes

³ O roteiro do filme “O Mágico de Oz” é baseado no livro infantil homônimo do autor estadunidense L. Frank Baum.

dominantes, trazem para realidade da cultura local.

Em complemento ao raciocínio de Willians, Isaura Botelho traz à discussão duas das dimensões que a cultura compreende, a antropológica e a sociológica. Segundo a autora essa divisão é necessária para que possamos distinguir sobre qual ponto de vista o termo cultura está sendo observado e quais as limitações estabelecidas por cada dimensão.

Botelho, então, aponta que a dimensão antropológica da cultura diz respeito aos conhecimentos, experiências, atitudes, valores e crenças que moldam nosso modo de agir e pensar dentro da sociedade. Assim, “cada indivíduo ergue à sua volta, e em função de determinações de tipo diverso, pequenos mundos de sentido que lhe permitem uma relativa estabilidade” (BOTELHO, 2001, p. 74). Nessa dimensão qualquer mudança significativa requer “uma reorganização das estruturas sociais e uma distribuição de recursos econômicos” (ibidem, p. 74). Por isso, principalmente inserido na lógica de desigualdade social reproduzido pelo sistema capitalista, esse tipo de transformação costuma ocorrer (quando ocorre) de maneira mais lenta. Isto posto, podemos resumir essa dimensão da cultura como “tudo que o ser humano elabora e produz, simbólica e materialmente falando” (ibidem, p. 74).

Trata-se de expressão artística em sentido estrito. É nesse espaço que se inscreve tanto a produção de caráter profissional quanto a prática amadorística. É aqui também que existe todo o aparato que visa propiciar o acesso às diversas linguagens, mesmo como prática descompromissada, mas que colabora para a formação de um público consumidor de bens culturais (ibidem, p. 74).

Motivada pela perspectiva das políticas públicas, Botelho (2001) ressalta que a delimitação do tema entre as duas dimensões é necessária para que se possa estabelecer parâmetros e estratégias em vista da formulação de políticas culturais que tenham ação efetiva dentro das condições materiais e da ordem social em que vivemos. Como o presente trabalho também pretende dissertar sobre as condições práticas de mudanças dentro do contexto de Dourados, optaremos por nos fundamentar pela visão da autora supracitada e, quando nos referimos à produção cultural douradense, é sobre essa segunda dimensão, a sociológica, que estarão relacionados os aspectos da discussão. Nesse sentido a dimensão antropológica também estará presente no debate sempre que nos reportarmos às circunstâncias subjetivas e simbólicas que se interpõem na constituição da cultura da sociedade douradense.

Contudo, apesar da escolha por essa segmentação teórica, temos que ter o entendimento que quando tratamos de cultura, essas duas dimensões tem uma relação imbricada que é indissociável e precisa ser sempre considerada. Como coloca Willians,

[...] há certa convergência prática entre (i) os sentidos antropológico e sociológico de cultura como “modo de vida global” distinto, dentro do qual percebe-se, hoje, um sistema de significações” definido não só como essencial, mas como essencialmente envolvido em todas as formas de atividade social, e (ii) o sentido mais especializado, ainda que também mais comum, de cultura como “atividades artísticas e intelectuais”, embora estas, devido à ênfase em um sistema de significações geral, sejam agora definidas de maneira muito mais ampla, de modo a incluir não apenas as artes

e as formas de produção intelectual tradicionais, mas também todas as “práticas significativas, - desde a linguagem, passando pelas artes e filosofia, até o jornalismo, moda e publicidade - que agora constituem esse campo complexo e necessariamente extenso (WILLIANS, 1992, p. 13).

A partir dessas considerações teóricas podemos estabelecer os parâmetros que guiarão nosso olhar durante as reflexões propostas por essa dissertação. Não obstante, cabe a escrita apresentar as relações entre as concepções teóricas até aqui apresentadas, com os conceitos e fatos que discorrerão pelos próximos capítulos do trabalho, a começar pelo contexto histórico que proporcionou o surgimento de Dourados e de sua ordem social.

1.2 Breve contexto histórico e cultural sobre o surgimento do município de Dourados

Desde o período pré-colonial toda a região que hoje se constitui como Mato Grosso do Sul⁴ era ocupada por uma população indígena diversificada formada por diferentes povos como Guaranis Kaiowás, Terenas, Cadiwéus, entre outros (BITTAR, 1999). Desde essa época até o início do período colonial o território de Dourados era habitado especificamente por tribos indígenas Terena e Kaiowás. No final do século XIX a ocupação populacional dos sujeitos não-indígenas começa a se expandir com a chegada de famílias do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo, em busca de novas terras no oeste do país.

Fatores como o progresso na exploração de erva mate e as condições férteis para seu cultivo nas referidas terras e a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, entre 1904 a 1914, contribuíram para chegada desse contingente populacional na região. Essas pessoas se instalavam no recém criado distrito com denominação de Dourados, através da Lei n.º 658, de 15-06-1914, subordinado ao município de Ponta Porã.

No caso de Mato Grosso, a densidade populacional era tão baixa no estado em geral que o imenso luxo migratório para o sul alterou radicalmente a composição demográfica do estado inteiro [...]. Esse crescimento maciço, por sua vez, deveu-se principalmente a Dourados, área da colônia federal e principal centro de cultivo. Durante a década, sua população cresceu em torno de 611%, respondendo pelo crescimento municipal mais rápido do Estado (FOWERAKER, 1981, p. 72 e 73).

Nesse período é importante contextualizar o papel que a Companhia Matte Larangeira⁵, fundada por Thomaz Larangeira, que ocupou o território no período pós-guerra do Paraguai após perceber o potencial de exploração de erva mate na região e a potencial mão-de-obra

4 Dourados e os demais municípios que hoje pertencem ao estado de Mato Grosso do Sul estavam incorporados ao estado de Mato Grosso até 11 de outubro de 1977, quando o território ao sul foi desmembrado para criação de novo estado.

5 Sobre a Companhia Matte Larangeira ver: FRANCO, Gilmar Yoshihara. **O Binóculo e a pena: a construção da identidade mato-grossense sob a ótica virgiliana: 1920-1940**. UFGD, 2009; FACHIN, Viviane Scalón. **Os processos de ordenamento de terras no extremo sul de Mato Grosso e de reordenamento de Mato Grosso do Sul**. Tese de Doutorado. Dourados, MS: UFGD, 2015. 230f.

disponível no pós-guerra. Mesmo com a troca de comando da empresa, em 1902, que passou a ser controlada pelo grupo Mendes & Cia, com sede em Buenos Aires, a Cia Matte Larangeira continuou expandindo seu domínio na região com o auxílio do Estado.

A área de concessão foi sendo sucessivamente ampliada, sempre com o apoio de políticos influentes como os Murtinho⁶ e Antônio Maria Coelho⁷. Com o advento da República, as terras devolutas passaram para a responsabilidade dos Estados, o que favoreceu os interesses de Larangeira. Dessa forma, através do Decreto nº. 520, de 23/06/1890, ele ampliou os limites de suas posses e conseguiu o monopólio na exploração da erva-mate em toda a região abrangida pelo arrendamento (NAGLIS, 2014, p. 28).

É notória a influência econômica e política que a Companhia Matte exerceu na constituição do território de Dourados e na construção da cultura da sociedade que ali vivia, sobretudo, pela grande concentração de terras devolutas sob seu domínio que configurava um virtual monopólio sobre toda a região sul do Estado de Mato Grosso e que, em grande parte, eram ocupados pelos povos indígenas Kaiowás e Guaranis. Dessa forma podemos entender um pouco o poder que a narrativa dominante exerce sobre o imaginário popular, pois o “progresso” caracterizado pelo crescimento da econômica local e oferta de trabalho justificava a ocupação do território mediante o extermínio da população indígena e em muitos casos o uso de sua mão-de-obra escrava ou em condições altamente precárias⁸.

A Matte Larangeira dominou politicamente o Estado de Mato Grosso, e por seu contrato com o estado dominou também a região sul. Esse contrato foi progressivamente limitado para 200 mil ha mais ou menos, mas a companhia continuou a ocupar pelo menos 600.000 ha, e dizem alguns, 1 milhão ha (FOWERAKER, 1981, p. 134).

Com o passar do tempo, o tamanho poder da Cia Matte na região sul do estado se configurava como ameaça aos interesses do Estado Novo⁹, que decidiu acabar com os arrendamentos de terra para a Companhia, de modo a aumentar sua autonomia para que pudesse implementar suas novas políticas integralistas sem nenhuma interferência.

O fim dos arrendamentos com a Matte mudou significativamente o panorama, mas do modo que a política governamental queria. Em primeiro lugar, abriu-se espaço para o colono do sul, branco, de origem europeia, preferido em relação ao nacional, geralmente de origem nordestina. O colono do sul já teria passado pela experiência da colonização, traria seu pecúlio para aplicar na sua propriedade e, acima de tudo, com outra mentalidade em relação ao trabalho faria da produção uma atividade realmente lucrativa. Produziria, pois, como um capitalista (LENHARO, 1986a, p. 50).

6 Joaquim Murtinho foi Ministro da Fazenda no governo de Campos Sales e irmão de José Manoel Murtinho. Foi o primeiro governador constitucional do Período Republicano, eleito em 20 de agosto de 1891.

7 O General Antônio Maria Coelho foi governador provisório do estado de Mato Grosso.

8 Sobre a ocupação do território indígena para cultivo da erva mate ver documentário: “Caá - A força da erva”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Dzp2ZPfbN_0

9 O período conhecido por Estado Novo, também chamado de Terceira República Brasileira, corresponde ao regime político brasileiro instituído por Getúlio Vargas que vigorou de 10 de novembro de 1937 (promulgação da nova Constituição) a 29 de outubro de 1945 (deposição de Vargas). Tal regime era marcado pela centralização de poder, política integralista e autoritarismo.

Nesse ponto é interessante denotarmos o caráter ideológico colonial do Estado ao priorizar políticas que favorecem as populações colonas com características “europeias” que viriam do Sul para o Centro-Oeste, reforçando ainda mais a ideia de desvalorização da população local e principalmente dos povos indígenas, já bastante marginalizados pela exploração da erva mate.

Em 20 de dezembro de 1935, com áreas desmembradas do município de Ponta Porã, através do Decreto nº 30 do então Governador do Estado, Sr. Mário Corrêa da Costa, foi criado o município de Dourados, tendo como sede o antigo distrito de Dourados.

1.3 A Marcha para Oeste como estratégia narrativa do Estado Novo

No mesmo período do surgimento e consolidação do município de Dourados, enquanto território independente, o governo do então presidente Getúlio Vargas instituiu, em 1941, a criação das Colônias Agrícolas Nacionais. Seguindo essas diretrizes foi criada, através do Decreto-Lei nº. 5.941 de 28 de outubro de 1943, a Colônia Agrícola de Dourados - CAND, instalada inicialmente em terras da União, mais precisamente no Território Federal de Ponta Porã (NAGLIS, 2014, p. 19). Essas colônias apresentam um importante marco para entendermos que o processo de ocupação dos territórios ao sul de Mato Grosso se deve a uma junção de fatores distintos que contribuíram para o crescimento demográfico e econômico naquela região, bem como para consolidação das estruturas sociais e formação cultural da população que ocupava o seu território.

Vale aqui mencionar que a política de criação das colônias agrícolas nacionais reverberou não só no estado do Mato Grosso, mas também em estados vizinhos¹⁰, como Goiás que também presenciou a criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás entre 1941-1946 (CASTILHO, 2012). Essa estratégia integralista do governo também desencadeou e impulsionou uma série de iniciativas semelhantes em toda a região sul de Mato Grosso. Seja por iniciativas públicas como a Colônia Agrícola Municipal de Dourados - CMD¹¹ ou pela ação privada de empresas colonizadoras¹², com a intenção de comercializar lotes, como o caso da “Colonizadora Vera

10 Existiram colônias em Goiás – GO (19.02.1941), Bela Vista – AM (30.12.1941), Monte Alegre – PA (30.01.1942), Barra do Corda – MA (27.08.1942), General Osório – PR (12.05.1943), Dourados – MT (28.10.1943), Oeiras – PI (10.10.1944) e Jaíba – MG, (21.09.1948). Ver mais em: FACHIN, Viviane Scalon. **Os processos de ordenamento de terras no extremo sul de Mato Grosso e de reordenamento de Mato Grosso do Sul**. Universidade Federal da Grande Dourados, 2015.

11 Implantada em 1923 por meio do Decreto nº 616, do então Presidente da Província, Pedro Celestino Corrêa da Costa, área essa localizada entre os rios Brilhante e Panambi. Ver mais sobre a CMD em: CARLI, Maria Aparecida Ferreira. **Dourados e a democratização da terra: povoamento e colonização da Colônia Agrícola Municipal de Dourados (1946-1956)**. Universidade Federal da Grande Dourados, 2008.

12 Também existiram empresas colonizadoras como a Someco em Ivinhema e o Grupo Bata em Nova Andradina. Ver mais em: ANTONIO, Rogério Ribeiro. **Um plano privado de colonização dirigida: A Someco S/A em terras do Ivinhema (1961-1974)**. Universidade Federal da Grande Dourados, 2015; ZOTI, João Carlos. **O Grupo Escolar Moura Andrade: um estudo histórico acerca da institucionalização de ensino em Nova Andradina (1958-1974)**. Universidade Federal da Grande Dourados, 2017.

Cruz Mato Grosso Limitada”, na região de Naviraí/MS (GONÇALVES, 2015).

A partir dessa política o Estado Novo brasileiro pretendia intensificar a centralização do poder e ao mesmo tempo ampliar as fronteiras agrícolas e econômicas por meio da ocupação e exploração de terras férteis. Convenientemente, também serviam para aliviar as tensões sociais que surgiam nos principais centros populacionais do país. Dentro desse contexto surge a política de integração nacional intitulada de “Marcha para Oeste”, lançada oficialmente em 1938, com o intuito de colonizar os territórios da região Centro – Oeste brasileira se estendendo até a Amazônia na região Norte.

A Marcha para Oeste, além de promover a integração entre os estados brasileiros também tinham objetivo de ocupar os “espaços vazios”¹³ situados em regiões fronteiriças do país com o intuito de garantir a posse das terras para o estado brasileiro. Essa política também apresentava estratégias que buscavam atender as populações do campo, facilitando o acesso democratizado às novas terras pelos colonos migrantes de outros estados. Porém, como destaca Lenharo, “as intervenções federais do governo Vargas em diversos pontos do estado de Mato Grosso mais rendiam dividendos propagandísticos que atendiam de fato, às necessidades daqueles que reclamavam a terra como seu meio de trabalho” (LENHARO, 1986a, p. 48 e 49).

Apesar do crescimento econômico, populacional e da elevação da produção agrícola em Dourados a situação do trabalhador ainda apresentava uma realidade muito difícil, consolada apenas pelo direito à própria terra. A maioria desses trabalhadores eram migrantes de outras regiões incentivados pelos benefícios oferecidos pelo Estado, porém como as distribuições de terras eram dirigidas e respondiam a diversos interesses privados ligados a manutenção dos grandes latifúndios, os pequenos produtores ficavam reféns das decisões dos latifundiários e ainda precisavam cumprir rigorosas regras de controle e índices de produtividade para manter a posse de suas terras.

Ao mesmo tempo que o governo do Estado Novo usava a Marcha para Oeste para alcançar seus objetivos materiais e manter o controle sobre colonos e seus territórios, também constituía uma série de relações imateriais que contribuíam para construção de um discurso que atuasse na dimensão simbólica da realidade brasileira daquele momento. Segundo Oliveira (1997) “O discurso do poder pretendia criar um sentimento de coparticipação do povo brasileiro no sentido de uma unidade ético-cultural, econômica, política e principalmente no pertencimento desse povo à nação brasileira”. O referido discurso seria elaborado pela classe intelectual brasileira com intuito de reconstruir a cultura brasileira sob uma perspectiva mais nacionalista.

“o Estado munuiu-se de uma política de burocratização intensiva da intelectualidade [...] com o fim de efetivar a centralização do poder simbólico, um esforço conjunto de homogeneização do discurso do poder, particularmente o ideológico. O Estado abriu ditatorialmente espaço para esta camada burocrática nos meios de comunicação [...]” (LENHARO, 1986b, p. 53).

13 O pensamento colonizador do Estado não considera a ocupação indígena da região, pois os espaços somente são preenchidos com a chegada do “progresso” e do “desenvolvimento” do povo não-indígena.

Dentre os intelectuais destacava-se a figura de Cassiano Ricardo, autor da obra *A Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil*, que atuou diretamente na concepção da narrativa ideológica que o governo estadonovista pretendia imprimir à sociedade brasileira. Na obra supracitada, publicada em 1940, Cassiano engendra um ponto de vista histórico, de protagonismo bandeirante, no qual promove a existência de uma democracia racial tipicamente brasileira, pautada pela convivência harmoniosa entre as raças indígena, negra e branca “sugerindo uma relação justa e afetuosa entre líderes e liderados e, por isso, geradora da democracia social” (PEREIRA, 1997, p. 117).

De acordo com o pensamento de Cassiano Ricardo, as bandeiras expandiam e moldavam os contornos territoriais brasileiros e também davam forma a sua população, como resultado da união das três raças no processo de conquista do Oeste. O autor ainda sinaliza uma quebra de paradigmas biológicos, na qual, através das bandeiras “(...) inaugura-se uma democracia que não é o grupo social harmonizando raças antagônicas, mas as próprias raças se harmonizando em claros-escuros e sub cores que lhe dissipam as fronteiras biológicas, dentro do mesmo grupo social (RICARDO, 1970).

A discussão de democracia racial levantada por Cassiano como consequência da atuação bandeirante na *Marcha para Oeste* desencadeia uma série de discursos que se aglutinam e formam uma narrativa histórica irreal que reverberava em revisionismos de conceitos consolidados como a própria democracia:

A democracia não podia nascer na zona do criatório nem na dos engenhos. Se esta é feudal aquela impossibilita a pequena propriedade e rarefaz a população, agindo ambos anti-democraticamente. Ao passo que a bandeira nasce num meio democrático, a sua mobilidade só se explica pela pequena propriedade e pela pequena agricultura, além de povoar o país, criando-lhe a substância viva da democracia” (RICARDO, 1942, p.24).

O pensamento propagado por Cassiano trabalhava as ideias que o Estado Novo gostaria de naturalizar no imaginário da população brasileira e ao rememorar a figura mítica do bandeirante evoca um sentimento de orgulho pelos “heróis” nacionais que se arriscaram no desafio de desbravar os territórios mais inóspitos do país. A ideia da concepção heróica alimenta a sensação de progresso e movimento rumo a construção de uma nação consolidada com um passado glorioso e sem diferenças raciais.

A imagem mítica do bandeirante como ‘um desbravador’, um ‘forte’ e origem primeira de população que se fixou no sertão, remete, ainda, à ideia de relações étnicas afetuosas entre brancos, negros e índios, que, tendo de enfrentar as agruras do sertão, tornaram-se mais solidários. Desse modo, as diferenças étnico-sociais não existiriam (PEREIRA, 1997, p. 117).

Posteriormente, denota-se a postura do autor na construção da narrativa ideológica que se propôs a realizar, quando salienta que a estrutura hierarquia existente não apresentava conflitos com sua ideia de democracia, muito pelo contrário, graças as bandeiras cada cor

encontrava seu espaço, como fica exemplificado no trecho:

Pôsto o grupo em marcha, realça-se o seu conteúdo específico: a divisão do trabalho em função de cada côr; (...) O 'comandante' ou 'chefe de bandeira' substitúe o senhor feudal. O 'índio em movimento' substitúe o índio escravizado. A obediência do negro, e o seu aproveitamento nas horas de sedentarismo, corrigem-lhe a escravidão. Formada de todas as raças, três riscos psicológicos bem marcados formam a trama moral de cada bandeira: comando, obediência, movimento" (RICARDO, 1942, p.23).

Como explanado por Raymond Willians (1992), no primeiro item deste capítulo, a cultura pode ser constituída como um produto direto de trabalhos intelectuais, como o caso de Cassiano Ricardo, que reproduzem o discurso em favor de uma determinada ordem social. Ainda segundo Willians, essa ênfase numa ordem social global “[...] encara a cultura como o sistema de significações mediante o qual necessariamente (se bem que entre outros meios) uma dada ordem social é comunicada, reproduzida, vivenciada e estudada (WILLIANS, 1992, p. 13).

Ao analisarmos a construção narrativa apresentada por Cassiano Ricardo também percebemos como a utilização da produção intelectual, com viés ideológico, teve papel central na formação da opinião popular sobre o desbravamento dos territórios propostos pela “Marcha”. Sendo que a conquista do Oeste foi instrumentalizada política e culturalmente pela ação do Estado, com intuito de naturalizar comportamentos, ações e discursos de seus indivíduos, sob sua própria perspectiva, e manter a ordem social de modo a diferenciar os papéis dos sujeitos de acordo com suas classes, raças e etnias.

A utilização da atuação intelectual como ferramenta publicitária e de manipulação das massas denotava a evidente preocupação do governo Vargas com a legitimação de seu regime. Acompanhando de perto o desenvolvimento dos meios de comunicação no país, o Estado Novo via na publicidade uma forma estratégica de censurar e orientar as ideias e programas divulgados nesse período. Para tanto, foi criado o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda¹⁴ – que passou a regulamentar o material publicado nos rádios, jornais, cinemas e revistas desta época.

O uso dos meios de comunicação como instrumento de dominação ideológica nos ajuda a entender dois pontos importantes no desenvolvimento desta pesquisa, pois, primeiramente, mostra o processo de construção da identidade cultural de uma determinada sociedade por meio dos “mitos” que constituem sua história, mesmo que diversos fatores tenham sido forjados e manipulados em prol da elaboração de uma narrativa “palatável” e na sintetização de sentimento empático. Podemos notar que, para que tenha sucesso, essa construção precisa estar calcificada em bases concretas.

Como segundo ponto, observamos o impacto que a produção cultural pode exercer nas

14 Ver mais sobre o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda em: VIEIRA, Ana Paula Leite. **O Departamento de Imprensa e Propaganda e a política editorial do Estado Novo (1937-1945)**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História. Rio de Janeiro, 2019.

esferas de poder político, sejam elas do Estado ou da própria sociedade civil. De acordo com Velloso (1982, p.72), “a questão da cultura passa a ser concebida em termos de organização política, ou seja, o estado cria aparatos culturais próprios, destinados a produzir e a difundir sua concepção de mundo para o conjunto da sociedade”.

Veremos mais adiante nesta pesquisa que a produção cultural veiculada nos principais meios de comunicação em massa podem proporcionar um instrumento primordial não só para o Estado, mas para qualquer protagonista dentro das relações de poder na sociedade. Quando nos deparamos com a produção publicitária de um determinado momento histórico e o modo como refletem a sociedade em que estão inseridas ou como procuram conduzir o caminho de reflexão dos indivíduos dessa sociedade, podemos constatar muitas vezes a influência do poder hegemônico e dos valores ou crenças dominantes sobre as classes dominadas, aplicadas de maneira sutil através dessas propagandas.

Ao analisarmos a gestão autoritária do governo estadonovista de Vargas e a sua estratégia instrumentalizada de produzir uma nova narrativa histórica, por meio de intelectuais com pensamento ideológico compatível ao seu, podemos ser induzidos ao raciocínio de resumir todas as consequências sociais e políticas relacionadas aquele período as suas estratégias propagandistas. Porém não devemos deixar que um pensamento determinista simplificado possa esgotar a discussão sobre dinâmicas tão complexas. Cabe-nos ater, no entanto, sobre a estrutura, o contexto, a forma que modelam o arcabouço da ordem social que se projeta nos indivíduos através de padrões similares ao longo da história.

Fato é, que devemos olhar com minúcia sobre os reflexos de como a tática de criação de um mito bandeirante, sob a atuação política e publicitária de intelectuais do Estado Novo, foi aplicada nas massas, sobretudo na reverberação que essas práticas apresentaram no desenvolvimento de outro mito que permeia a sociedade que ocupou a região da Grande Dourados: o pioneirismo.

1.4 Pioneirismo douradense: o nascimento do “mito”

Voltando ao contexto do surgimento da cidade de Dourados enquanto município, nos deparamos com uma narrativa historiográfica que costuma atribuir à algumas figuras históricas um protagonismo exacerbado que ajuda a alavancá-los ao status de “grandes pioneiros” responsáveis pela fundamentação e o “progresso” da sociedade que se constituiu no território supracitado.

Mesmo que as matrizes históricas do território de Dourados estejam diretamente ligadas às comunidades indígenas, que ali viviam antes da chegada da população não-indígena, a formação da identidade sociocultural do município parte de uma visão etnocêntrica, conforme elucida Betoni, “Percebemos que as análises demonstram etnocentrismo, sobretudo em relação às populações indígenas e mestiças, mediante a supervalorização do pioneiro não-índio,

atribuindo-lhe o papel de agente do *progresso* e da *civilização*” (BETONI, 2002, p. 04).

Em Dourados podemos identificar tal panorama de maneira evidente observando a designação das nomenclaturas das principais avenidas do município. Marcelino Pires e Joaquim Teixeira Alves são os pioneiros que tem seus nomes eternizados na história local. Marcelino teria chegado à região em 1903, vindo do Paraná, onde tomou posse de uma grande área de terras denominada Fazenda Alvorada, que posteriormente teria terras extraídas para o povoamento de Dourados, cuja situação era considerada não legalizada pelo Estado - que as julgava como terras devolutas.

Marcelino, segundo a síntese histórica apresentada no site da Prefeitura de Dourados (2020), “era homem resoluto, dotado de uma coragem extrema e possuidor de grande ardor pelo trabalho da lavoura e pecuária”. Em muitas vertentes historiográficas e na memória de uma boa parcela das gerações mais velhas, Marcelino Pires surge como protagonista da fundação do povoado de Dourados, tendo inclusive doado terras para que tal fato acontecesse.

Porém, segundo o historiador e presidente da Comissão de Revisão Histórica de Dourados, Carlos Magno Mieres Amarilha, em entrevista ao jornal Campo Grande News, destaca que não existem documentos que comprovem a referida versão.

“Não há provas documentais que comprovem tal fato. Importante ressaltar que o Decreto n.º 402, de 3 de setembro de 1915, do governo do Estado de Mato Grosso, assegura uma reserva de terras por meio de lei para a criação do Patrimônio de Dourados e não por meio de doações. O artigo primeiro é categórico em garantir 3.600 hectares de terras para patrimônio da povoação de Dourados e também no mesmo decreto deixa bem explícito a localização e os limites, assim constituído” (FREITAS, 2015).

Joaquim Teixeira Alves era outro colonizador vindo do sul do país que também se destacou no processo de ocupação do território de Dourados e posteriormente foi honrado com nome em outra das principais vias urbanas da cidade. Joaquim chegou ao território nos primeiros anos do século XX, onde “tomou posse de uma área de terras devolutas de 3.600 hectares, localizada em um lugar denominado de Coqueiro, posteriormente Fazenda Coqueiro” (JOAQUIM..., 2014). Assim como Marcelino Pires, com o qual tinha intensos conflitos territoriais, também se apresenta como suposto doador de terras para constituição do município e segundo a mesma reportagem do jornal Campo Grande News há controvérsias sobre tais fatos históricos, exatamente como seu vizinho da Fazenda Alvorada.

Tanto Marcelino Pires, quanto Joaquim Teixeira Alves, tinham como denominador comum o farto acúmulo de terras e a atuação voltada à agricultura e pecuária, que já nos evidenciava a força da construção narrativa em torno do agronegócio como grande baluarte do desenvolvimento econômico, social e cultural do futuro município de Dourados. Não à toa estes pioneiros foram construídos como heróis locais e suas trajetórias cuidadosamente lapidadas para garantir ao imaginário popular um caminho de virtude e prosperidade como ideal a ser seguido e do qual deveria se ter orgulho. Seus legados foram estabelecidos como referência ao

ponto de seus familiares e descendentes também adquirirem notória importância histórica e receberem homenagens locais com seus nomes¹⁵ eternizados em diversas outras vias públicas da cidade.

Ao continuarmos seguindo os desdobramentos da narrativa do pioneirismo na composição da sociedade douradense novamente retomamos à política da Marcha para Oeste instituída por Vargas, que acompanhou o processo de surgimento do município de Dourados e a trajetória dos colonos. Acontece que, como vimos anteriormente, a Marcha se subsidiava de diversos artifícios para convencer a população, principalmente do sul e sudeste, a aderir a sua estratégia. Dentre as táticas adotadas pelo estado, a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND trouxe grandes contribuições para continuidade da narrativa de uma frente de expansão¹⁶ que se destacava como portadora das boas novas do progresso junto a região.

A implantação da Colônia, com o assentamento de milhares de famílias entre fins da década de 1940 e o decorrer da década seguinte, corresponde também à expansão da *frente pioneira*, procedente dos Estados de São Paulo e Paraná, que atinge o antigo sul de Mato Grosso precisamente nessa época (BETONI, 2002, p. 22).

De acordo com Walteir Betoni (2002) os sujeitos responsáveis pela propagação da memória oral sobre a história do município e Dourados, intitulados memorialistas, buscavam construir uma identidade genuinamente sul-mato-grossense, na qual os colonos recém-chegados eram apresentados “[...] como brasileiros especiais, comparados com os pioneiros norte-americanos e até mesmo com os primeiros cristãos” (BETONI, 2002, p. 24).

Sobre essa integração dos forasteiros que ocupavam as terras da CAND, Osvaldo Zorzato aponta ainda para a intensão dos memorialistas em tentar estabelecer um consenso sobre os fatos históricos que envolveram esses acontecimentos. Segundo o autor,

O fato de se procurar desde o início construir uma memória de consenso, onde todos são apresentados como pertencendo a uma ‘mesma família, filhos do mesmo solo’ etc., tem a ver com a necessidade de forjar, fortalecer e disseminar um sentimento de pertencimento ao grupo. Esta noção de pertencimento é útil não só para escamotear as desigualdades sociais existentes na sociedade local, mas também para unir facções políticas rivais, em torno de um mesmo projeto de constituição de uma identidade própria. Somente desta forma é possível fazer reconhecer a especificidade que julgam ter e, ao mesmo tempo, usar desta identidade como escudo para manter práticas que lhes garantam privilégios (ZORZATO, 1998, p. 15-16).

A chegada dos “colonos pioneiros”, muitas vezes chamados de “novos bandeirantes” (BETONI, 2002, p.55), estava diretamente relacionada à termos como “progresso”, “desenvolvimento” e “civilização”. Tais caracterizações foram inconscientemente incorporadas ao pensamento tanto dos colonos quanto do restante da população local, de modo a se naturalizar

15 Eulália Pires e Olinda Pires, esposa e filha, respectivamente, de Marcelino Pires são algumas da linhagem familiar que receberam ruas com seus nomes em Dourados.

16 Sobre essa frente de expansão ver: MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do Humano**. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

como um consenso narrativo, sendo replicado de geração para geração e integrado às suas representações sociais.

Soluções narrativas como essas se utilizam de diversas simplificações e simbologias na construção de seus personagens. Quando todos esses componentes são misturados aos fatos reais constituem um discurso, uma fala, uma forma de a sociedade compartilhar algumas de suas dúvidas, inquietações e contradições por meio de uma “explicação” especial, que se difere das demais, um *mito*.

Mitos são importantes porque formulam uma explicação socialmente compartilhada do surgimento das coisas. Por mito entende-se uma narrativa, uma interpretação do mundo ou atribuição de pessoas, coisas, acontecimentos, ou ideias a um Fascinoso de caráter simbólico-plástico. [...] A ideia de nação em muitos casos fundamenta-se em mitificações, com seus heróis e feitos extraordinários que se tornam objeto de uma fé coletiva, conferindo às pessoas um sentimento de pertença e coesão (MARSCHNER, 2011, p. 134-135).

Através dos mitos as sociedades podem mentir para si mesma até que seus argumentos sejam tomados como verdades. Sendo que essas “novas verdades” são propagadas por gerações a fio como um legado histórico. Tal legado sempre serve a um propósito e sua construção é carregada de interesses sobre a ordem social. São em momentos como esse que os discursos produzidos e reproduzidos pela dimensão sociológica da cultura se encontram com as tradições e simbologias que compõem a sua dimensão antropológica, consolidando uma narrativa que alcança consenso social e se normaliza como uma “nova verdade universal”.

Os mitos trazem uma forma alegórica de explicação que ocultam boa parte de seus verdadeiros intuítos. Como sua mensagem não está posta diretamente, um mito carrega consigo o poder de atuar no inconsciente coletivo em prol de uma determinada perspectiva. Assim, construir uma narrativa que se torne *mítica* no pensamento de uma sociedade pode trazer grandes vantagens a determinados grupos sociais beneficiados por ela, principalmente quando esses grupos estão relacionados às instâncias de poder.

No contexto de Dourados, a glorificação da chamada frente pioneira dos colonos como “novos bandeirantes” em detrimento ao extermínio de povos indígenas que ali viviam, o processo de criação do município por meio da luta dos heroicos cidadãos “doadores” de terras e o restante da construção narrativa que acompanha o processo de povoamento da referida região, se caracterizam como gênese de um “mito do pioneirismo” que se estabeleceu como narrativa dominante sobre o imaginário de sua população e se disseminou ao longo de toda a trajetória de construção da sociedade douradense.

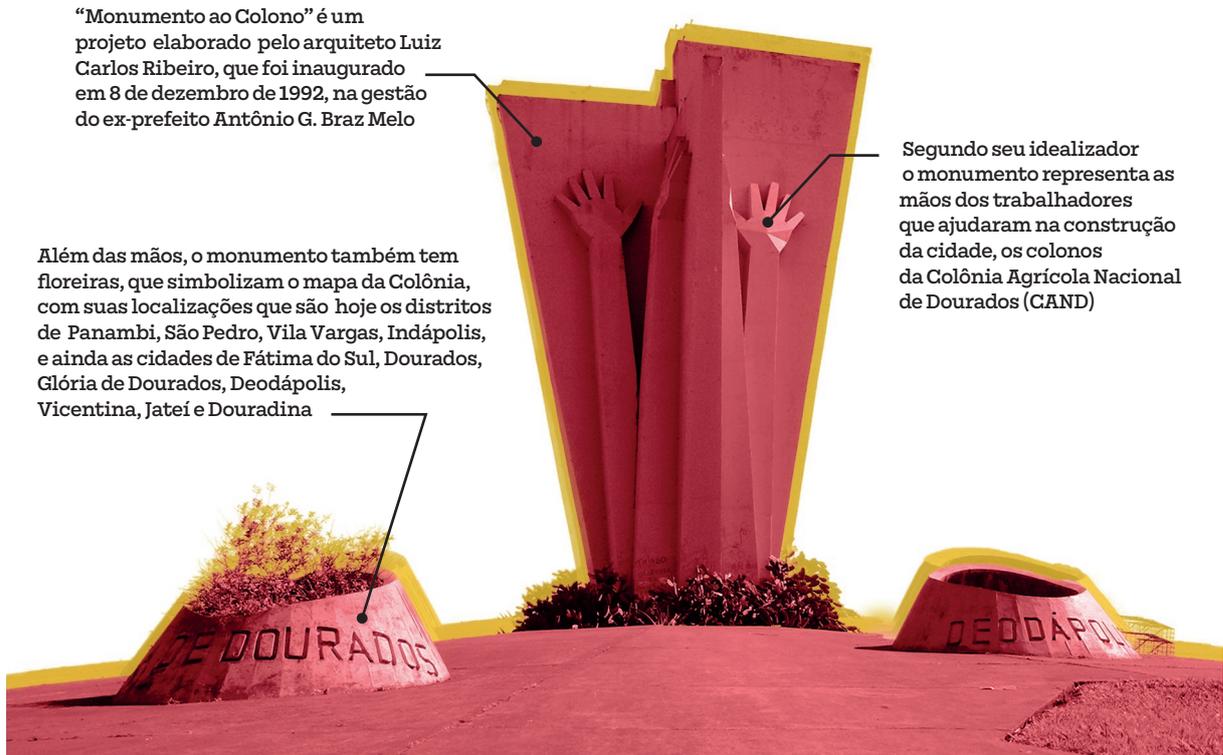
Não podemos, entretanto, desconsiderar que grande parte dos colonos que ocupavam tanto a CAND como a CMD eram famílias formadas por trabalhadores rurais que migravam para esse novo território em busca de um lugar ao sol. A historiadora Suzana Naglis aponta que “os colonos eram humildes agricultores ou trabalhadores rurais, e o que os motivou realmente foi o desejo de ter a terra própria, calcado na expectativa de uma vida melhor” (NAGLIS, 2014,

p. 61). E em sua obra intitulada *Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto*, Naglis mostra a trajetória dos colonos da CAND nos primeiros anos do surgimento do município de Dourados. A partir dessa perspectiva podemos compreender que o mito do pioneirismo, que se expandiu como legado cultural douradense, não está necessariamente ligado àqueles trabalhadores ou seu processo de luta pela terra, mas sim ao perfil de “sucesso” criado a partir de propagandas, obras intelectuais e ações efetivas do governo e da sociedade civil na concepção cultural da população que se iniciou naquele período. Assim, o “progresso” trazido para região se distanciou da imagem dos trabalhadores do campo e, principalmente através de uma “frente pioneira” de expansão da fronteira agrícola na década de 1970, passou a ser incorporado pelos grandes proprietários de terra, com aparência “sulista” de pele branca, que movimentavam o mercado agropecuário da região e se colocam no papel de vanguarda desse território até os dias atuais.

Atualmente uma das imagens mais utilizadas para representar o “cartão postal” do município de Dourados em materiais publicitários no geral é do “Monumento ao Colono” (Figura 1), popularmente conhecido como “Mão do Braz”¹⁷. Posicionado em uma das entradas de acesso à cidade, no encontro da BR-163 com o prolongamento da Avenida Marcelino Pires, o monumento é facilmente identificado como uma referência memorial por quem é morador local, ou mesmo por quem já passou pela cidade. Segundo seu idealizador, o arquiteto Luiz Carlos Ribeiro, trata-se de uma homenagem aos agricultores da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND, pois “é uma representação escultural do colono e seu trabalho com braços e mãos saindo da terra, membros executados em concreto aparente como se estivessem retirando do chão o que a terra produz e içando para os céus o fruto deste trabalho representado por lâminas de concreto aparente” (FREITAS, 2015).

17 Referência ao prefeito Antônio Braz Melo que foi responsável pela construção do monumento durante sua gestão (1989 -1992).

Figura 1 - Monumento ao Colono (Mão do Braz)



“Monumento ao Colono” é um projeto elaborado pelo arquiteto Luiz Carlos Ribeiro, que foi inaugurado em 8 de dezembro de 1992, na gestão do ex-prefeito Antônio G. Braz Melo

Segundo seu idealizador o monumento representa as mãos dos trabalhadores que ajudaram na construção da cidade, os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND)

Além das mãos, o monumento também tem flores, que simbolizam o mapa da Colônia, com suas localizações que são hoje os distritos de Panambi, São Pedro, Vila Vargas, Indápolis, e ainda as cidades de Fátima do Sul, Dourados, Glória de Dourados, Deodápolis, Vicentina, Jateí e Douradina

Fonte: Elaborado pelo autor

Contudo, o fato do referido monumento se tornar um símbolo de identificação da cidade pode ser representado como uma alegoria ao mito construído em torno dos pioneiros. Não só por remeter ao processo de ocupação da região, mas também pelo fato de a maioria da população douradense não ter conhecimento do seu verdadeiro nome e muito menos de seu real significado. Ironicamente, o apelido concedido à obra arquitetônica faz referência ao indivíduo que proporcionou sua construção e não à sua representação histórica, exatamente como ocorre na maioria das narrativas históricas sobre a formação do município. Um discurso conveniente para quem detém os meios de produção, e conseqüentemente o poder, se perpetua e se incorpora à cultura popular em detrimento aos fatos protagonizados pelas classes dominadas, os trabalhadores.

O discurso que mascara o processo colonialista de dominação como movimento pioneiro rumo ao progresso, porém, não é nenhuma novidade na história humana e tem sido praticada há séculos, conforme destaca Alfredo Bosi:

O traço grosso da dominação é inerente às diversas formas de colonizar e, quase sempre, as sobredetermina. *Tomar conta de*, sentido básico de *colo*, importa não só em *cuidar*, mas também em *mandar*. Nem sempre, é verdade, o colonizador se verá a si mesmo como a um simples conquistador; então buscará passar aos descendentes a imagem do descobridor e do povoador, títulos a que, enquanto pioneiro, faria jus. Sabe-se que, em 1556, quando já se difundia pela Europa cristã a *leyendá* negra da colonização ibérica, decreta-se na Espanha a proibição oficial do uso das palavras *conquista* e *conquistadores*, que são substituídas por *descubrimiento* e *pobladores*, isto é, colonos (BOSI, 1992, p. 12, grifos do autor).

Em meio ao processo de expansão da fronteira agrícola no país, alguns dos colonos que chegavam a região de Dourados eram recebidos como autênticos agentes do progresso. O esforço para seu acolhimento e aceitação se mostraram tão eficientes que em pouco tempo, até então, “sujeitos estranhos” ao território passaram ao papel de protagonistas culturais e econômicos na região.

Tamanho fenômeno de adaptação ao novo e aceitação ao “estranho” nos faz questionar sobre as diferenças de comportamentos das sociedades na relação com os colonos, tratados como pioneiros de herança europeia, mesmo que nada tinham de diferente do restante da miscigenada população brasileira, e da relação oposta estabelecida com as comunidades indígenas que originalmente ocupavam aqueles territórios. Esse pensamento expõe que “a nossa tradição histórica e corporativa pesa ainda na exclusão econômica das grandes massas trabalhadoras e das populações indígenas, excluindo-as, porém, politicamente e marginalizando-as socialmente” (MARTINS, 1993, p. 30 e 31).

Na obra *A Chegada do Estranho*, José de Souza Martins nos traz uma abordagem à essa inversão de valores ao discorrer sobre o outro na perspectiva dos “brancos” e na perspectiva do “índio”.

Na consciência dos brancos, dos conquistadores, não havia de fato a concepção do *outro*: eles não “descobriram” o outro na “descoberta” da América. Para eles os índios não podiam ser assimilados, mesmo que convertidos pelos missionários, a não ser confinados num estamento servil que os tornava uma humanidade diferente da dos brancos. Não eram, portanto, o *outro*, uma vez que considerados inassimiláveis, mesmo quando já destruídos culturalmente. O canibalismo ritual dos índios da América no século da conquista era um modo de reconhecer a humanidade do inimigo. Os inimigos eram comidos para que os vencedores se apropriassem simbolicamente de sua força, de sua humanidade (MARTINS, 1993, p. 19, grifos do autor).

O “mito pioneiro” a serviço das classes dominantes

Além da marginalização da sociedade indígena o discurso pioneirista apresentava uma visão eurocêntrica e de explícita diferenciação etnicorracial, através de sua construção narrativa, ao ponto de muitos memorialistas e acadêmicos, como Vivência Santos (2000), Benícia Oliveira (1997), Archimedes Lima (1941) e Silvana de Abreu (2001), darem conta que, além da origem sulista, muitos dos colonos eram identificados como migrantes vindos da região nordeste. O município de Dourados, porém, não estabeleceu com essa população as mesmas raízes culturais ou características demográficas como com os do sul e sudeste.

Números do último Censo do IBGE de 2010 mostram que Dourados apresenta, na população residente em domicílios familiares, 56% declarada branca, 35% parda, 4% preta, 3% indígena e 2% amarela (IBGE, 2010). Ao compararmos esses números com os da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) divulgada em 2017, também pelo IBGE, nos quais a região Nordeste apresenta uma distribuição por cor ou raça com população

declarando-se 24,8% branca, 64,7% parda, 9,9% preta e 0,6% amarelo ou indígena, enquanto o Sudeste apresenta respectivamente: 52,2% branca, 37,6 parda, 9% preta e 0,2 amarela ou indígena (IBGE, 2017), podemos constatar as semelhanças demográfica do município se aproximam muito mais da região sudeste, que propriamente da nordeste.

Para além dos dados estatísticos, é notório que, com o passar dos anos, o pioneirismo se consolidou como construção narrativa memorial e historiográfica que legitimava e enaltecia os sujeitos e grupos que passaram a ocupar a região, seja pelo uso da força, como os bandeirantes, seja pelas políticas nacionalistas implementadas pelo Estado, objetivando uma integração nacional. Essa construção foi alimentada de tal forma que a sociedade passou a privilegiar alguns perfis de indivíduos ou famílias, majoritariamente brancas, de origem sulista, proprietárias de grandes extensões de terra e de rendimentos ligados ao agronegócio.

Acerca desse referencial, podemos constatar que a visão sociocultural da comunidade de Dourados, apresenta relações diretas com a perspectiva que o colonos e migrantes de outros estados, têm sobre seus costumes, tradições e territorialidades. Sendo detentora da maior parte das terras e do poder econômico na região, através da forte produção agropecuária, uma pequena parte dessas populações exerce forte influência sobre o processo de formatação da identidade cultural da cidade, através de construções históricas enviesadas, construídas ao longo de toda a trajetória de formação do povoado, distrito e município de Dourados.

Cabe-nos, porém, ponderar a não linearidade das construções históricas, já que, sob uma visão dialética, não existem apenas as teses oriundas das perspectivas narrativas, mas também suas antíteses, que disputam os diversos espectros contidos na formação dos discursos de poder. Dessa forma não podemos apontar uma relação causal direta que explique por definitivo a composição atual da sociedade e cultura douradense. Esses aspectos são fluidos e amplamente complexos, tendo sofrido influências tanto da perspectiva dominante, quanto das perspectivas subversivas, que apresentaram sua resistência à opressão, em uma dinâmica que movimenta as engrenagens da história.

Contudo, ao longo do tempo fica cada vez mais difícil que as sociedades possam refletir mais profundamente os processos históricos que as constituíram. Em um país como o Brasil, assim como em toda a América Latina, cujo processo de formação envolveu genocídio de povos originários, escravidão, exploração imperialista e constantes intervenções no sistema capitalista periférico¹⁸, é muito mais cômodo que alguns fatos históricos sejam omitidos, abrandados ou simplesmente substituídos em favor do “desenvolvimento” da sociedade, comandada pelos interesses das classes sociais dominantes.

Infelizmente ainda é muito comum encontrarmos discursos de segregação de raça,

18 Quando dos deparamos com as dinâmicas perversas exercidas pelo sistema capitalista temos que ponderar sobre as suas diferentes formas de atuação ao redor do globo. Dessa maneira, algumas nações além de sofrer com as crises capitalistas globais, ainda tem que suportar diversos agravantes que atingem a realidade dos países que são colocados na periferia do capitalismo mundial.

etnia, gênero ou classe em nosso dia a dia, afinal essa concepção colonial é tão sólida que fragmenta o pensamento dos indivíduos condicionando-os a relacionar qualquer semelhança com o colonizador como “vantagem” ou “status” que os diferenciam dos demais, mesmo que em condições muito próximas a eles.

Os cineastas Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles, em sua fantástica obra cinematográfica *Bacurau* (2019), nos apresentam um pouco de como essa concepção colonialista está engendrada no imaginário brasileiro ao filmarem a cena em que os personagens brasileiros, autointitulados “sulistas”, conversam com os americanos no intuito de fazer conluio contra a população do povoado nordestino que dá nome ao filme. Nessa sequência, ao serem questionados pelos americanos se os outros brasileiros que haviam assassinado eram seus amigos, um dos personagens responde “não matamos amigos no Brasil” e completa dizendo “a gente é da região sul do Brasil, uma região muito rica, com colônias alemãs e italianas. Somos mais como vocês” (BACURAU, 2019). Na continuação da cena os brasileiros são imediatamente confrontados pelos personagens estadunidenses que refutam a ideia de qualquer semelhança étnica. “Vocês não são brancos”, “eles estão mais para mexicanos brancos” são algumas das afirmações dos estrangeiros que seguem a cena encerrada com o violento assassinato dos brasileiros “aliados”.

Essa sequência cinematográfica, ao mesmo tempo que nos mostra a importância do papel político das produções artísticas na apuração do senso crítico de seus espectadores, também retrata a questão colonial historicamente colocada às populações não-europeias do novo mundo. Essa questão é levantada pelo autor peruano Anibal Quijano, que esclarece:

Esse resultado da história do poder colonial teve duas implicações decisivas. A primeira é óbvia: todos aqueles povos foram despojados de suas próprias e singulares identidades históricas. A segunda é, talvez, menos óbvia, mas não é menos decisiva: sua nova identidade racial, colonial e negativa, implicava o despojo de seu lugar na história da produção cultural da humanidade. Daí em diante não seriam nada mais que raças inferiores, capazes somente de produzir culturas inferiores. Implicava também sua realocação no novo tempo histórico constituído com a América primeiro e com a Europa depois: desse momento em diante passaram a ser o *passado*. Em outras palavras, o padrão de poder baseado na colonialidade implicava também um padrão cognitivo, uma nova perspectiva de conhecimento dentro da qual o não-europeu era o passado e desse modo inferior, sempre primitivo (QUIJANO, 2005, p. 127, grifo do autor).

Acontece que a referida cena também expõe a relação entre duas representações étnicas não-europeias e mesmo assim as concepções norte americanas se sobrepõem às da América Latina. Esse fenômeno ocorre pela junção de uma diversidade de fatores históricos e principalmente pela decisiva interferência capitalista na construção narrativa em favor das classes dominantes. No que tange a formação histórica dos discursos podemos observar as similaridades entre a contexto de surgimento da sociedade douradense, que acompanhamos até aqui, com o processo de colonização estadunidense, conforme relata Quijano,

Quando da fundação dos Estados Unidos como país independente, o processo de constituição do novo padrão de poder levou desde o começo à configuração de um

Estado-nação. Em primeiro lugar, apesar da relação colonial de dominação entre brancos e negros e do extermínio colonialista da população índia, dada a condição avassaladoramente majoritária dos brancos, é inevitável admitir que esse novo Estado-nação era genuinamente representativo da maioria da população. Essa branquitude social da sociedade estadunidense foi inclusive aprofundada com a imigração de milhões de europeus durante o século XIX. Em segundo lugar, a conquista dos territórios indígenas resultou na abundância da oferta de um recurso básico de produção, a terra. Este pôde ser, por consequência, apropriado e distribuído de maneira não unicamente concentrada sob o controle de pouquíssimas pessoas, mas pelo contrário pôde ser, ao mesmo tempo, parcialmente concentrado em grandes latifúndios e também apropriado ou distribuído numa vasta proporção de média e pequenas propriedades. Equivalente, pois, a uma distribuição democrática de recursos. Isso fundou para os brancos uma participação notavelmente democrática no controle da geração e da gestão da autoridade pública. A colonialidade do novo padrão de poder não foi anulada, no entanto, já que negros e índios não podiam ter lugar, em absoluto, no controle dos recursos de produção, nem das instituições e mecanismos da autoridade pública (QUIJANO, 2005, p. 127).

Ora, se elementos como o extermínio dos povos originários, processo migratório de ocupação, embranquecimento da população local, desigualdade social e econômica, desenvolvimento de latifúndios e a distribuição do controle da produção e dos recursos em posse de uma pequena parcela da população, podemos perceber a reprodução das políticas coloniais sendo exercidas nesses diferentes contextos de modo a interferir diretamente nas relações de poder e na construção da narrativa que mantém a dualidade entre dominantes e dominados e consequentemente protegem o *status quo*.

Quando nos deparamos com a conjuntura socioeconômica mais recente do município de Dourados, algumas características se sobressaem e ajudam nossa compreensão sobre a atuação, tanto dos fatores simbólicos e dos discursos narrativos de dominação, quanto das relações materiais de produção sobre a população da região. Essa conjuntura apresenta uma cidade que, mesmo sendo considerado principal centro urbano do estado, além da capital, possuindo aproximadamente 200 mil habitantes, e oferecendo serviços e comércio para uma região de 38 municípios, localizados num raio médio de 147,7 Km, que reúne 841.986 habites, e soma um PIB (Produto Interno Bruto) de 11,113 bilhões (IBGE, 2009).

Analisando a pesquisa elaborada pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul – FECOMERCIO MS, em parceria com a prefeitura municipal de Dourados, publicada em 2012 como “Perfil Socioeconômico do Município de Dourados” (FECOMERCIO MS, 2012), encontramos referências a alguns dos elementos que constatamos anteriormente.

Mesmo sendo um documento elaborado por diversos profissionais gabaritados podemos constatar algumas incongruências e muitas simplificações na descrição do histórico de Dourados. Logo no início do documento encontramos alguns parágrafos relacionados à história do município que reforçam a contestada narrativa de doação voluntária de terras para sua fundação e relatam em algumas poucas linhas, com diversos erros gramaticais, diga-se de pas-

sagem, o histórico dos povos indígenas da região.

Mais adiante, no mesmo documento, quando descreve as atividades do setor primário do município, responsável por grande parte de suas receitas, o texto ressalta que “A cultura agrícola foi introduzida no município devido à migração dos gaúchos que chegaram em razão dos preços baixos das terras. Essa cultura elevou a área plantada de 3.500 para 134 mil hectares nos anos 1970 e 1980” (FECOMERCIO MS, 2012, p. 16). Nesse trecho observamos que, em poucas palavras, a cultura agrícola do município é totalmente atribuída aos “migrantes gaúchos” que se estabeleceram na região pelo baixo custo das terras. Não só se omite uma grande parte do histórico de ocupação, que, como já vimos, é apontado por diversos autores da historiografia da região como diversificada – e intensificada pela criação das colônias agrícolas e pela Marcha para Oeste - entre as regiões sudeste, sul e também nordeste, como também se faz questão de enfatizar a importância do papel dos colonos vindo da região sul, de aparência física e características europeias, consideradas mais “civilizadas”.

Os textos com conteúdo breve, na tentativa de uma narrativa retórica, e a própria displicência com a revisão gramatical, denotam claramente a visão superficial e desimportante que o poder público e os representantes da elite econômica, que encomendaram o estudo, aplicam sobre o contexto histórico da consolidação da cidade de Dourados. Principalmente em se tratando de um documento tão complexo e importante para divulgação de dados científicos. Porém, a notória construção narrativa colonial e pioneirista, disseminada nas poucas palavras des-critas no texto, nos faz refletir que se em materiais de estudo oficiais, os quais deveriam nos servir de referência, já incorrem equívocos crassos como esses, o discurso dominante já estabeleceu uma relação tão imbricada com o imaginário popular que parece ter se tornado praticamente uma realidade na memória da sociedade.

No caso de Dourados essa visão colonial, de perspectiva eurocêntrica, não só contribuiu com a criação do “mito do pioneirismo”, conforme constatamos, mas também para consolidação de uma ordem social capitalista baseada no grande referencial econômico e cultural que norteia não só a sociedade douradense, como de toda a região a sua volta e de praticamente todo o país, o agronegócio.

capítulo 2

AGRO é tech

AGRO é pop

AGRO é ~~tudo~~

HEGEMÔNICO

A hegemonia do agronegócio brasileiro e suas implicações na indústria cultural

CUIDADO
DETRITOS DE
PRODUTOS
QUÍMICOS



Após a contextualização sobre os processos de surgimento e consolidação do município de Dourados e dos aspectos subjetivos que permeiam o imaginário de sua sociedade, podemos, então, iniciar a discussão sobre algumas das disputas hegemônicas que ocorrem na referida região e que também estão sendo travadas o tempo todo ao nosso redor. Dentro desse campo de batalha ideológico percebemos, pelo capítulo anterior, que o domínio sobre os discursos e narrativas perpetuados pelo pensamento coletivo, e absorvidos de forma intrínseca pela cultura local, são alternativas extremamente eficazes para a obtenção, manutenção e principalmente para legitimação do poder.

Através desse debate inicial nos deparamos com diversas situações nas quais as classes dominantes criam e controlam determinadas regras sociais através da propagação de discursos que transpassam as camadas subjetivas responsáveis pela formação cultural das sociedades. Por meio dessa metodologia não seria necessário somente o uso de uma força coercitiva como forma de subjugar a classe oprimida, pois bastaria fazê-la acreditar e se conformar com a lógica da estrutura social que ele vivencia.

Contudo, essas dinâmicas não ocorrem ao acaso e suas características correspondem à conceitos sociológicos contemporâneos que serão ponto chave dessa pesquisa. Esses conceitos estão diretamente atrelados às relações de poder e de controle, não só dos sistemas de produção material, mas principalmente da produção simbólica e imaterial que norteiam a cultura da coletividade.

Enquanto nos aprofundamos em destrinchar os conceitos teóricos da pesquisa, vamos estudar quem são os personagens presentes nessas disputas de poder, a começar por quem já ocupa o papel hegemônico dentro dessa relação. Isso posto, neste segundo capítulo nos dedicaremos a analisar os processos que compõem a realidade de Dourados e região do ponto de vista da dominação hegemônica. Sem precisar muito esforço já podemos constatar que o protagonista em questão é o agronegócio.

A partir de tal constatação podemos explorar as práticas que levaram e que mantém o agronegócio à sua condição de coesão social. Para tanto, será necessário constituir um referencial teórico sobre os conceitos supracitados, que coincidentemente foram elaborados em período quase paralelo ao surgimento de Dourados.

Entre as décadas de 1930 e 1940, quando Dourados passava de povoado à município independente, em meio aos males¹⁹ da segunda guerra em todo o mundo, os pensadores e fundadores da Escola de Frankfurt²⁰ Theodor Adorno e Max Horkheimer já teorizavam sobre

19 Devido a perseguição do regime nazista, Theodor Adorno (1903 -1969) se viu obrigado a deixar a Alemanha primeiro para Paris, depois para a Inglaterra e, em 1937, foi para os Estados Unidos, onde colaborou decisivamente com o Instituto de Pesquisas que foi reconstituído na Universidade de Columbia.

20 Quando retornou para Alemanha, na década de 1950, Adorno assumiu o cargo de codiretor do “Instituto de Pesquisas Sociais”, então anexo a Universidade de Frankfurt. Mais conhecido como “Escola de Frankfurt” o instituto constituiu o núcleo de uma linha de pensamento filosófico-político desenvolvido por Walter Benjamim, Max Horkheimer, Herbert Marcuse, Wilhelm Reich, Jüger Habermas e Theodor Adorno.

a crescente influência do capital no contexto artístico-cultural da época. Simultaneamente, na Itália, já sob cárcere²¹, o teórico Antônio Gramsci transformava suas reflexões, através da escrita em seus famosos *quaderni del carcere*²², em complexos conceitos que buscavam entender a interferência da cultura nas relações de poder dentro das sociedades.

Ao nos debruçarmos sobre os conceitos essenciais trazidos por esses pensadores poderemos destrinchar o cenário sociológico douradense, com base na perspectiva das narrativas dominantes, e entender melhor como ele se construiu e se consolidou como o *status quo* vigente. A partir da conceituação do discurso dominante e das estruturas que o sustentam na sua condição hegemônica é que poderemos, nos próximos capítulos, discutir os contextos e estratégias que envolvem o contraponto a esse discurso e como eles ressoam na realidade em que vivemos.

Para começar, nos convém examinar o estudo de Antônio Gramsci sobre bloco histórico, superestrutura e hegemonia, para que possamos avançar na discussão teórica sobre o desenvolvimento capitalista do agronegócio em nível nacional e as reverberações dessa conjuntura na sociedade douradense. Por meio desse referencial poderemos estabelecer critérios que, mais adiante, nos ajudarão a elucidar quais seriam os impactos causados pela UFGD e sua atuação direta nesse cenário, sob o prisma gramsciano.

Seguindo a linha do avanço capitalista do agronegócio, após conceituá-lo como referencial hegemônico dentro da superestrutura, segundo as teorias levantadas por Gramsci, será necessário mostrar quais as principais ferramentas utilizadas pela classe dirigente que o comanda para manutenção de sua condição de dominação. Para tanto, nos utilizaremos das preposições trazidas por Adorno e Horkheimer sobre a *Industria Cultural*, traçando um paralelo com as ações desempenhadas pelo agronegócio dentro da sociedade até finalmente alcançar o contexto mais específico da arte e cultura.

Não obstante a pertinência e a contemporaneidade das referidas obras e autores, em que pese a disparidade de contextos, buscamos a releitura e apropriação de tais conceitos para explicar a realidade por trás do contexto sócio cultural de Dourados. Questão essa que tentaremos sanar no decorrer deste capítulo.

2.1 A consolidação hegemônica do agronegócio brasileiro

Após apresentarmos um breve contexto memorial e historiográfico sobre a constituição da sociedade de Dourados, sob uma perspectiva crítica das narrativas estabelecidas no decorrer

21 Co-fundador do Partido Comunista Italiano, Antonio Gramsci (1891-1937) foi preso em 1926 pelo regime fascista de Benito Mussolini e após cumprir 10 anos de prisão, devido a problemas de saúde faleceu numa clínica de Roma em 1937.

22 Os *quaderni del carcere* (cadernos do cárcere) são um conjunto de 29 cadernos de tipo escolar escritos por Antonio Gramsci no período em que esteve prisioneiro na Itália, entre 1926 e 1937.

de seu desenvolvimento histórico, precisamos expandir nosso campo de observação e voltar atenção à influência que as dinâmicas dos processos de produção capitalistas exercem sobre as relações sociais e culturais supracitadas.

Até o momento, a discussão trazida por essa pesquisa caminhou pelas construções históricas que acompanharam o surgimento da cidade de Dourados e a formação de sua sociedade, porém, em paralelo a esse processo, as primeiras décadas do século XX também trouxeram o avanço significativo nos modelos de produção capitalistas e com ele as reflexões sobre os impactos desses modelos, e da política neoliberal que os conduziam, para relações materiais e imateriais constituídas na ordem social vigente.

Ao passo que o discurso narrativo do estado e das classes dominantes impulsionavam o potencial simbólico dos “pioneiros”, os sujeitos que já ocupavam lugar de destaque, principalmente pela ocupação de grandes extensões de terra, assumem o papel de vanguarda do progresso na referida região, endossados por esse discurso e pelo protagonismo econômico que o agronegócio já alcançara no país naquele mesmo período.

Os latifundiários²³ acumulavam poder à medida que o desenvolvimento capitalista da agricultura se apresentava como principal alternativa para uma reestruturação produtiva visando a industrialização no país. “Entre as décadas de 1950 e 1970, o ápice do ‘desenvolvimento’ [...] uma grande variedade de medidas políticas foi adotada e aplicada pelos governos do Sul para ‘modernizar’ a agricultura” (BERNSTEIN, 2011, p. 89). Essa estrutura agrária, porém, já demonstrava altos graus de desigualdade no que diz respeito ao uso e posse da terra.

[...] a ampliação da concentração da propriedade, da exploração da terra e da distribuição regressiva da renda, ou seja, ampliou a desigualdade no campo brasileiro, ao permitir que os grandes proprietários se apropriassem de mais terras e de mais riqueza em detrimento dos trabalhadores rurais, dentre os quais avançou a proletarização e a pauperização. (ALENTEJANO, 2012, p. 481).

Por causa dessas condições desiguais, tais políticas encontravam um contraponto significativo através das lutas populares e dos debates no campo da esquerda brasileira sobre as propostas de Reforma Agrária, que ganharam força nos anos 1960. Essas ações e movimentos fomentaram uma produção cultural de abrangência nacional capitaneada pela classe trabalhadora do campo e da cidade e pelo movimento estudantil, protagonistas das lutas populares naquele período. Como resposta a esse processo o Golpe Militar de 1964 se colocou como principal opositor às referidas ideias e se propôs, entre outras atrocidades, a oprimir, censurar e apagar da história a memória das experiências que estavam em curso.

23 A divisão desigual do território, e conseqüentemente o acúmulo de terras por poucos proprietários, teve sua origem no Brasil colonial, inicialmente, com a doação de imensas áreas de terra por mecanismo de sesmarias à donatários escolhidos pela coroa. Posteriormente Dom Pedro II aprova a Lei da Terra de 1850, que, dentre outras coisas, determina que a terra deixará de ser doada e só poderá ser comprada. A partir de então o avanço do capitalismo e a morosidade das políticas de reforma agrária intensificaram o surgimento dos proprietários de latifúndios.

A tendência política global voltada ao neoliberalismo e ao crescente levantamento do autoritarismo das ditaduras militares latino americanas intensificaram o processo de fortalecimento do agronegócio e dos detentores desses meios de produção agrícolas como grandes potências nas relações de poder, não só econômicas como também políticas e socioculturais. Afinal, com a maior parte da produção interna bruta do país derivando da agricultura e pecuária, maior é o poder que esses produtores exercem sobre a estrutura/superestruturas.

Essa situação se intensifica com o avanço das fronteiras agrícolas em direção aos territórios distantes do principal eixo econômico brasileiro. Como destaca Gorender,

Nas áreas de fronteira agrícola do Norte e do Centro-Oeste, reproduziu-se, nos últimos 20 anos, com amplíssimo apoio do Estado, o sistema latifundiário historicamente implantado nas áreas litorâneas ou mais próximas destas. Têm sido agentes e beneficiários de semelhante reprodução do sistema latifundiário o grande capital nacional, sobretudo paulista, e as multinacionais. O entrelaçamento entre o grande capital e a grande propriedade da terra efetuou-se numa escala nunca alcançada até então (GORENDER, 2013, p.48).

A partir da década de 1990, a ofensiva neoliberal vinda dos Estados Unidos encontrou na situação brasileira de recente democratização e ocasionaram uma liberalização comercial acompanhada do desmonte da política pública sobre a agricultura, alavancando o poder do agronegócio por meio das políticas dos governos Collor, Itamar e FHC que se seguiram na mesma década. Com esse fenômeno a agricultura passa a sofrer uma ofensiva do mercado financeiro, sendo agravada gradativamente ao longo dos anos devido à crise do capital financeiro americano e europeu (STÉDILE, 2013).

O avanço do controle das empresas transnacionais e do capital financeiro sobre a agricultura traz ao agronegócio uma proporção cada vez mais global. “As 50 maiores empresas agroindustriais de capital estrangeiro e nacional controlam praticamente toda produção e o comércio das commodities agrícolas no Brasil” (STÉDILE, 2013, p. 28). Por conseguinte, o seu potencial hegemônico mais abrangente também amplia seu poder de atuação nas mais diferentes áreas dentro da ordem social, inclusive na cultura.

Todavia, no caso douradense, todos esses fatores se somam ao histórico e o levantamento teórico alcançado até aqui, por este trabalho, na direção de tentar encontrar alguns dos referenciais que plasmam as estruturas sociais e o momento vivido na referida região. Para isso, precisamos nos referenciar em conceitos que demonstrem a conexão dos efeitos causados pelas narrativas dominantes, do contexto macro ao micro, no cerne da ordem social. A começar pelas relações de poder que se constituem dentro das superestruturas. Tema central na teoria do pensador italiano Antônio Gramsci.

Do bloco histórico à hegemonia gramsciana

Dentre os principais conceitos que nos permitem ampliar a visão sobre o funcionamento

das sociedades estão a estrutura e a superestrutura. Segundo Gramsci a compreensão desses conceitos nos permite chegar a uma “análise das forças que atuam na história de um determinado período e a definição da relação entre elas” (GRAMSCI, 1978, p. 45). O autor italiano se utiliza do termo “superestrutura”, empregado originalmente por Marx.

A partir desse pressuposto, Gramsci desenvolve sobre as relações entre estrutura (as relações sociais de produção) e superestrutura (as ideias, os costumes, os comportamentos morais, a vontade humana) e tende a considerar abstrata a distinção entre elas. Para o autor há uma convergência entre os dois níveis supracitados, sendo uma convergência que conhece a distinção e a dialética, mas que se resolve numa “unidade real”. Essa visão apresentava uma percepção distinta do que havia sido proposto por Marx. Para Gramsci a superestrutura exercia enorme influência sobre a estrutura e isso estreitava a relação intrínseca entre as duas. As ideias que se propagam no âmbito social alteram a maneira como os homens se relacionam com a política e com os meios de produção e, para alcançar a emancipação, no caso da luta de classes a revolução, não bastaria só a tomada dos meios de produção conforme proposto por Marx, mas também necessitaria conquistar o campo das ideias, de modo a encontrar uma coesão que estabilizaria a nova sociedade emancipada.

É através dessa relação imbricada e indissolúvel entre estrutura e superestrutura que nasce o conceito de “bloco histórico”, extraída de Georges Sorel e traduzida por Gramsci no seguinte parágrafo:

A análise destas afirmações, creio, conduz ao fortalecimento da concepção de “bloco histórico”, no qual, precisamente, as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais (GRAMSCI, 1999a, p. 238).

Sendo assim podemos entender que no pensamento gramsciano existe uma relação acentuada entre os fatores econômicos-sociais e os fatores ético-políticos e que tais fatores têm atuações específicas de acordo com cada momento histórico em que estão inseridos.

Retomando o contexto douradense, aplicando inicialmente os conceitos supracitados, o mito pioneiro lapidou o pensamento coletivo em torno da glorificação do trabalho rural e do acúmulo de grandes propriedades de terra, da demonização dos povos indígenas e da aclamação dos “colonos” – como vimos a representação mítica desses colonos pioneiros nada tem a ver com os trabalhadores do campo, mas sim aos latifundiários que se apossaram de grandes quantidades de terra para produção agropecuária – como salvadores do território, enquanto força atuante na superestrutura, ou seja, a *forma*. Em paralelo, o *conteúdo* era constituído pelas forças de produção material do período, baseado quase que somente na agropecuária, que, como já vimos, proporcionaram um enorme crescimento econômico e demográfico na região.

Já temos aqui um vislumbre sobre os impactos que o aspecto cultural pode exercer nas relações econômicas e políticas de poder, que aprofundaremos posteriormente. Todavia, a par-

tir do conhecimento prévio das condições e características que se desenvolveram desde a gênese da sociedade douradense já podemos relacionar esses aspectos com os elementos apresentados na teoria de Gramsci.

Como pudemos observar, essas características assumem sua organicidade a partir de relações concretas e da correlação de força entre as estruturas e superestruturas. Assim, o *bloco histórico* explicita os mecanismos de dominação exercidos pelas classes dominantes sobre a sociedade em um determinado contexto histórico.

A unidade entre prática e teoria, entre “natureza e espírito” ou “estrutura e superestrutura”, consubstanciando o bloco histórico segundo Gramsci, adquire aqui concretude no que se refere, por exemplo, à questão da transição, ou sociedade de transição. Gramsci classificaria tal bloco como “histórico” porque seria aberto à perspectiva histórica, não porque designaria um momento histórico específico (DE OLIVEIRA GALASTRI, 2009, p. 82).

Quando nos deparamos com a perspectiva histórica, ampliamos nosso horizonte para observar a complexidade de aspectos e particularidades que formam o contexto econômico, político e social de um determinado período. Por meio dessa observação amplificada constatamos que não só a região da Grande Dourados, como o estado de Mato Grosso - posteriormente Mato Grosso do Sul - e o país como um todo, trilharam o caminho desenhado pelo desenvolvimento capitalista, sem romper com as formas coloniais de exploração do trabalho, cuja economia se sustentava com base no setor primário.

Em pouco tempo o modelo do agronegócio intensificou suas ações tendo como consequência o esvaziamento do campo, posto que os trabalhadores foram sendo substituídos por modernas máquinas. Dessas, poucos são os trabalhadores necessários para manuseá-las, o que barateia o custo de produção, principalmente com direitos trabalhistas. Assim como os pequenos produtores do campo foram sendo preteridos na desleal concorrência com os latifundiários e as multinacionais. Desse modo, juntamente com a desproporcional distribuição fundiária e expansão das fronteiras agrícolas em completo desrespeito às leis e políticas ambientais, o Brasil parece ter escolhido tal modelo para ser uma de suas prioridades.

Em resumo, pode-se dizer que o capital e seus proprietários capitalistas, representados pelos grandes proprietários de terra, bancos, empresas nacionais e transnacionais, estão aplicando em todo o mundo o chamado modelo de produção do agronegócio (agribusiness), que se caracteriza sucintamente por: organização da produção agrícola na forma de monocultivo (um só produto) em escalas de áreas cada vez maiores; uso intensivo de máquinas agrícolas, também em escala cada vez mais ampla, expulsando a mão de obra do campo; a prática de uma agricultura sem agricultores; uso intensivo de venenos agrícolas, os agrotóxicos, que destroem a fertilidade natural dos solos e seus micro-organismos, contaminam as águas dos lençóis freáticos e inclusive a atmosfera, ao adotarem desfolhantes e secantes que evaporam e regressam com as chuvas e, sobretudo, contaminam os alimentos produzidos, trazendo consequências gravíssimas para a saúde da população; uso cada vez maior de sementes transgênicas, padronizadas, e agressão ao meio ambiente com técnicas de produção que buscam apenas a maior taxa de lucro em menor tempo (STÉDILE, 2013, p. 33).

Como já destacara Gramsci, o pujante lugar de destaque na estrutura econômica brasileira, porém, não é suficiente para manutenção das relações de poder por parte do agronegócio, pois, para o autor, a formação de um bloco histórico necessita sumariamente que a estrutura e a superestrutura estejam ligadas organicamente. Então, a cultura e as ideologias não só seriam necessárias para manutenção do lugar de destaque do agronegócio, como tiveram papel fundamental para que ocupasse a posição de destaque que alcançou.

A partir dessa ótica entendemos a importância da superestrutura como motor do bloco histórico e que dentro dela existe um importante papel a ser exercido pela sociedade civil (PORTELLI, 2002, p. 60). Acerca desse papel precisamos ampliar nosso olhar sobre a organização das sociedades e distribuição das estruturas de poder a partir das concepções levantadas por Gramsci.

Para tanto, devemos, primeiramente, compreender os papéis principais exercidos na composição de uma sociedade baseada nos princípios democráticos. Em um Estado democrático de direito, em tese²⁴, deveria existir a garantia dos direitos individuais e coletivos, dos direitos sociais e dos direitos políticos de cada um dos cidadãos respeitando-se os direitos humanos e prezando-se pelas garantias fundamentais de todos. Nessa sociedade a organização se estabelece através de dois eixos fundamentais, Estado e a sociedade civil.

Na concepção de Antônio de Gramsci esses dois conceitos são diretamente responsáveis para que se possa compreender a reprodução das relações de poder nas sociedades modernas, ou seja, nas quais o capitalismo apresenta novos estágios em seu desenvolvimento (SCHLESENER, 2018, p. 29). Para o autor, nessas sociedades o poder é exercido por meio da sociedade política que impõe condições repressivas e disciplinares para manter, com a classe dominante, o poder de coerção sobre os grupos sociais que fazem oposição a esse domínio. Já a sociedade civil é definida como “conjunto de organismos chamados comumente de “privados” e que “correspondem à função de *hegemonia* que o grupo dominante exerce em toda a sociedade” (GRAMSCI, 1982, p. 11). Tais organismos podem ser descritos como instituições responsáveis pela formação das ideologias e da cultura de uma sociedade em busca de um consenso que sustentaria as relações de poder junto à sociedade política.

Seria possível medir a “organicidade” dos diversos estratos intelectuais, sua conexão mais ou menos estreita com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para o alto). Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas (GRAMSCI, 1999b, p.21).

24 Em muitos países latino americanos, inclusive no Brasil atual, o Estado democrático de direito tem sido desrespeitado através de manobras constitucionais e interferência direta do capital.

Por essas explanações entende-se o papel relevante que Gramsci atribui à sociedade civil nas relações de poder, principalmente na composição superestrutural. Ao aplicarmos o mesmo raciocínio sobre a conjuntura histórica mais ampliada que acompanhamos até o momento, começamos a compreender a função que as relações simbólicas exercem dentro da sociedade civil em favorecimento às classes dominantes, no caso, através da exploração capitalista do agronegócio.

Como vimos, é inegável o potencial econômico que o agronegócio alcançou ao longo de sua trajetória no país, porém vários fatores contribuíram para que ele chegasse ao estado hegemônico que alcançou. A começar pelo potente discurso que o setor agropecuário é “quem bota a comida na mesa” dos cidadãos brasileiros, seja no sentido literal, atribuindo sua produção alimentícia derivada dos insumos agrícolas e do abate de animais, ou no sentido econômico conferindo a estabilidade financeira ao país, que afeta diretamente o bolso do consumidor final, ao sucesso ou não do agronegócio. Tal narrativa é sustentada não só pelo discurso popular, mas também por uma rede de comunicação que intensifica essa narrativa.

Nota-se nesse processo do agronegócio uma parceria ideológica de classe com os meios de comunicação da burguesia, em especial televisão, revistas e jornais, que fazem sua defesa e propaganda permanente como único projeto possível, moderno e insubstituível. Portanto, a reprodução ideológica agora é realizada pelos meios de comunicação de massa. E há uma simbiose entre os grandes proprietários dos meios de comunicação, as empresas do agronegócio, as verbas de publicidade e o poder econômico (STÉDILE, 2013, p. 30).

No caso de Dourados, além do discurso nos meios de comunicação nacional o mito do pioneirismo reforça a atuação rural não só como símbolo econômico, mas também cultural. Os produtores rurais ganham status cada vez mais elevados dentro da sociedade civil e sua influência pode ser observada em diversas entidades não governamentais e também no poder público. Esses agentes do agronegócio vão captando diversos espaços dentro dos ambientes do Estado, seja por coerção ou por alinhamento ideológico dos dirigentes públicos, pautando suas políticas. Como apontam Cátia de Paula (2014), Francisco Ferreira (2018), Thiago Cavalcante (2014) e Rodrigo Lamosa (2010), são casos notórios das intervenções na educação, e em instituições como INCRA, FUNAI, IBAMA, etc., trazendo sérias consequências para os direitos humanos e a preservação ambiental. Tudo chancelado por grande parte da população que vê nos representantes do agronegócio exemplos de heróis que trabalham pelo povo e pelo desenvolvimento da região.

Do ponto de vista de Gramsci esses fenômenos dentro da sociedade civil estão também intrinsecamente ligados com o outro grande plano dentro da superestrutura, que se trata da “sociedade política”. É nela que se encontram todas as principais características do que comumente nós definimos como Estado. E, segundo o pensamento gramsciano, as bases ideológicas e culturais fundamentadas na sociedade civil são essenciais para manutenção de coesão para a sociedade política trabalhar algumas de suas ações efetivas de poder como políticas

públicas. Não atoa o crescente poder hegemônico do agronegócio alavancou candidaturas políticas e aumentou consideravelmente a sua bancada de apoio dentro do parlamento brasileiro, após o período de redemocratização.

No âmbito da representação política no legislativo, foi criada, em 1995, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) que se transformou em uma faceta mais organizada da conhecida “bancada ruralista”, e se consolida cada vez mais no papel de grupo mais poderoso dentro do congresso brasileiro. O peso de suas decisões já é tamanho que o site “De Olho nos Ruralistas” contabilizou que “124 deputados da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) votaram tanto pelo impeachment de Dilma Rousseff, em abril de 2016 na Câmara, como pelo arquivamento da denúncia de corrupção passiva contra Michel Temer, em agosto de 2017” (CASTILHO, 2017), ou seja, os parlamentares desse grupo foram responsáveis por 50% dos votos do impeachment de Dilma e 51% dos votos para manter Temer no cargo. Em 2015 essa bancada passou de 205 para 273 parlamentares comprometidos com a defesa dos interesses do agronegócio. Nas eleições de 2018 a FPA tinha como signatários cerca de 40% da Câmara e um terço do Senado, sendo alvo intensivo dos então candidatos à presidência do país (BASSI, 2019). Após o pleito eleitoral, porém, a renovação da composição do parlamento alterou as configurações vigentes e as siglas “tradicionalmente ligadas à bancada ruralista, como MDB, PP, DEM e PR” (BASSI, 2019). A bancada passou de 213 deputados ligados ao grupo para apenas 96 na câmara, acompanhado da queda de 28 para 18 no Senado.

Em 2019, contudo, esse desbalanceamento começou a ser “corrigido” pelo recém eleito governo Bolsonaro, que além da nomeação da deputada federal Tereza Cristina²⁵ como Ministra da Agricultura, mostrando a força política do Mato Grosso do Sul no agronegócio, também nomeou mais seis deputados ruralistas ao primeiro escalão dos cargos dentro do poder executivo, no início da gestão (CARVALHO, 2018). No fim daquele ano a FPA teve 167 novos parlamentares filiados, sendo 25 deles ligados ao, então partido²⁶ do presidente, resultando em um total de 257 signatários. Na câmara dos deputados são 225 representantes, dentre eles o seu presidente Rodrigo Maia (DEM), representando 44% da casa. Já no Senado a bancada ruralista possui 32 das 81 cadeiras disponíveis (BASSI, 2019).

Temos que descartar, ainda, que a estratégia hegemônica do agronegócio dentro da sociedade política está presente também em outros números eleitorais, que envolvem diretamente ações de agentes da sociedade civil. Até 2014, quando a legislação eleitoral brasileira ainda

25 Tereza ocupava o cargo de presidente Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e é conhecida pelo seu trabalho constante em favor da liberação de agrotóxicos. Após assumir o poste de ministra de Estado no Governo de Jair Bolsonaro o Brasil aprovou o registro de 474 agrotóxicos em 2019, maior número documentado pelo Ministério da Agricultura, que divulga esses dados desde 2005. É um volume 5,5% maior do que o de 2018, quando foram liberados 449 pesticidas — um recorde até então (OLIVEIRA e TOOGE, 2019).

26 Em novembro de 2019, o presidente Jair Bolsonaro decide se desligar do PSL (BENITES, 2019), após uma série de crises dentro da organização do partido, e até junho de 2020 ainda não se filiou a outra legenda depois da tentativa fracassada de criar um novo partido (BOLSONARO..., 2020).

permitia as “generosas” doações de empresas privadas às campanhas eleitorais²⁷, multinacionais do agronegócio como a JBS²⁸ acumularam um montante estimado de R\$ 463,4 milhões em doações à políticos e partidos nas campanhas eleitorais de 2006, 2008, 2010 e 2014 (EM..., 2017). A perspectiva trazida pelos referidos números escancara a lógica mercadológica estabelecida dentro da sociedade política brasileira, na qual um dos seus principais financiadores consequentemente também é um dos principais beneficiados, dentro e fora do aparelho do Estado, o agronegócio.

Para além do aspecto eleitoral, posteriormente abordaremos de forma mais aprofundada as incidências das classes dominantes sobre as políticas públicas, a priori vamos nos ater em como esse conjunto de elementos superestruturais exemplificados influenciam diretamente nossa cultura e consequentemente nas relações que envolvem a sociedade civil e a sociedade política por meio da hegemonia.

Como observamos, o campo cultural tem um protagonismo no pensamento gramsciano sobre as relações de poder na sociedade. O pensador italiano considerava que o exercício do poder pressupõe uma constante disputa de forças pelo que chamou de hegemonia. A hegemonia pressupõe a conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras. A noção de hegemonia propõe uma nova relação entre estrutura e superestrutura, se distanciando de uma determinação impositiva da primeira sobre a segunda, mostrando superestruturas como protagonista na análise das sociedades avançadas.

Segundo Gramsci, a hegemonia é obtida e consolidada em embates que comportam não apenas questões vinculadas à estrutura econômica e à organização política, mas estudo dos fenômenos superestruturais, dos saberes, das práticas, da cultura, e do sistema de valores no contexto de uma ordem capitalista. Assim, a hegemonia deve ser entendida para além da esfera econômica, pois inclui outras esferas do ser social. O autor ainda esclarece:

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica; não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (GRAMSCI, 2002, p.48).

Gramsci privilegiava uma formação social que visasse a expansão da força política e social das classes subalternas em sua busca pelo poder. O autor se esforçava para compreender

27 A partir das eleições de 2018, pela primeira vez, as campanhas eleitorais brasileiras não tiveram financiamento de empresas privadas (MELO, 2018).

28 JBS S.A. é uma empresa brasileira considerada uma das maiores indústrias de alimentos do mundo, operando no processamento de carnes bovina, suína, ovina e de frango e no processamento de couros. O dono da empresa, Joesley Batista, se viu envolvido em diversos escândalos políticos e criminais e acabou preso em 2018 por suposto esquema de corrupção no Ministério da Agricultura (GOEKING, 2018).

a natureza da ordem social como hegemonia cultural, ou seja, como um sistema baseado não só na coerção como também no consentimento voluntário das classes dominadas e subalternas. Essa compreensão possibilitou reflexões sobre algumas questões de natureza social e suas possibilidades de transformação. Dessa forma a luta cultural aparece como elemento fundamental na construção das estratégias revolucionárias, uma vez que não basta somente a conquista do poder do Estado, pois a sociedade civil age diretamente na formação dos sujeitos sociais.

Nesse contexto, a sociedade civil ocupa um papel central, bem como a ideologia, que aparece como constitutiva das relações sociais, em uma disputa pelas relações hegemônicas e construção de um novo bloco histórico, no qual novas concepções passam a ser consideradas em uma luta pela emancipação do pensamento opressivo das classes dominantes. Nesse sentido Gramsci vê a hegemonia como um longo e constante processo histórico no campo do exercício do poder, não só através do conjunto das instituições políticas, mas através da cultura.

Quando nos referimos ao agronegócio a classe dominante é representada pelos grandes produtores e latifundiários que dominam os meios de produção rurais e agem em diversos campos e grupos sociais pela manutenção de sua hegemonia. Empregando seus discursos por intermédio dos espaços e redes culturais conseguem garantir a continuidade das narrativas que os favorecem. Assim, caberia a classe dominada mobilizar-se pela transformação cultural e ideológica de seu bloco social de modo a progredir nas práticas políticas.

Ao remontarmos à concepção marxista comum a revolução se dá pela tomada dos meios de produção, à força, pela classe trabalhadora, resultado do colapso ocasionado pelas desvantagens econômicas e desigualdades causadas pelo desgaste eminente do sistema capitalista ao longo do tempo. A semente revolucionária que incitaria o proletariado a tomar o poder da burguesia, perdia força à medida que o capitalismo se consolidava como sistema social e econômico dominante ao redor do mundo.

Na concepção de Gramsci a emancipação das classes subalternas também se dará por movimentos revolucionários, porém não de maneira abrupta e fazendo uso apenas da força, mas aos poucos e por intermédio do campo cultural. O autor ainda destaca que a consciência crítica das classes, visando a revolução, é obtida através da disputa de hegemonias contrastantes, porém essa consciência não chega de maneira espontânea à classe trabalhadora. A classe só se torna independente por si própria se houver organização das partes. Essa organização deve remeter à integrantes de fora da classe, mais especificamente dos intelectuais, que ocupam papel fundamental na organização das sociedades.

Atuação dos intelectuais orgânicos e dos aparelhos privados de hegemonia

Para o pensador italiano esses intelectuais se diferem da concepção habitual do conceito.

São denominados intelectuais orgânicos, pois na verdade ocupam uma “função organizativa da hegemonia social” (GRAMSCI, 1982, p.11). Portanto sua função se mostra imprescindível na correlação de forças na disputa por novas relações hegemônicas, seja na sustentação e legitimação da ordem social vigente, no caso das classes dominantes. Seja na ruptura das divisões sociais em busca de uma nova ordem social por parte das classes dominadas.

Então, tais intelectuais correspondem aos indivíduos ou coletivos que atuam diretamente na disputa ideológica pelas relações hegemônicas, expressando e defendendo os objetivos e interesses dos grupos sociais ao qual estão vinculados (SCHLESENER, 2018, p. 37). Podem, assim, ser representados desde um líder indígena que organiza a resistência de sua e das demais aldeias, aos produtores rurais que estruturam uma rede paramilitar para combater a “invasão” de suas terras. Ambos expressam os valores e os interesses de seus grupos, porém sua atuação não necessariamente deve corresponder ao de intelectuais da academia, pesquisadores científicos, filósofos e artistas, que também são intelectuais orgânicos, mas como “administradores” e divulgadores mais modestos da riqueza intelectual já existente, tradicional, acumulada” (GRAMSCI, 1982, p.11-12).

Como atuam nas relações sociais de modo a divulgar intensamente suas concepções de mundo e formatar no pensamento coletivo afim de alcançar um consentimento, esses intelectuais orgânicos estão presentes em todas as áreas de atuação dentro das sociedades. Claro que pelas condições materiais e privilégios proporcionados pela desigualdade capitalista, a classe dominante tem muito mais condições de criar esse tipo de agente.

É preciso salientar, porém, que a disputa pela hegemonia é construída através das ações de diversos agentes, não só pelos intelectuais orgânicos. Entre esses agentes estão os “aparelhos privados” de hegemonia, que são organizações da sociedade que também ocupam lugar de destaque no papel de criação de consensos e consentimentos em torno das proposições das classes, tanto dos dominantes, quanto dos dominados. Estes aparelhos congregam uma relação de forças formadas por meio da intensificação das reivindicações sociais que atuam na ampliação da participação política dos cidadãos em busca do apoio da sociedade civil como um todo.

Dentre os aparelhos privados estão sindicatos, partidos políticos, jornais, revistas, escolas, igrejas, universidades, associações, cooperativas e todas as instituições ligadas à organização da cultura. Atuando como agentes da hegemonia, ressoam as concepções ideológico-culturais dominantes, bem como às contrárias.

Apesar da utilização da palavra “privado”, nem sempre esses aparelhos de hegemonia orbitam fora do âmbito do Estado, em muitas ocasiões instituições estatais como escolas e universidades atuam na elaboração e difusão de concepções particulares de mundo que diferem da percepção estatal em busca da legitimação da sociedade civil. “O Estado tem e pede o consenso, mas também “*educa*” este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente” (GRAMSCI, 2002, p. 119).

A autonomia desses aparelhos privados possibilita que as classes possam alcançar a hegemonia mesmo sem a efetiva tomada do poder do Estado. Gramsci entende que a disputa pelo poder entre as classes se dará por meio da conquista da hegemonia e do consenso dentro da sociedade civil. Nesse sentido esses aparelhos oferecem ferramentas fundamentais nas disputas ideológico-culturais da sociedade.

São diversos os exemplos de aparelhos privados que podemos destacar, no cenário douradense, com atuação direcionada à manutenção da condição hegemônica do agronegócio, como as cooperativas e associações agrícolas que oferecem serviços bancários e vantagens de crédito aos agricultores ou as usinas sucroalcooleiras e companhias de produção alimentícia de derivação animal que empregam um grande número de trabalhadores das classes subalternas e aplicam sobre eles uma constante narrativa no sentido dos benefícios dessas empresas para a região, omitindo as adversidades ambientais causadas pela sua metodologia de produção. Mesmo que o discurso contraditório, que ainda aparece com muito menos alcance, atingisse os ouvidos e fosse assimilado por alguns desses funcionários, sua condição de precarização, reflexo do projeto econômico neoliberal, não lhes daria condições de contrariar o discurso de seus empregadores.

Além do comércio e da indústria, no qual atuam de maneira quase indireta na propagação de seus discursos ideológicos, os aparelhos privados de hegemonia aparecem no antro da sociedade civil com discursos mais enfáticos e diretos por meio de instituições educacionais como escolas e universidades, inclusive do poder público, sendo utilizadas como um instrumento fundamental para a formatação da hegemonia burguesa. A movimentação das empresas na intenção de se alocarem no interior das instituições de ensino tem cumprido um importante papel na difusão do discurso dominante através dos principais espaços de formação da maioria dos jovens.

No âmbito escolar, a ação do projeto de hegemonia de uma determinada fração da classe dominante retira das instituições seu caráter público, na medida em que seu projeto político pedagógico passa a sofrer a mediação de interesses privados. Dessa maneira, certos interesses particulares passam a mediar escolhas dentro ambiente mecanismos internos de discussão do planejamento escolar e curricular. Na perspectiva do agronegócio, é muito comum que empresas ligadas ao setor atuem nessas instituições com discursos ideológicos que são inerentes à entrada de projetos de educação ambiental privados no espaço escolar público. Nesse sentido, de acordo com Lamosa (2010), é cada vez mais evidente que esse movimento ideológico de reprodução de um capitalismo apresentado como sustentável ou verde, está vinculado à atuação crescente do referido empresariado no espaço escolar²⁹, utilizando-se de uma política de responsabilidade

29 Um dos exemplos dessas práticas pode ser constatado pelo “programa Agrinho” implementado a 19 anos no Paraná e presente a partir de 2016 em Mato Grosso do Sul, com participação de 66 municípios e 520 escolas municipais e estaduais com a previsão em atender 200 mil alunos no decorrer o ano letivo. (AGRINHO-MS, 2020). Ler mais em: ROSSI, Rafael; ALBUQUERQUE DE VARGAS, Icléia. **Ideologia e Educação: Para a Crítica do**

social, a partir de um contexto de reorganização do padrão de sociabilidade do capital, tornando suas ações mais “aceitáveis” aos olhos da sociedade.

O mesmo processo se dá, em maior escala, no panorama das universidades. Esse fenômeno está ligado pontualmente a dois fatores. O primeiro é a garantia da autonomia³⁰ as universidades, principalmente de caráter público, em suas ações e decisões no âmbito administrativo e pedagógico. Outro fator fundamental é a amplitude do seu alcance formador e transformador em relação ao ensino básico. Embasada pelo eixo Ensino, Pesquisa e Extensão, suas ações se destacam para além das atividades somente pedagógicas e impactam diretamente na sociedade civil. Logo, as ações dos intelectuais orgânicos e, em certa medida, da própria instituição como aparelho privado de hegemonia, exercem uma atuação de agentes ativos nas disputas das relações hegemônicas da sociedade.

O caráter cada vez mais tecnológico e científico do agronegócio já o coloca em posição de destaque dentro do ensino superior, principalmente em regiões como a de Dourados, que além de ser um centro agropecuário, também se sobressai como pólo universitário. Porém, a pesquisa científica não é o único foco de influência do agronegócio, pois o campo ideológico é alvo da disputa constante em prol dos discursos da classe dominante. Já que seu desenvolvimento necessita também ser chancelado dentro do contexto cultural para alcançar um consentimento social. Esse constante conflito de narrativas faz parte do jogo de relações de poder na disputa pela hegemonia.

Gramsci destaca essas disputas culturais dentro das instituições de ensino quando aponta que:

A escola — em todos os seus níveis — e a Igreja são as duas maiores organizações culturais em todos os países, graças ao número de pessoas que utilizam. Os jornais, as revistas e a atividade editorial, as instituições escolares privadas, tanto as que integram a escola de Estado quanto as instituições de cultura do tipo das universidades populares. [...] Entretanto, deve-se notar que em todos os países, ainda que em graus diversos, existe uma grande cisão entre as massas populares e os grupos intelectuais, inclusive os mais numerosos e mais próximos a periferia nacional, como os professores e os padres. E isso ocorre porque o Estado, ainda que os governantes digam o contrário, não tem uma concepção unitária, coerente e homogênea, razão pela qual os grupos intelectuais estão desagregados em vários estratos e no interior de um mesmo estrato (GRAMSCI, 1999a. p.112).

A discussão mais aprofundada sobre o papel das universidades dentro das relações hegemônicas será pautada no próximo capítulo deste trabalho. Contudo, no momento, o que

Programa Agrinho. Revista NERA, v. 20, n. 40, 2017.

30 A garantia do artigo 207 da Constituição, o qual assegura que “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988, Art. 207), parece cada vez mais frágil diante das intervenções antidemocráticas executadas pelo governo Bolsonaro sobre as instituições de ensino superior do país. De desrespeito ao resultado das consultas prévias (SAYURI, 2019), inclusive na própria UFGD, às tentativas de alteração forçada da constituição por meio de medidas provisórias que tentam estipular novas regras sobre as escolhas dos dirigentes nas universidades e institutos federais de ensino (GOVERNO..., 2019).

convém nos ater sobre as ponderações levantadas por Gramsci é que a disputa pela hegemonia está presente nas mais variadas áreas que permeiam a cultura das sociedades, sendo fragmentada em diversos outros conflitos internos das mais diferentes ideologias.

Essa falta de uma concepção unitária mostra que mesmo nas posições que já exercem uma condição hegemônica existe divergência de interesses e disputa das versões narrativas entre os membros da classe dominante. O mesmo ocorre dentro das relações das classes dominadas, seja entre os integrantes da classe média alta pequeno burguesa ou com as classes subalternas que mais sofrem com as desigualdades sociais e econômicas da sociedade. Considerando uma grande diferença entre as capacidades de articulação³¹ que cada classe consegue exercer nessa disputa pela hegemonia.

Ou seja, dentro das próprias articulações hegemônicas do agronegócio existem as concorrências pelas construções narrativas em torno na manutenção da hegemonia. Conseqüentemente no âmbito das forças de resistência também ocorrem dissonâncias sobre qual grupo ou ideia deve prevalecer como principal vertente de oposição, porém esses conflitos ocasionalmente desarticulam ainda mais as forças emancipatórias na sua busca por coesão. É muito mais confortável o papel de manutenção para quem já alcançou a condição de hegemonia. A partir da configuração memorialista estabelecida pelo mito pioneiro em Dourados, podemos demonstrar essa dificuldade a partir da tentativa de reconstruir o histórico dos povos que ali viviam antes da ocupação colona. Gramsci ressalta essa adversidade na reconstrução do discurso por parte das classes subalternas quando justifica que elas “nem mesmo suspeitam que sua história possa ter alguma importância e que tenha algum valor deixar traços documentados” (GRAMSCI, 1966, p. 55 *apud* SCHLESENER, 2018, p. 43).

Temos que considerar, assim, que as relações hegemônicas apresentam uma estrutura muito mais complexa e segmentada dentro do campo social do que a simples dicotomia entre classes dominantes e dominadas aparentam. E segundo essa lógica, tanto os intelectuais orgânicos, quanto os aparelhos privados de hegemonia também estão sujeitos à essas disputas pelo consentimento nas relações hegemônicas. Dessa forma, a hegemonia pode ser expressada de diversas maneiras dentro do sistema de produção capitalista. Dentre elas, as ações das organizações sociais, com base em manifestações políticas e ideológicas, influenciam diretamente na organização política e cultural da sociedade civil (superestrutura), atuando no processo de transformação das sociedades formando a opinião pública e conseqüentemente gerando consensos que possibilitam a manutenção ou o questionamento sobre a hegemonia vigente.

Não podemos deixar de notar que, na teoria gramsciana, apesar da sua aplicabilidade nos diversos segmentos que formam a sociedade, a hegemonia representa-se como um concei-

31 O próprio Gramsci admite que a classe proletária, por conta de sua própria natureza e função histórica apresenta dificuldades de desenvolver seus intelectuais orgânicos. Para o autor, esse processo ocorre de maneira muito mais lenta que em qualquer outro grupo social (GRAMSCI, 1987).

to único de relação de poder entre a sociedade política (força) e a sociedade civil (coesão), cabendo assim às organizações sociais, a disputa incessante entre os grupos sociais dominantes e os grupos sociais subalternos pelo poder e o consentimento. Todavia o conceito de “contra hegemonia” é atribuído erroneamente ao pensamento de Gramsci como sendo parte de sua obra. Porém tal formulação pertence ao autor Raymond Williams na sua obra *Base e superestrutura* (1973) e depois ampliada em *Marxismo e literatura* (1979). Segundo Rosemary Dore e Hebert de Souza (2018) um dos fatores fundamentais que diferenciam a teoria gramsciana dos preceitos levantados por Williams está na interpretação do conceito de cisão pelo pensador italiano, conforme segue,

O conceito de “cisão,” que Gramsci busca em Sorel (1992) e o reformula, é significativo para explicar a criação da hegemonia pelos grupos subalternos. A cisão abrange um complexo processo dialético de ruptura com dimensões particularistas e identificação de elementos universais nas concepções de mundo hegemônicas, para fortalecê-los e ampliá-los. Não se limita meramente a sustentar posições “anti” ou contra. Trata-se de um movimento muito mais complexo, um movimento molecular de mobilização da sociedade, desde a base até o topo. Propõe a elevação intelectual e moral das massas populares, a renovação de seus valores e de suas perspectivas – um movimento de organização da cultura –, tendo como referência a filosofia da *práxis* (DORE e DE SOUZA, 2018, p. 248).

Partindo dessas ponderações, seguiremos o raciocínio de Gramsci ao considerarmos que as disputas no âmbito das organizações sociais visam continuidade e ruptura de uma mesma relação hegemônica e não a criação de uma outra hegemonia contrária. Essa ruptura, porém, está ligada a formação de um novo consenso social, que pela visão gramsciana se consolida de maneira passiva dentro dos discursos e valores simbólicos cultivados dentro das sociedades. Até pelo fato de estarmos sujeitos a constante interferência capitalista, a tentativa de construção de valores em oposição à cultura dominante também não escaparia de ser apropriada pelos interesses do capi-tal. Assim, faz mais sentido que a disputa pela hegemonia seja realizada dentro das relações materiais e imateriais já existentes, nas dimensões sociológica e antropológica da cultura, le-vando em conta os reflexos das diversas outras áreas que também atuam nessa disputa pelo consenso.

A escolha por seguir essa perspectiva teórica não quer dizer que descartaremos automaticamente todo o conhecimento e reflexões trazidas por Williams ao estudo da hegemonia e da cultura, pelo contrário, seu pensamento inclusive é extremamente pertinente dentro do âmbito dos estudos culturais e estão sendo utilizados desde o início deste trabalho.

Contudo, ao consideramos o pensamento de Gramsci sobre o processo social como um todo, fica cada vez mais evidente como as dimensões simbólicas representam parte integrante das relações de poder expressadas pelas coletividades. Por esse motivo a defesa do projeto hegemônico das elites necessita não só reforçar seus discursos nos aspectos educacionais, morais e religiosos como também combater as concepções de mundo divergentes, “contra a hegemonia” vigente, originadas pelas classes subordinadas, na tentativa de romper com

qualquer narrativa “subversiva” que ofereça uma alternativa à sua perspectiva de cultura.

Não à toa o campo artístico-cultural sempre sofreu sérias retaliações das políticas neoliberais, autoritárias e conservadoras ao longo da história. Quando acompanhamos o processo de estruturação das políticas culturais no Brasil³² podemos notar os diversos ensejos do Estado e do capital sobre área da cultura. Da censura, em seu ápice com o AI-5³³ de 1968, em plena ditadura militar brasileira, ao sucateamento, ataques e perseguições que a atual gestão do Governo Federal, comandada por Jair Bolsonaro³⁴, vem promovendo aos artistas e aos mais diversos setores culturais do país.

Para além da interferência direta da sociedade política, por meio do aparelhamento do Estado, a sociedade civil também exerce papel fundamental na reprodução dos discursos que sustentam as políticas promovidas pelo poder executivo e que inclusive foram determinantes para o sucesso de Bolsonaro na campanha eleitoral que o elegeu. O avanço da pauta conservadora neopentecostal, aliada aos interesses econômicos das elites, permitiu que discursos muito parecidos com os vigorados nos mais rigorosos anos da ditadura fossem declarados publicamente e ganhassem cada vez mais adeptos. A investida pontual nos elementos simbólicos que formam o imaginário popular possibilitou que o viés autoritário de uma proposta antidemocrática, pautada pela perseguição de minorias, fosse absorvida sem a violenta imposição coercitiva característica do governo militar³⁵.

Segundo Casimiro, esse fenômeno ocorre através da atuação da “nova direita” no Brasil. Nas palavras do autor,

Esse é um processo de reorganização das classes dominantes que lança suas raízes em meados dos anos de 1980 e que tem como uma de suas manifestações, entre várias outras, o surgimento de um novo modus operandi de ação políticoideológica. Essa representação política não partidária dos segmentos da direita liberal conservadora, atualizada, militante e, muitas vezes, truculenta, configura-se, portanto, como

32 Para um histórico mais detalhado sobre a estruturação das políticas públicas no Brasil ver: CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas**. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas e BARBALHO, Alexandre (org.). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007; SILVA, Thays Nogueira da. **Produtoras Culturais: um estudo sobre a participação das mulheres na produção cultural brasileira**. Dourados: UFGD, 2020.

33 O Ato Institucional número 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, é considerado um golpe dentro do golpe pois suas determinações ficavam acima das leis estabelecidas pela Constituição de 1967, cominando em um regime de censura rigorosa às mais diversas manifestações artísticas no país até ser revogada, juntamente com todos os atos institucionais e complementares que fossem contrários à Constituição Federal, em 13 de outubro de 1978, no governo Ernesto Geisel, quando foi promulgada a emenda constitucional nº 11.

34 Jair Bolsonaro foi eleito na eleição presidencial brasileira de 2018 com 55,13 % dos votos válidos, vencendo o candidato Fernando Haddad (PT), que obteve 44,87% dos votos válidos.

35 Temos que lembrar, porém, que mesmo utilizando-se das forças armadas, e seus métodos violentos, para executar o golpe de 1964 e manter seu regime ditatorial por mais de 20 anos, os militares também necessitavam de um discurso de coesão que era apoiado por uma grande parcela da população, no seu início, e justamente o enfraquecimento desse consentimento, com participação massiva do meio artístico-cultural, contribuiu também para o processo de redemocratização do país.

aparelhos privados de hegemonia, cuja ação foi ganhando amplitude e intensidade, assim como foi radicalizando seu discurso ao longo do tempo (CASIMIRO, 2018, p. 43).

O pensamento gramsciano, inclusive, é alvo de constante ataque dessa “nova direita”³⁶, acusado de estabelecer uma doutrina intitulada “marxismo cultural”³⁷, que teria o intuito de praticar uma doutrinação ideológica e cultural, aparelhada pelo Estado brasileiro, em escolas e universidades públicas.

Tais exemplos não só ratificam alguns dos conceitos apresentados por Gramsci, como também mostram o poder e a influência que a arte e a cultura exercem na sociedade e conseqüentemente o temor e a ameaça que elas representam para sociedade política e as classes que dominam a hegemonia do país.

Todavia, é importante destacar que a disputa por novas relações hegemônicas está posta nas mais diversas instâncias ideológicas e está presente em nosso cotidiano o tempo todo. Desde as roupas que você escolhe usar ao sair de casa, até os conteúdos que consome na TV, rádio ou internet. Na sociedade atual é inegável o crescimento exponencial da difusão das mídias de comunicação no cotidiano da população. Devido as mudanças no cenário tecnológico, econômico, artístico e social, nasce uma nova disposição de interações comunicacionais desenvolvidos no entorno desse regime social totalmente conectado à internet e as mídias digitais. Nessa configuração, o poder dessas mídias para formação de consenso é cada vez mais imponente.

Dadas as circunstâncias, após nos aprofundarmos na conceituação teórica de Gramsci, temos que finalmente direcionar nosso olhar para o espectro artístico-cultural, dentro do bloco histórico em que estamos ineridos, e tentar compreender as razões que estabelecem seu papel dentro das relações hegemônicas como agente igualmente determinante e determinado. Nessa direção, o pensamento de Adorno e Marx Horkheimer pode nos demonstrar a efetiva participação do agronegócio, e sua narrativa hegemônica, no âmbito da cultura nacional e douradense.

2.2 A Indústria Cultural como ferramenta de legitimação hegemônica

Em paralelo aos estudos gramscianos sobre hegemonia, no início do século XX, com a aproximação da arte com as novas tecnologias, a expansão da produção artística e a absorção

36 Segundo o próprio Casimiro, a “nova direita” é atualmente classificada pela mídia e por analistas políticos como “forma articulada, mobilizada e aparelhada de segmentos burgueses, liberal-conservadores” (CASIMIRO, 2016)

37 “Marxismo Cultural” é uma narrativa conspiratória, a qual descreve a ação estratégica dos marxistas traçaram uma nova estratégia, após a o fracasso do regime comunista no mundo, na tentativa de dominação cultural marxistas com o objetivo de destruir a cultura e a civilização ocidentais e o modelo econômico capitalista moderno (CARAPANÁ, 2018). Um dos principais divulgadores dessa teoria no Brasil é o escritor e astrólogo Olavo de Carvalho, apontado como mentor intelectual das ações do governo Bolsonaro.

dessas obras por uma parcela maior da população, principalmente ligadas as classes mais baixas, surge o conceito de *indústria cultural* (ADORNO; HORKHEIMER, 1985), cunhado pela primeira vez em 1940 pelos teóricos da Escola de Frankfurt Theodor Adorno e Marx Horkheimer. Com o argumento crítico em relação a massificação dos bens culturais e sua absorção pelo sistema capitalista, Adorno evidencia que o mercado adota meios de padronização e de distribuição da arte.

Adorno considerava que o tempo livre da população não oferecia efetivamente liberdade, pois ao invés de otimizar as potencias, capacidades e instrumentos de decodificar a realidade nos seres humanos, ele na verdade está associado diretamente ao período de trabalho, oferecendo assim o sentido oposto ao da sua definição.

“[...] se quisesse responder à questão sem asserções ideológicas, tornar-se-ia imperiosa a suspeita de que o tempo livre tende em direção contrária à de seu próprio conceito, tornando-se paródia; deste. Nele se prolonga a não-liberdade, tão desconhecida da maioria das pessoas não-livres como a sua não-liberdade, em si mesma” (ADORNO, 2002, p. 104).

Essa constatação trouxe à tona uma reflexão sobre a realidade dos tempos de lazer dessas classes. Um novo tipo de produção em massa tomava conta da indústria da cultura com objetivo de estabelecer um mercado consumidor para os conteúdos culturais (filmes, músicas, livros, obras de artes e outros bens culturais) e, ao mesmo tempo, alienar a população de tal forma a ponto de torná-la apenas espectadora passiva, sem espaço para reflexão crítica sobre a sua realidade. Dessa forma, os tempos livres são preenchidos por conteúdos de entretenimento raso que oferecem uma opção que tranquiliza as massas para que não haja interação com os reais problemas trazidos pelo regime de exploração capitalista e conseqüentemente elimine o desejo real de mudança desses problemas por parte das classes dominadas.

Da perspectiva da classe trabalhadora brasileira, a expansão territorial e tecnológica do agronegócio, à medida que se consolidava como referência hegemônica, ocasionou um processo de êxodo rural que forçou milhares de famílias a abandonarem sua vida no campo em direção às cidades, levando com elas as condições precárias e a miséria. Tal processo é intitulado por vários autores como “modernização conservadora” (DELGADO, 1985; PIRES e RAMOS, 2009). Após se mudarem, tais camponeses se limitavam a ocupar empregos tipicamente urbanos e serviços menos qualificados dentro da indústria. Com essa nova rotina, se viram obrigados a se adaptar rapidamente às características e práticas urbanas, conseqüentemente absorveram também os hábitos de lazer da população das cidades em seu tempo livre.

Matutos, caipiras, jecas: certamente era com esses olhos que, em 1950, os 10 milhões de citadinos viam os outros 41 milhões de brasileiros que moravam no campo, nos vilarejos e cidadezinhas de menos de 20 mil habitantes. Olhos, portanto, de gente moderna, “superior”, que enxerga gente atrasada, “inferior”. A vida da cidade atrai e fixa porque oferece melhores oportunidades e acena um futuro de progresso individual, mas, também, porque é considerada uma forma superior de existência. A vida do campo, ao contrário, repele e expulsa (MELLO e NOVAIS, 1998, p. 574).

Como a indústria cultural é resultado natural da lógica de expansão do capitalismo sobre a cultura, seria necessário convencer essa nova, e grande, parcela da população que as mudanças impostas pelo agronegócio representavam o caminho correto em direção ao “progresso”. Para construção dessa narrativa a propaganda aparece como peça fundamental no uso da Indústria Cultural como aparelho de hegemonia (CHÃ, 2016).

Agro é pop! As mídias e a publicidade na influência sobre as massas

Naquele período, os sistemas de comunicação em massa, como rádio e TV, ocupavam uma posição de destaque no cotidiano da população devido a facilidade ao seu acesso, proporcionado pelo sistema bancário que passou a financiar ativamente o consumo, especialmente de bens duráveis de consumo de valor mais elevado como os aparelhos de televisão (MELLO e NOVAIS, 1998).

No Brasil, a IC³⁸ se desenvolveu como aparelho de hegemonia na década de 1930. É a partir dessa década que o sistema de radiodifusão ganha importância, com a compreensão de seu alto poder de propaganda pelo governo Getúlio Vargas, que enaltecia suas ações, a partir de 1935, por meio da transmissão do Programa Nacional (posteriormente, Hora do Brasil). Simultaneamente, o sistema de radiodifusão foi ganhando corpo com a instalação da Rádio Nacional, no Rio de Janeiro, em 1936, e da Rádio Tupi, em São Paulo, no ano seguinte. Assim, programas musicais e de variedades cumpriam papel semelhante ao da “propaganda política”, fossem seus conteúdos pautados pela exaltação nacional ou não (BASTOS et al., 2012, p. 415).

Através desses meios de comunicação essa gigantesca parcela da população, de maioria analfabeta ou de baixíssima escolaridade, encontrava na programação e na publicidade sua fonte principal de informação e entretenimento. Por ocupar papel tão importante na difusão cultural dentro da sociedade urbana brasileira, essas redes de comunicação passam a reproduzir o discurso pró-consumo, supostamente superior, que apontava para uma realidade de progresso tecnológico no campo, por meio da utilização intensiva de máquinas e agrotóxicos e sem a presença dos camponeses.

A presença da TV nos lares de grande parte dos brasileiros, por todo o território, estimulada a partir da década de 1970 e alcançando seu ápice nas décadas seguintes, forjou uma imagem de país útil para o regime militar e eficiente para o cumprimento de mais um ciclo de modernização conservadora. (BASTOS et al., 2012, p. 416).

A adesão desses meios de comunicação em massa a narrativa da “revolução verde”³⁹ e a configuração hegemônica no país após o golpe de 1964, amplificaram o papel da Indústria Cultural e sua influência midiática sobre a proposta de modernização conservadora em relação ao agronegócio. Entre o período do regime militar até a redemocratização política brasileira a

38 Abreviatura de Indústria Cultural utilizada pelos autores.

39 A revolução verde, iniciada nos anos 1950, identifica um conjunto de iniciativas e práticas tecnológicas que alavancou a produção agrícola em todo o mundo.

mídia não só agiu como principal instrumento de censura do Estado sobre as vozes e as produções artísticas dissonantes à suas práticas e discursos, como também colaborou decisivamente para propagação dos discursos de interesse das classes dominantes.

Nesse mesmo período, nasce, em 1965, a Rede Globo de Televisão, que se tornaria o maior conglomerado de comunicação no Brasil e um dos maiores do mundo (GRUPO..., 2016). A referida emissora, assim como os demais meios de comunicação, “estavam a serviço da construção da identidade de um país sem contradições, harmônico, cordial, uma “potência em crescimento”, à revelia do país real” (BASTOS et al., 2012, p. 416).

Contudo, como sempre ocorre nas relações hegemônicas, o período também estimulou a formação de movimentos sociais e artísticos de resistência e perspectivas emancipatórias que se opunham ao regime de opressão do Estado e ao avanço da mídia em mais uma etapa da modernização conservadora. Ações como as “Diretas Já” impulsionaram a queda do regime militar e também foram apropriadas pelas dinâmicas da Indústria Cultural.

[...] a consolidação da Indústria Cultural foi um dos fatores decisivos desse ciclo de modernização conservadora, e jogou papel chave na mudança de peso nos termos da equação do poder hegemônico, da coerção para o consentimento, para garantir o retorno “seguro” para as bases do regime da democracia representativa (VILLAS BÔAS, 2012, p. 154).

No entanto, Mello e Novais (1998) analisam que o processo de redemocratização do país também representada os interesses das classes dominantes e sua es-tratégia neoliberal, bem como mostrava o poder que a comunicação em massa alcançava dentro da sociedade, quando esclarecem que:

A estratégia dos ricos e poderosos, que Carlos Estevam Martins chamou de “mudar o regime para conservar o poder”, acabaria desembocando no neoliberalismo. Para garantir sua dominação, ajudaram a transformar a política também num negócio. Seu verdadeiro meio de fazer política não são os partidos, e sim a grande imprensa e os meios de comunicação de massas, atuando protegidos por essa quase ficção que é, entre nós, a liberdade de informação. Os partidos políticos convencionais perdem importância, são meros apêndices voltados para o toma lá, dá cá. As eleições transformam-se num espetáculo de TV, comandados por marqueteiros sempre competentes em “mobilizar emoções” (MELLO e NOVAIS, 1998, p. 651).

Dentro da realidade de territórios mais recentes como Dourados, e o próprio estado de Mato Grosso do Sul, a baixa distribuição de equipamentos culturais⁴⁰, fazem com que a maior parte da oferta artístico-cultural seja consumida através das mídias de comunicação em massa como a Rádio, TV e mais recentemente a internet.

Na contemporaneidade os meios de comunicação ocupam lugar crucial na disputa pelo

40 Segundo Teixeira Coelho, como equipamentos culturais podem ser entendidos “tanto edificações destinadas a práticas culturais (teatros, cinemas, bibliotecas, centros de cultura, filmotecas, museus) quanto grupos de produtores culturais abrigados ou não, fisicamente, numa edificação ou instituição (orquestras sinfônicas, corais, corpos de baile, companhias estáveis, etc.)” (COELHO, 1997). Veremos mais indicativos sobre os espaços e características da produção cultural douradense no capítulo 3 deste trabalho.

consenso dentro das relações hegemônicas e, a partir da condição privilegiada desses distribuidores de conteúdo, é muito mais viável inserir contornos ideológicos que representem os interesses dominantes. Sobre essa condição dos veículos de comunicação o próprio Karl Marx já salientava que os mesmos “Transportam signos; garantem a circulação veloz das informações; movem as ideias; viajam pelos cenários onde as práticas sociais se fazem; recolhem, produzem e distribuem conhecimento e ideologia” (MARX e ENGELS, 1977, p. 67).

Um dos grandes exemplos dessa influência da programação midiática “nacional” sobre as culturas locais pode ser aferido pela quantidade de torcedores de clubes de futebol do eixo RJ-SP fora da região sudeste (CENTRO-OESTE..., 2019). Esse fenômeno se deve às escolhas das TVs detentoras dos direitos de transmissão dos campeonatos nacionais de futebol para todo o país desde os anos 1950, no período da radiodifusão e ainda mais exacerbado na era da TV, ajudando, de forma impositiva, no surgimento de grandes torcidas dos clubes paulistas e cariocas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste em detrimento às torcidas de times locais (CAMPOS, 2018).

Ana Manuela Chã (2016), em seu trabalho *Agronegócio e Indústria Cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia*, demonstra como o agronegócio, através de uma de suas maiores representantes no Brasil, a empresa de fertilizantes Bunge, enxerga na Indústria Cultural e nesse comprovado potencial das mídias de comunicação uma oportunidade de capitalizar seus discursos e alcançar o imaginário das massas. Ao analisar documentos⁴¹ que contam a história da empresa, parte do acervo do Centro de Memória Bunge, a autora encontrou o seguinte trecho:

O Brasil acabava de passar pelo maior êxodo rural de sua história nas décadas anteriores. Movidos pela industrialização, dezenas de milhões de brasileiros haviam trocado o campo pelas cidades, que cresciam desordenadamente. Não seria surpresa se o País passasse a sentir, coletivamente, uma espécie de nostalgia – não necessariamente ancorada na realidade – por uma vida mais simples, mais aconchegante. Vale notar: o programa *Globo Rural*, o primeiro do gênero na televisão brasileira, estreou em janeiro de 1980. Em agosto de 1981, estreava o *Som Brasil*, sob o comando de Rolando Boldrin. Durante os anos 1980, as duplas sertanejas que viriam a dominar as rádios na década seguinte emplacavam seus primeiros grandes sucessos. E, entre março e dezembro de 1990, a Rede Manchete exibia a novela *Pantanal*. (CHÃ, 2016, p. 27 *apud* FUNDAÇÃO BUNGE, [2008?]).

Apenas nesse pequeno trecho podemos identificar vários aspectos da narrativa construída pelo agronegócio por meio da Indústria Cultural. Nele a empresa destaca a migração do campo para cidade resultando no desordenado crescimento urbano e conseqüentemente o no surgimento do sentimento nostálgico pela volta da vida simples no campo. Sem mencionar os responsáveis pela referida desordem, que também ocasionou a precarização do trabalho, misé-

41 Os documentos referenciados pela autora em seu trabalho, cujo acesso se deu em 2015, já não se encontram mais com links ativos no site da empresa, dessa maneira utilizamos os trechos citados por Chã (2016) em seu trabalho

ria e a desestruturação de milhares de famílias periféricas, prefere enaltecer a memória afetiva dessa população, passando a conduzi-los na direção da idealização do mundo rural e do passado glorioso no campo. Essa memória, apesar da lembrança de uma rotina menos acelerada e com maior tempo de convívio social, esconde a igualmente complicada realidade do meio rural, conforme relata Machado, quando destaca que:

o cotidiano desse mundo rural, marcado pela solidão do campo [...] não foi um mundo idealizado, pois foi um tempo de muitas dificuldades, marcado pelo trabalho duro e as incertezas, de poucas técnicas e baixa produtividade. É hoje um tempo transcorrido, transformado pelos financiamentos, pelos equipamentos e máquinas agrícolas sofisticadas; pelas estradas construídas e asfaltadas; pelas super-safras; pelas terras disponíveis ou ampliadas; pela impossibilidade para alguns nela viver; pelas novas relações comerciais estabelecidas com o mercado; pelas novas relações de trabalho; assim com novos atores sociais, pelo desemprego ou emprego sazonal, pelas novas articulações com os meios de comunicação de massa; pelas novas formas de pensar e agir surgidas em decorrência de tudo isso (MACHADO, 1998, p. 28).

Logo, esse sentimento nostálgico também é apropriado pelo discurso dominante com intuito de atenuar as mazelas vividas pela população recém-chegadas às cidades. Em pouco tempo essa cultura ultrapassa os limites da sua área de atuação e é absorvida pelo restante da sociedade urbana. Impulsionado pela força da Indústria Cultural passa a ser mercantilizado, transformando um discurso que inicialmente tinha intenção de conter o descontentamento com os efeitos negativos aos ex-camponeses, em um potencial nicho mercadológico que, além de cumprir o papel de alienação sobre essa população explorada, ainda mostrava que o estilo rural não só remontava a um passado virtuoso, mas se consolidava como referência apontando na direção de um futuro ainda mais glorioso.

Sob essa aura de prestígio, o agronegócio volta sua atenção para as relações simbólicas inseridas no contexto artístico-cultural da sociedade e, aliado à lógica de mercado, investe não apenas no setor publicitário, mas na própria produção artística a ser consumida pelas massas. O que nos leva a analisar a segunda parte do texto, elaborado pela Bunge, destacado no trabalho de Chã (2016). Ao citar o programa Globo Rural a empresa faz alusão a emissora de maior alcance no país (GLOBO..., 2017). E ao saudar o programa Som Brasil e a novela Pantanal explicita dois dos maiores instrumentos de construção e difusão de narrativas no país, o mercado musical e a teledramaturgia.

Como já vimos, o poder que a TV aberta exerce no cotidiano das massas é deveras sedutor para os representantes da classe dominante. Por esse motivo o horário nobre do canal de televisão de maior audiência do país se tornou o alvo primordial das empresas e conglomerados ligados ao agronegócio. Nas últimas décadas, nos intervalos da novela das 8 da Rede Globo, as grandes marcas, principalmente ligadas ao setor alimentício, tem concentrado suas ações de marketing aproveitando-se das imagens afetuosas, com famílias reunidas em torno de uma mesa farta e sempre recheada de produtos dos anunciantes, apresentadas pelas tramas das telenovelas.

Como esclarece Chã, além das inserções no campo ficcional os intervalos comerciais ainda

continuam as narrativas com a presença das grandes estrelas da mídia nas peças publicitárias. Segundo a autora,

O investimento em amplos projetos de marketing tem sido muito grande, como é possível ver pelas milionárias campanhas publicitárias de grupos como a JBS, dono das marcas Friboi e Seara, que fazem da divulgação de seus produtos agrícolas e alimentares um grande espetáculo, com a presença de atores e outras figuras públicas televisivas, onde a comida aparece especialmente embalada como qualquer outra mercadoria, pronta a comprar e consumir (CHÁ, 2016, p. 60).

Comerciais como da Friboi, protagonizados por Roberto Carlos e Tony Ramos (CINTRA, 2018), da Brasil Foods, apresentado pela atriz Marieta Severo (EM PROPAGANDA..., 2009) e do *Movimento Sou Agro*⁴² com os atores Lima Duarte e Giovanna Antonelli, mostram o investimento pesado do agronegócio nas campanhas de marketing que se utilizam de discursos que ressaltam seu valor e a importância de seus produtos na vida das pessoas através da imagem e das falas de personalidades de prestígio dentro da grande mídia. Dessa forma o espectador é transformado em consumidor, o qual, mesmo não consumindo efetivamente as mercadorias propagandeadas, consome as imagens que a indústria produz para seu lazer, contemplando e se identificando nelas um espelho espetacular de sua vida empobrecida (KEHL, 2004).

O que diferencia o cinema da televisão, “síntese do cinema e do rádio”, é que a potência dessa obra “total” mediada pela televisão passa a ser transmitida por um veículo que é doméstico, cotidiano, onipresente (pode estar no ar, atualmente, 24 hs/dia), e faz a ponte entre a individualidade privatizada e o espaço público que ela (TV) ocupa ou, melhor, substitui. A televisão tornou-se, desde o pós-guerra até hoje, um emissor de imagens tão onipresente e uniforme a ponto de ocupar o lugar imaginário do Outro nas sociedades onde ela impera. As mensagens televisivas, em especial a publicidade, em sua unidade técnica oferecem imagens à identificação e enunciados que representam, para o espectador, indicações sobre o desejo do Outro (BUCCI, 2004, p. 46).

O triunfo do capital na utilização da televisão consagra a plasticidade que o capitalismo exerce nas relações simbólicas, afirmando sua onipresença através das imagens e dos espetáculos que o meio de comunicação proporciona. Acerca desses pressupostos, a teoria de Adorno, elaborada no momento em que a televisão ainda era uma mídia recém-nascida, pode ser complementada pelos pensamentos de Guy Debord em sua obra *A sociedade do Espetáculo*, escrita vinte anos após as reflexões do autor alemão sobre a Indústria Cultural. Debord disserta sobre o papel do espetáculo na sociedade capitalista comandada pelo dinheiro:

O espetáculo é a outra face do dinheiro: equivalente geral abstrato de todas as mercadorias. [...] O espetáculo é seu complemento moderno desenvolvido, no qual a totalidade do mundo mercantil aparece em bloco, como uma equivalência geral àquilo que o conjunto da sociedade pode ser e fazer. O espetáculo é o dinheiro que *apenas se olha*, porque nele a totalidade do uso se troca contra a totalidade da representação abstrata (DEBORD, 1997, p. 34).

42 Sobre o *Movimento Sou Agro* ver: BRUNO, RAL. Movimento “Sou Agro”: marketing, habitus e estratégias de poder do agronegócio In: *Revista de Ciências Sociais na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*. –a. 08, n. 14. Campo Grande, MS, p. 85, 2014.

Sob essa ótica os indivíduos estão sujeitos a manipulação das imagens e os discursos que a televisão transmite em forma de espetáculo visual, cujos conteúdos refletem as idealizações de consumo comandadas pelo capital. Esse potencial do espetáculo televisivo alcança seu ápice quando não são mais necessários intermediários para que a mensagem conquiste a identificação do seu espectador. No caso específico do agronegócio, o investimento publicitário que antes se preocupava em se encaixar nas narrativas e nos rostos mais conhecidos pelo público, agora trabalha um discurso mais direto, proporcionado por anos de construção cultural hegemônica de um mesmo setor.

Em 2016 a Rede Globo iniciou a campanha de marketing intitulada “Agro: a Indústria-Riqueza do Brasil”, cujo slogan “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”⁴³ passou a ser veiculado ao longo de sua programação diária em todo o território nacional. A peça publicitária mostra diversos vídeos com o intuito de enaltecer produção das *commodities* no agronegócio através de bonitas imagens, números e discursos de progresso. Repetida à exaustão nos intervalos da programação da Globo, a campanha já dura 4 anos e permanece no ar em 2020.

A repetição tem por finalidade criar empatia e confiança da população, apresentando que todos os setores econômicos - primário, secundário e terciário - são absorvidos pelo agronegócio e somente ele é capaz de gerar riqueza, empregar as pessoas e garantir a produção, inclusive dos alimentos indispensáveis à vida humana (CARDOSO; DE SOUSA e REIS, 2019).

Em um dos vídeos destinado a esclarecer cada um dos itens de seu slogan a narração do comercial apresenta o seguinte texto:

*Agro a indústria riqueza do Brasil.
Agro é tech, porque tudo que vem do campo é feito com tecnologia que não para de avançar. Ela ajuda a aumentar a produção e melhorar a qualidade.
Agro é pop, porque está no dia-a-dia, nas indústrias, no comércio, na vida das pessoas. Porque gera emprego. Aumenta a confiança dos investidores e garante bons resultados na exportação. É o sustento de famílias e a riqueza do Brasil.
Agro é tudo. Tudo que está a nossa volta. Na culinária, na roupa, calçados, nos cosméticos, remédios e objetos.
Agro é essencial!
Agro é tech, agro é pop, agro é tudo!
Tá na globo (G1, 2019).*

Geralmente o referido é seguida de outra chamada publicitária ligada ao sucesso do agronegócio como venda de automóveis utilitários *off road* com a continuidade das imagens do campo. O que nos demonstra que, apesar do discurso comercial indicar os benefícios de todo um setor e não de um produto em específico, ainda é produto do capital que além de passar sua mensagem também necessita lucrar sobre ela.

Segundo o diretor de marketing da emissora, Roberto Schmidt, o objetivo da campanha é “conectar o consumidor com o produtor rural e ao mesmo tempo desmistificar a produ-

43 O slogan da referida peça publicitária é utilizado como principal referência para o título e capa do segundo capítulo deste trabalho.

ção agrícola aos olhos da sociedade urbana” e ainda acrescentou que “a ideia é fazer com que o brasileiro tenha orgulho do agro” (POR QUE..., 2017). Tal orgulho, contudo, é a tradução de uma concepção fabricada pela classe dominante que necessitava “conectar o consumidor” a sua narrativa da forma mais direta possível.

Em uma realidade tecnológica com tamanha oferta de conteúdo nas mais diversas mídias, a elite percebeu que não havia mais espaço nas propagandas para interpretações indiretas ou simbolismos, afinal a Indústria Cultural do século XXI já guarda lugar específico, além do setor publicitário, para alcançar as dimensões simbólicas que permeiam as relações sociais. Voltando ao cerne da discussão trazida por Adorno e levantadas no texto destacado por Chã, as produções artísticas ocupam outro papel de destaque na atuação hegemônica do agronegócio sobre a cultura.

Dominação e alienação através da produção artística

Com a regulação da cultura das massas por meio de ações do capitalismo monopolista as mercadorias culturais da indústria são voltadas para sua comercialização, o que interfere diretamente no processo de criação e no conteúdo das obras produzidas e na liberdade dos artistas que as produzem. Tal regulação visa a lucratividade dos produtos culturais ofertados no mercado e a possibilidade de adaptação dos seus consumidores a uma lógica neoliberal, na qual a personalidade entre capital e o trabalho se extinguiria progressivamente em prol dos interesses das classes dominantes, no caso do agronegócio.

A mercê dessa perspectiva, podemos notar alguns dos fenômenos e mudanças ocorridas nos canais de comunicação e no mercado cultural brasileiros das últimas décadas. O sucesso de telenovelas como *Pantanal* (1990), da extinta Rede Manchete, *Rei do Gado* (1996) e *América* (2005), da Rede Globo, mostram como as temáticas voltadas à agropecuária, latifúndios e sua reverberação em atividades de entretenimento como rodeio, volta e meia são destacadas nas produções do horário nobre. Essas realidades sempre são retratadas com glamourização e suavidade, de forma a construir uma narrativa palatável a ser consumida pelas grandes massas.

Todavia, para além da teledramaturgia, é no setor fonográfico que talvez se traduzam as maiores influências simbólicas trazidas pelo agronegócio na indústria cultural brasileira. Nesse contexto, o estilo musical que remontava ao povo do campo passou da vertente caipira para a *sertaneja*⁴⁴. Enquanto a primeira remonta a expressões populares baseadas no folclore e

44 Sobre a transição do caipira para o sertanejo ver: CALDAS, Waldenyr. **O Que é Música Sertaneja**. São Paulo: Brasiliense, 1987;_____. **Revivendo a música sertaneja**. Revista USP. São Paulo: Edusp, nº 22, 2004; BERNADELI, Maria Madalena. **Breve Histórico da música caipira**. D.O. leitura. São Paulo: 10 (117), fevereiro, 1992; NEPOMUCENO, Rosa. **Da roça ao rodeio**. São Paulo: Editora 34, 1999.; SOUZA, Walter de. **Moda inviolada: uma história da música caipira**. São Paulo: Quiron Livros, 2005; BRITO, Diogo de Souza. MACHADO, Maria Clara Tomaz. **“O guardador de saudades”**: Goiás e a poética sertaneja do interior das Gerais. In: COSTA, Cléria Botelho e MACHADO, Maria Clara Tomaz. **História e Literatura: identidades e fronteiras**. Uberlândia: Edufu,

na vida rústica do campo, a segunda reformula essas ideias acrescentando referências urbanas e despersonalizadas sob uma proposta utilitarista de capitalização das massas (CALDAS, 1977). Esse processo de transformação se intensificou nas décadas de 1990 e 2000, tendo como desdobramento o surgimento do estilo intitulado *sertanejo universitário*⁴⁵, que, aliado aos avanços tecnológicos de reprodução midiática, consolida-se como vertente musical mais reproduzida e consumida no país.

Como o próprio nome denuncia o sertanejo universitário encontrou no ambiente das universidades um público e condições propícias para se disseminar. Impulsionada pela expansão universitária brasileira, que descentralizou os polos universitários alcançando também as regiões do interior. De jovens universitários que se dividiam entre a faculdade e as apresentações em barzinhos as festas promovidas por alunos dessas instituições, o estilo musical despontou e começou a penetrar em outros ambientes (FRANÇA e VIEIRA, 2015).

A indústria fonográfica apostou no filão, e investiu na promoção de novos cantores com um estilo pop mais jovem, vindos de Goiás, Mato Grosso e outras regiões interioranas. Esse momento é marcado por um esquema de superprodução, incluindo shows por todo o Brasil, presença em rodeios, gravação de videoclips e DVDs de ampla divulgação. Sua presença na televisão muda de lugar: de um lugar discreto em programas dirigidos a um público específico, fora do horário nobre, o sertanejo universitário passa a ocupar as trilhas sonoras de novelas, e os cantores marcam presença em programas televisivos consagrados – como o *Domingão do Faustão*, *Caldeirão do Huck* e até *Encontro com Fátima Bernardes*, na Globo, programas exibidos também em outros países além do Brasil (FRANÇA e VIEIRA, 2015, p. 110).

Em 2019, números divulgados pela plataforma musical virtual mais popular no mundo, o Spotify, apresentam que dentre os 10 (dez) artistas mais ouvidos na última década no Brasil, 6 (seis) são caracterizados pelo estilo sertanejo universitário e dentre as 10 músicas mais ouvidas no país na mesma década, 6 (seis) também representam o referido estilo (AS MÚSICAS..., 2019).

Essa tamanha apropriação do capital se reflete nas temáticas e valores reproduzido nas canções do estilo. Segundo França e Vieira “dentro dos novos temas tratados pelo sertanejo universitário, algumas ênfases se destacam, intimamente relacionadas: dinheiro, conquistas, festas” (FRANÇA e VIEIRA, 2015, p. 111). Mesmo que, gradualmente, tenha se afastado quase que totalmente da relação com a vida no campo, o conteúdo difundido pelas músicas do referido estilo consegue agregar a simpatia, principalmente entre os jovens, às referências propagadas pelo agronegócio nas regiões em que está inserido mais explicitamente.

Em regiões como as de Dourados, o sertanejo universitário representa a cultura da elite agropecuária que se traduz nos hábitos de consumo e no modo de vida almejado pelos jovens locais. Das roupas de grife que remontam ao estilo *agro* às caminhonetas importadas

2006.

45 Ver mais sobre os desdobramentos sociais do sertanejo universitário em: REQUENA, Brian Henrique de Assis Fuentes. **A universidade do sertão: o novo retrato cultural da música sertaneja**. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo; ALONSO, Gustavo. **Cowboys do asfalto: música sertaneja e modernização brasileira**. Editora José Olympio, 2015.

que aceleram agressivamente pelas vias urbanas douradenses, as simbologias que reproduzem o modelo de sucesso do agronegócio tendem a ditar a preferência das massas e se caracterizar como principal referência de êxito pessoal e econômico.

Nosso presente histórico é caracterizado precisamente pela fusão entre cultura e economia. A cultura não é mais um domínio onde negamos os efeitos ou nos refugiamos do capital, mas é sua mais evidente expressão. O capitalismo tardio depende para seu bom funcionamento de uma lógica cultural, de uma sociedade de imagens voltada para o consumo. Por sua vez, os produtos culturais são, para usar uma terminologia tradicional, tanto base como superestrutura, produzindo significados e gerando lucros. A cultura de massa assim como o outro lado da mesma moeda, a alta cultura transformada em grife, são também campos de treinamento onde aprendemos as regras fundamentais do jogo contemporâneo, o jogo do consumo (CEVASCO, 2001, p. 9).

Essas dinâmicas se refletem para além do consumo midiático e se instauram nos espaços sociais e nas preferências culturais da população douradense. Fazendo-se presentes desde a programação, quase que monotemática das rádios locais, aos repertórios das casas noturnas, bares e restaurantes da cidade. Tanto público quanto os artistas locais são reféns das leis de oferta e demanda que apontam para um ciclo vicioso de consumo do estilo sertanejo.

Para Adorno, a arte dentro do sistema capitalista sempre estaria condicionada aos fins de mercado, sendo que sua manifestação emancipada do capital remeteria a uma realidade distante, praticamente utópica. O artista e sua arte, então, ao serem inseridos no mundo das mercadorias perdem a liberdade que transcende de sua arte e muitas vezes acabam por transformar suas obras em meras vitaminas tonificantes para trabalhadores cansados de sua rotina de exploração.

Além disso, a mercantilização da cultura, segundo o autor, tende a produzir uma domesticação da cultura e das manifestações populares das classes subalternas. Para Adorno, “Divertir-se significa que não devemos pensar, que devemos esquecer a dor, mesmo onde ela se mostra. É, de fato, fuga, mas não, como pretende, fuga da realidade perversa, mas sim do último grão de resistência que a realidade ainda pode ter deixado” (ADORNO, 2002, p.44). Sob essa ótica, a industrialização da cultura atuaria implacavelmente no intuito de tolher a uma consciência coletiva das massas e impedir que os sujeitos possam pensar de forma crítica e autônoma.

Ao trazermos tal raciocínio ao contexto douradense o mercado cultural serve como mero artifício para alienar as massas sobre sua realidade. Nessa ação a participação das mídias, da qual tratamos até o momento, se somam às atuações dos aparelhos hegemonia locais para manutenção do discurso dominante. Logo, podemos apontar como um dos maiores exemplos da junção dessas práticas o evento cultural de maior expressão do município, a Exposição Agropecuária de Dourados.

A ExpoAgro Dourados é realizada pelo Sindicato Rural Douradense a 56 anos e além do caráter comercial voltado ao agronegócio, também proporciona ao município o que por muitos anos foi sua principal fonte de entretenimento e acesso à produção artística nacional, princi-

palmente no cenário musical. De fato, o evento cumpriu um papel importante na democratização ao acesso da população aos shows musicais de artistas de outros estados. Porém, por muito tempo essa prática lhe garantiu monopólio sobre a oferta de produções nacionais, que reforçava a percepção sobre sua importância e a consequente dependência do agronegócio não só econômica, mas no provento de conteúdo artístico-culturais para região.

A quase exclusividade na oferta de atrações musicais de grande renome criou o espaço no calendário de eventos do município, fomentando a expectativa do público todos os anos sobre quais grupos/artistas estariam presentes na programação. Aos poucos, essa rotina foi normalizada e a população passou a se acostumar com a quantidade e as características das escolhas apresentadas pelo *line up*⁴⁶ ofertado pelo evento.

Em um levantamento rápido⁴⁷ das principais atrações musicais que se apresentaram na ExpoAgro Dourados nas edições de 2009 a 2019, observamos que das 78 apresentações listadas como destaques, 63 delas podem ser identificadas com os estilos musicais sertanejo ou sertanejo universitário. Esses números fazem muito sentido quando retomamos a identificação dos referidos estilos ao agronegócio destacada anteriormente. Contudo, temos que atentar para o fato que, diferentemente das capitais e dos grandes centros urbanos do país, Dourados se encontra distante do circuito musical mais popular e ainda mais distante do cenário musical alternativo, que apresenta vertentes diferentes e diversificadas em relação ao conteúdo massivamente consumido pelo *mainstream*⁴⁸. Portanto, essas práticas afetam diretamente os hábitos culturais sobre consumo da produção artística no município e nas regiões que ele contempla.

O sucesso econômico do agrobusiness tem sido fundamental à nova geração da música sertaneja. Esse setor propaga uma cultura de prosperidade da agropecuária moderna, que é imensa no interior do Brasil. O agronegócio e seus subcircuitos culturais são os principais mantenedores econômicos de gênero até hoje. Os artistas sabem bem disso. Nas palavras de Sorocaba: “As feiras agropecuárias e as festas do peão do boiadeiro são extremamente importantes. É por meio desses espaços que o nosso trabalho percorre todo o território brasileiro”⁴⁹ (REQUENA, 2016, p. 29).

Aprofundaremos a discussão sobre as preferências e consumo da arte no próximo capítulo, entretanto, os fenômenos observados denotam a generosa contribuição que a promoção cultural manifestada pela exposição agropecuária douradense exerce em prol da manutenção da poderosa máquina de consumo da indústria cultural brasileira. Hoje, essa indústria estimula

46 Expressão em inglês utilizada para se referenciar à programação ou a lista de artistas que irão se apresentar.

47 Números levantados através de consulta às programações da ExpoAgro Dourados, da 45ª a 55ª (2009 a 2019), divulgadas pelo Sindicato Rural de Dourados nos canais de notícias da região.

48 Sobre o termo *mainstream*, Frédéric Martel (2013, p. 16) esclarece: “A palavra, de difícil tradução, significa literalmente “dominante” ou “grande público”, sendo usada em geral para se referir a um meio de comunicação, um programa de televisão ou um produto cultural que vise um público amplo. *Mainstream* é o inverso da contracultura, da subcultura, dos nichos.”

49 Palavras do músico sertanejo Fernando, da dupla Fernando e Sorocaba. Revista Veja: O Brasil virou sertão, p. 89-90, 08 de abril de 2015.

e direciona os holofotes do mercado cultural à revelia da extensa maioria da classe artística, renegada e precarizada pela falta de profissionalização e incentivos, para as escolhas de interesse da elite e do capital.

Partindo da consciência sobre os fenômenos causados pela industrialização da cultura em nossa realidade podemos retomar a discussão sobre hegemonia cultural e refletir sobre a utilização da indústria da cultura como ferramenta de dominação e manutenção do status quo desejado pela classe dominante do agronegócio. Tal realidade está tão presente em nosso cotidiano e o próprio Adorno já contatava, à época, que a produtos como cinema, TV e rádio não necessitavam mais se camuflar de arte pois já eram tratados como uma simples mercadoria que estava a serviço da indústria. “A verdade de que não passam de um negócio, eles a utilizam como uma ideologia destinada a legitimar o lixo que propositalmente produzem” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 100). Apesar das fortes palavras utilizadas pelo autor, precisamos nos concentrar em entender que o foco principal da indústria cultural não está no aspecto qualitativo dos produtos culturais ofertados, mas sim na dimensão essencialmente quantitativa, afinal o interesse da classe dominante é atingir as grandes massas.

Há que se considerar as limitações do conceito trazido por de Theodor Adorno e Max Horkheimer, principalmente ao levarmos em consideração a realidade atual e o processo de interação das massas, como indivíduos capazes de se colocar além espectro meramente passivo e introduzir sua perspectiva como agente ativo na realidade que o rodeia.

Tais limitações não invalidam a aplicabilidade do fenômeno da indústria cultura no nosso mundo, tampouco impossibilitam a utilização de seu método crítico, haja vista a quantidade de mercadorias culturais consumidas em plena era digital de comunicação em massa estabelecida atualmente. Apesar de concebermos que a relação do consumidor/mercadoria possa ser bem menos determinista quanto a visão de Adorno anunciava, é inegável o poder que essa indústria exerce sobre a cultura e o quão é dificultoso o caminho para quem almeja superá-la ou mesmo pretende discuti-la. Acerca das inconsistências encontradas no pensamento de Adorno, no próximo capítulo voltaremos a analisar a indústria cultural a partir da perspectiva dos trabalhadores da cultura para que possamos ter uma visão mais completa a relação que envolve a produção artística e a recepção pelo público.

Todavia, dentro da complexidade de fatores que podem ocasionar na formação do consenso em uma sociedade, o pensamento de Gramsci, Adorno e Horkheimer nos apresentam alguns dos valores fundamentais na disputa pela hegemonia, sendo um dos mais preponderantes a produção artístico-cultural. Nesse contexto, ao nos depararmos com o cenário cultural douradense, conseguimos organizar os conceituais teóricos apresentados pela indústria cultural e encaixá-los na conjuntura atual do país.

A partir dessas reflexões constatamos a inerente influência da classe dominante sobre

os interesses da classe dominada na sua relação com as superestruturas. Essa reflexão apresenta a necessidade crítica de mudanças estruturais na disposição da ordem social e, por meio de estratégias emancipatórias, apresentar caminhos eficazes no intuito de alterar essas relações hegemônicas.

Precisamos, contudo, considerar que a luta das classes dominadas pela hegemonia apresenta um caminho com enormes adversidades, como já atestado pela história humana, devido aos obstáculos impostos pelos grupos dominantes e a constante desagregação das lutas das classes dominadas. Dessa forma, algumas das alternativas de superação apontadas por Gramsci, envolvem o âmago da sociedade civil liderados por seus intelectuais orgânicos e instrumentalizados pelos aparelhos privados de hegemonia com o propósito de diluir a desagregação e a influência das elites por meio da organização social e conscientização política da classe subalterna.

No entanto, tal estratégia encontra no conceito de Indústria Cultural, trazido por Adorno e Horkheimer, uma de suas principais contraposições dentro da sociedade moderna. Aliada aos interesses do mercado e das elites do agronegócio essa indústria contribui decisivamente para a manutenção de certos contextos estruturados de dominação e conseqüentemente nas relações hegemônicas. Para além de seu caráter manipulador devemos entender que o êxito do referido conceito em sociedades como a douradense está diretamente ligado ao avanço alcançado pelo sistema capitalista nas relações do trabalhador com o trabalho e seu tempo livre.

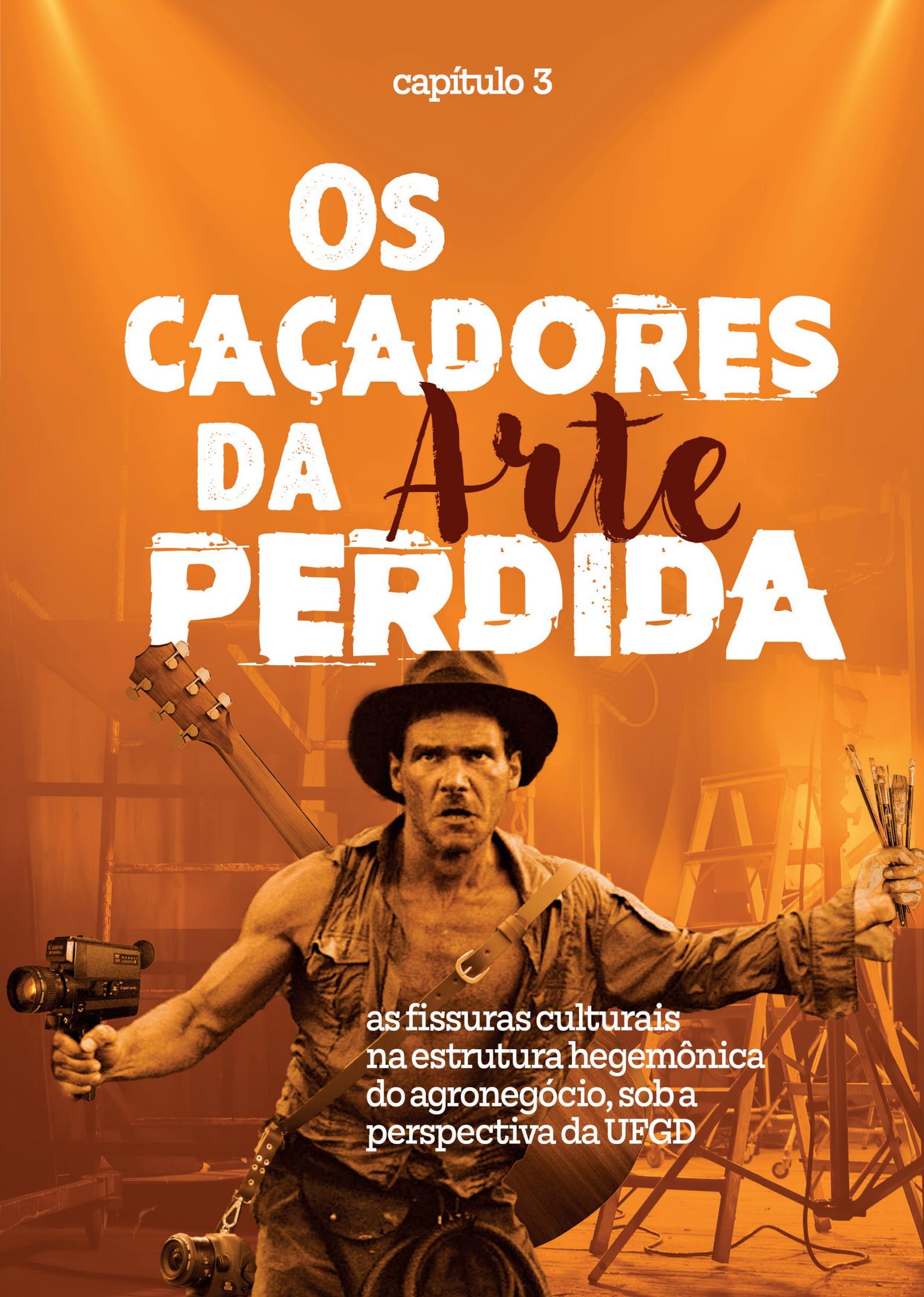
Ademais, podemos concluir que essas relações hegemônicas podem apresentar perspectivas de modificação a partir da ação organizada da sociedade civil, principalmente advindas das ações efetivas dos intelectuais orgânicos e aparelho de hegemonia ligados às classes dominadas. Porém, essa compreensão encontra percalços advindos das relações de produção impostas pelo capital e pelo caráter alienador presente na indústria cultural burguesa, cuja superação completa não estaria ligada apenas a disputa por novas relações hegemônicas localizadas, mas diretamente atrelada ao fim do sistema capitalista vigente. Apesar de tais observações, seria esta, de maneira sucinta, a introdução ao pensamento político de Gramsci, Adorno e Horkheimer que se farão relevantes para a presente pesquisa e que ainda serão mais aprofundadas ao longo dos próximos capítulos.

No entanto, depois de nos situarmos sobre as dinâmicas e características que estabelecem a perspectiva dominante, precisamos voltar nossa atenção para quem não ocupa uma posição hegemônica e necessita constantemente reforçar suas convicções e condições de disputa pela hegemonia. A perspectiva da oposição ao poder hegemônico sempre estará presente, para, ao menos, causar certo nível de desconforto às classes dominantes. Mesmo que a diferença entre suas capacidades de mobilização, divulgação e financeira seja altamente desproporcional, muitas vezes abissal, dentro da sociedade capitalista atual, precisamos analisar as estratégias utilizadas como contraponto às posições hegemônicas. Logo, ao constarmos a disposição

hegemônica do agronegócio sobre a cultura e a produção cultural douradense, passaremos a nos ater aos agentes que se colocam na condição de disputa por essa hegemonia e quais mecanismos utilizam para tentar combater o discurso dominante vigente.

capítulo 3

OS CAÇADORES DA *Arte* PERDIDA

A man wearing a wide-brimmed hat and a dark vest over a shirt is the central figure. He is holding a professional video camera in his right hand and a bundle of tools in his left. A guitar is slung over his shoulder. The background is a workshop or construction site with wooden beams and ladders, all bathed in a warm, orange light.

as fissuras culturais
na estrutura hegemônica
do agronegócio, sob a
perspectiva da UFGD

Através da linha de discussão seguida até aqui, pelo presente trabalho, conseguimos contextualizar o histórico que envolveu a formação do município de Dourados e como esse processo caminhou na direção de consolidar a posição hegemônica do agronegócio sobre a sociedade local e, principalmente, como essa condição proporcionou e legitimou a atuação dessa classe dominante sobre o cenário da produção cultural douradense.

Ao acompanharmos o avanço dessa discussão, amparados pelos conceitos e teorias trazidos por Gramsci, aprimoramos nossa compreensão sobre como se constituem as relações hegemônicas e quem são os agentes e ferramentas que agem no interior de suas dinâmicas. Contudo, até o momento nosso principal enfoque esteve direcionado aos representantes da classe dominante que retém para si tanto os meios de produção, quanto o consenso popular em Dourados, resultando na hegemonia exercida pelo agronegócio. Ocorre que a disputa pela hegemonia requer uma compreensão dialética na qual também existem forças advindas das classes dominadas, que disputam não só a tomada dos meios de produção, mas também os discursos e narrativas que permeiam o imaginário da sociedade na sua busca pelo consenso.

Neste terceiro capítulo, a presente pesquisa apresentará algumas das perspectivas dissonantes que se propõem a executar um papel ativo na correlação de forças que perpassam a disputa pelo consenso dentro da sociedade de Dourados. A partir do recorte direcionado ao papel executado pela UFGD, serão analisados os dados e discursos colhidos através da pesquisa de campo, de modo concatenar tais informações com as teorias e conceitos que já utilizamos na exposição feita no capítulo anterior em relação ao campo hegemônico.

Apesar da classe dominante, representada pelo agronegócio douradense, manter o controle sobre os mecanismos de coerção, assim como do aparato administrativo e burocrático que envolvem a sociedade política da região, dentro da sociedade civil existem mais espaços para que seus organizadores sociais atuem em prol de uma reorganização hegemônica.

Como já vimos, Gramsci considera a cultura como ponto chave para alcançar esse consenso popular, contudo, também consideramos que a cultura é dotada de uma infinidade de significados e compreensões, dentro dos quais a dividimos em duas dimensões, sociologia, e antropológica, através do pensamento trazido por Botelho (2001). Tais dimensões, apresentam entre si uma relação imbricada, tendo como resultado um conjunto de fatores subjetivos e superestruturais que influenciam nas relações hegemônicas apresentadas pelo pensador italiano.

Partindo dessa premissa, a produção cultural do município tem papel fundamental na construção narrativa que domina o consenso de sua população. Sob essa perspectiva alguns dos agentes responsáveis por movimentar a organização social coletiva, seja individualmente como intelectuais orgânicos da classe artística ou mesmo através entidades e instituições ligadas à sociedade civil e do Estado, atuando como aparelhos privados de hegemonia, se apresentam como uma das principais alternativas na busca pela criação, sustentação e legitimação de uma nova ordem social, através da difusão e democratização das manifestações artístico culturais

que contrapõem os interesses das classes dominantes.

Todavia, para além dos agentes sociais também precisamos voltar atenção às ferramentas utilizadas para desconstrução do discurso hegemônico. Dentre elas, uma das mais fortes fontes de incentivo à produção cultural no país é a política pública cultural. Entretanto sua criação e implementação depende do diálogo entre sociedade civil e política, caindo sobre a segunda a maior parte do controle dessa dinâmica.

O papel da UFGD será destacado e utilizado como parâmetro pelo presente trabalho, com a intenção de produzir uma análise a partir dos dados levantados pelos questionários e entrevistas realizadas. A partir dessa conjectura poderemos refletir sobre como cada um dos agentes sociais envolvidos nesse contexto atua na produção cultural douradense, sob o ponto de vista da disputa pela hegemonia. Para tanto, o trabalho busca embasamento teórico em autores como Antonio Rubim (2005) e Isaura Botelho (2001).

Como já vimos, o entendimento gramsciano sobre hegemonia envolve todos os aspectos materiais e imateriais presentes à nossa volta e por isso a classe dominante consegue manter sua relação de poder, tanto no controle sobre os meios de produção, quanto sobre o consenso social. Dessa forma podemos considerar que as classes dominantes detêm uma “estrutura” formada por elementos sociais e econômicos, consolidada através das dinâmicas proporcionadas pelo avanço do regime capitalista. Assim, o que aqui chamamos de estrutura não tem ligação com a definição marxiana, a qual já mencionamos anteriormente, pois tal analogia se faz necessária para identificarmos as ações de contraposição a essa referida estrutura. Ao considerarmos que tal estrutura caminha para solidificar cada vez mais suas bases, o discurso de desconstrução que se opõe a ela, pelas diversas dificuldades já citadas, não conseguem resultar em efetivas “desconstruções” ou “destruições” dessas bases, mas somente produzir algumas “fissuras”, a princípio superficiais, mas que, à medida que se multipliquem e se mantenham com o tempo, podem ameaçar comprometer a referida estrutura.

A referência da capa e do título do presente capítulo, “*Os caçadores da arte perdida*”, remete ao filme “*Indiana Jones: Os Caçadores da Arca Perdida*”. Porém tal alegoria não tem intenção de insinuar que o município douradense apresenta escassez de produtos culturais, nem tampouco que o que é majoritariamente produzido e reproduzido na cidade não possa ser considerado como arte. Pelo contrário, é justamente pelos excessos de produções ocasionadas pelas distorções de demanda da indústria cultural, que existe uma necessidade de disputa pela hegemonia no referido setor. Assim sendo, os “caçadores”, apontados pelo enunciado, estão em busca das “*artes perdidas*” em meio a vastidão de oferta cultural que nos são direcionadas pelo interesse dominante. Tal qual o arqueólogo aventureiro, que protagoniza a franquia cinematográfica supracitada, esses “caçadores” douradenses são agentes sociais dispostos a se arriscar pelos caminhos incertos e cheios de obstáculos, da disputa hegemônica, mesmo que as perspectivas apontem para conquista de alguns poucos resquícios de resultado de cada vez.

Ainda que continuem perseguidos pela bola de pedra lançada pelas armadilhas do capital e das classes dominantes, a atuação desses protagonistas do contraponto hegemônico segue firme na sua trajetória resiliente, de pequenas conquistas, que podem leva-los ao caminho do estimado tesouro do consenso.

3.1 A criação e a atuação da UFGD na construção de um contraponto cultural douradense

Ao nos depararmos com a construção efetiva de uma frente de batalha disposta a atuar na contraposição dos discursos dominantes, em prol do fortalecimento e da democratização das produções culturais douradenses, encontramos diversos agentes que contribuem intensamente nessas iniciativas. De intelectuais orgânicos à aparelhos privados de hegemonia, existe uma gama de indivíduos e organizações sociais que interferem no cenário cultural de Dourados, desde o surgimento do município. Contudo o presente trabalho optou por voltar seu foco ao recorte específico da atuação da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD nessa disputa pelas relações hegemônicas.

A Universidade Federal da Grande Dourados foi criada através da Lei Nº 11.153, de 29 de julho de 2005, após se desmembrar da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS, dentre diversas outras universidades federais, no interior dos estados, que surgiam nesse mesmo período como fruto do projeto de expansão universitária capitaneada pelo governo Lula⁵⁰. Tendo como propósito atender aos mais de 36 municípios que formam a região da Grande Dourados, que dá nome a instituição, a UFGD alcançou rapidamente o status de principal referência⁵¹ do ensino superior no estado. Segundo o histórico da instituição apresentado no site oficial da UFGD, o projeto de criação da universidade buscava atender alguns objetivos específicos:

Para atender aos anseios da sociedade regional visando ao desenvolvimento sustentável, surgiu então o projeto de criação da UFGD apresentando vocações como responsabilidade cidadã e social; estudos de preservação dos recursos naturais, incluindo a biodiversidade; aplicação do conhecimento científico e tecnológico para exploração do potencial econômico da região; e **desenvolvimento da agropecuária e da agroindústria** (PORTAL UFGD, 2021, grifo meu).

Conforme destacado na citação o desenvolvimento da agropecuária e da agroindústria já aparecem como anseios de grande importância para a “sociedade regional”. Naturalmente esse anseio corresponde à realidade econômica do estado, como já apresentamos nos capítulos

50 Expansão universitária ocorreu a partir de diversas iniciativas dentro dos mandatos do governo Lula (2002-2010) que proporcionaram a expansão do número de vagas e cursos de nível superior, o avanço de campus universitários nas cidades do interior do país e a criação de 17 novas universidades entre o período de 2001 a 2010 (VINHAIS, 2013).

51 A UFGD foi classificada na posição 126-150 entre as melhores universidades da América Latina de acordo com o ranking da revista inglesa Times Higher Education (THE). A edição de 2021 analisou 177 universidades de 13 países (RANKING..., 2021).

anteriores, porém, fica caracterizado que o desenvolvimento cultural da região não aparecia com muito destaque entre as “vocações” para a ação da universidade surgiria.

Todavia, no parágrafo anterior, o mesmo histórico da instituição traz como destaque o seguinte trecho:

Além dos aspectos ambientais e de biodiversidade da região da Grande Dourados, um outro aspecto singular consistia no fato de grande parte dos municípios que a compunha estarem situados na fronteira com a República do Paraguai, o que lhe conferia características econômicas, sociais, políticas e culturais que exigiam atenção especial do ponto de vista científico e acadêmico. Tendo em conta tais processos, os espaços fronteiriços foram considerados áreas privilegiadas para estudos sistematizados que contemplavam a diversidade cultural própria da formação histórica da sociedade fronteiriça. Há que se registrar, ainda, em 17 dos 36 municípios apontados como integrantes da região, a presença da população indígena Guarani (Kaiowá/Ñandeva), que constitui ainda hoje como a maior população indígena do Estado e representa, historicamente, importante papel na construção da identidade socioeconômica e cultural da região (PORTAL UFGD, 2021).

Conforme apresenta o referido trecho, a região se caracteriza por uma pluralidade cultural baseada na dimensão antropológica de cultura, conforme o conceito evocado por Botelho (2001). Entretanto as vocações apontadas para atuação direta da UFGD na sociedade local, estão ligadas às diretrizes econômicas que impulsionam cada vez mais o consenso social da população na direção dos interesses das classes dominantes e conseqüentemente do agronegócio. Dessa forma, temos que nos ater às condições de atuação da universidade nos aspectos voltados ao estímulo de produções culturais e na difusão bens simbólicos que possam, não só movimentar o cenário econômico do município, como também colaborar diretamente na formação de público consumidor desses produtos culturais.

Diferentemente das perspectivas iniciais, a UFGD parece ter construído uma trajetória de destaque no campo da produção cultural, justamente seguindo a linha de ação mais voltada a dimensão sociológica da cultura. Segundo Botelho, “o contrário da cultura na dimensão antropológica, aqui é mais “fácil” planejar uma interferência e buscar resultados relativamente previsíveis.” (BOTELHO, 2001, p. 74).

Contando com projetos institucionais voltados as áreas de teatro, música, audiovisual e artes visuais, a Coordenadoria de Cultura da instituição aparece como principal responsável pelo fomento e promoção de suas ações culturais. A princípio voltada a formação técnica por meio de oficinas culturais e oferta de apresentações artísticas gratuitas em espaços públicos, fora das dependências da instituição, o setor teve como seu principal expoente na produção cultural douradense o projeto do Festival Internacional de Teatro de Dourados - FIT. Idealizado pela UFGD e produzido inicialmente em parceria com uma instituição não governamental o referido festival teve sua primeira edição realizada em 2008 e se manteve por outras 9 edições, contando com investimentos dos Correios, da Caixa Econômica Federal e também de editais de incentivo do governo do estado de Mato Grosso do Sul.

Em 2009, com a criação do curso de artes cênicas, oferecendo 60 vagas, sendo 30 delas voltadas para a graduação em licenciatura e outras 30 vagas para graduação em bacharelado, a UFGD contribuiu diretamente para formação de profissionais do teatro e professores que começam a atuar na região. Além da qualificação acadêmica, técnica e profissionalizante o curso também proporcionou, através de iniciativas de extensão e pesquisa universitária, uma significativa contribuição no número de espetáculos cênicos produzidos apresentados no âmbito de Dourados. Ações como o FIT Dourados ganharam cada vez mais força com a participação dos discentes e docentes ligados ao curso de graduação e o cenário do teatro da região se solidificou como uma referência.

Outro ponto importante na trajetória cultural da UFGD é a contratação, por meio de concurso público, de uma regente musical e a compra de instrumentos musicais para formação de uma orquestra da instituição (Figura 2). O grupo instrumental iniciou sua atuação em 2013, através da participação e ensaio de músicos voluntários, formada em sua maioria por pessoas de fora da comunidade universitária. À medida que se consolidava como principal grupo musical instrumental do município, a Orquestra UFGD se apresentou em diversas ocasiões e espaços públicos de Dourados, com presença de público massiva. Atualmente a orquestra conta com bolsas de auxílio financeiro para os músicos participantes do grupo, tanto de dentro como de fora da comunidade acadêmica da UFGD.

Figura 2 – Imagens da Orquestra UFGD



Fonte: Compilação do autor⁵²

Também a partir de 2013, sob o mandato da segunda gestão de reitoria da UFGD, a Coordenadoria de cultura passa a adotar novas práticas na sua metodologia de fomento e di-

52 Imagens da apresentação da Orquestra UFGD durante o Cine Concerto em 2014. Créditos: Punto Aureo (Imagem1), Alex Almeida (Imagem2). Disponível em: < <https://www.facebook.com/OrquestraUFGD> >. Acesso em 09 de jul. 2021.

fusão cultural. A instituição passa a oferecer editais públicos de premiação que visavam selecionar espetáculos teatrais, performances artísticas, apresentações musicais, oficinas, obras de arte, filmes e diversos outros produtos culturais, a serem difundidos pela região da Grande Dourados, de forma pública e gratuita.

A partir dessa iniciativa a UFGD inaugura uma fase de interferência significativa no fomento a produção cultural douradense. Ao mesmo tempo que esse movimento estimulava a produção artística e de trabalhadores do setor cultural do município, a universidade também atuava na diversificação da oferta de produtos culturais em relação à programação disponibilizada pelos meios de comunicação locais e grandes eventos sociais como a exposição agropecuária.

Como vimos no capítulo anterior, a indústria cultural, controlada pelas classes dominantes, efetua um papel decisivo na massificação dos conteúdos culturais consumidos pelas populações, a julgar pelos dados que apontavam o domínio das atrações musicais do gênero sertanejo na programação das edições da ExpoAgro em Dourados. Nesse sentido a UFGD se coloca em uma direção contrária na busca democratizar o acesso a conteúdos diversificados como apresentações musicais de grupos e artistas como Nando Reis, Teatro Mágico, Pato Fu, Mar'nália e Banda do Mar. Todos shows apresentados pela universidade de forma gratuita em parques e locais públicos em comemoração ao seu aniversário.

Figura 3 – Imagens dos Shows de Aniversário da UFGD



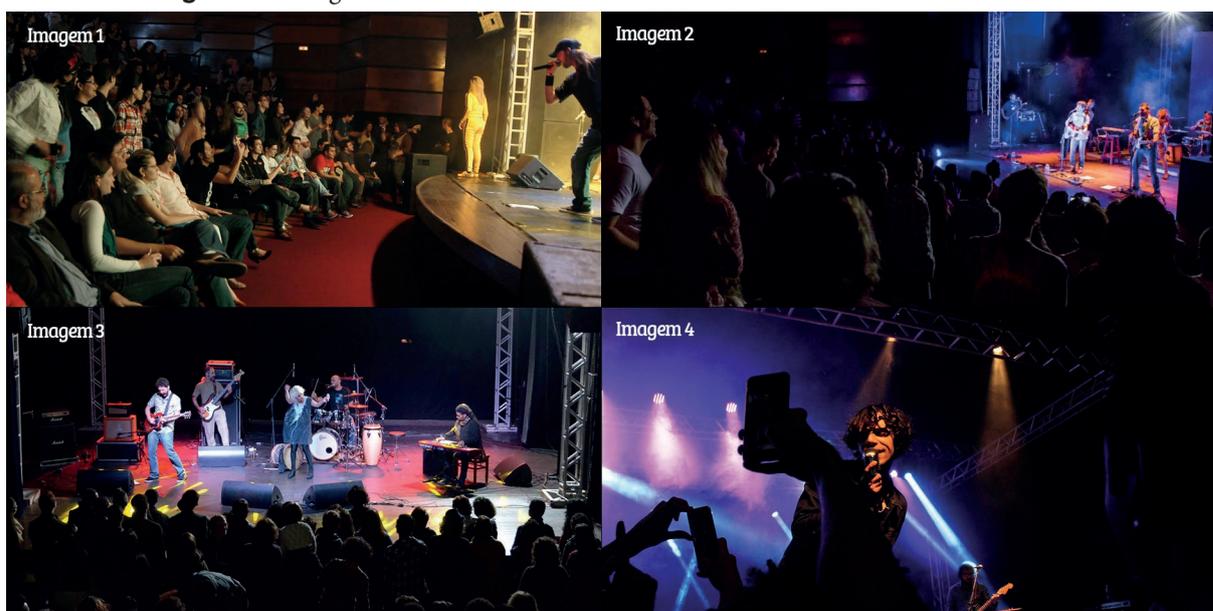
Fonte: Compilação do autor⁵³

Além dessas apresentações mais representativas, a Mostra Audiovisual de Dourados

53 Imagens referentes a alguns dos shows de aniversário da UFGD, Pato Fu em 2012 (Imagem1), Banda do Mar em 2014 (imagem 2) e Teatro Mágico (imagem 3). Créditos: Arquivo UFGD. Disponível em:< <https://www.facebook.com/ufgdoficial> >. Acesso em 09 de jul. 2021.

também se destacava entre os projetos da universidade por proporcionar um edital de seleção de seleção, premiação e exibição de filmes curta-metragem locais e nacionais, bem como um show de encerramento com atrações musicais de fora do cenário *mainstream*. Artistas e bandas como *The Soundtrackers*, Vanguard, Banda mais bonita da cidade, Karina Bhur e Thiago Pethit se apresentaram no palco do Teatro Municipal de Dourados também de maneira gratuita.

Figura 4 – Imagens dos shows de encerramento da Mostra Audiovisual de Dourados



Fonte: Compilação do autor⁵⁴

Tal movimento cultural chamou atenção de diversos setores da sociedade douradense e também de outras regiões do estado. A jornalista Aline Araújo publicou no portal Campo Grande News uma matéria que explorava uma comparação com o cenário da produção cultural da capital do estado. Aline noticiou à época que “O município, a 233 quilômetros de Campo Grande, agora está na rota de shows nacionais do cenário alternativo e da música brasileira. Atrações que antes nem passavam pelo Estado, hoje ganham os palcos da maior cidade universitária de Mato Grosso do Sul.” (ARAÚJO, 2015). A jornalista ainda destaca os valores investidos pelo setor cultural da UFGD, novamente comparando com a realidade da cidade de Campo Grande, “A Coordenadoria de Cultura da UFGD é atuante e investe com muita eficiência os R\$ 200 mil reservados no orçamento para a arte, o que não é visível por aqui.” (ARAÚJO, 2015). Por fim a matéria ainda ressalta que além da universidade, empresários do setor privado de Dourados, também começaram a investir em atrações artísticas diferentes das habitualmente apresentadas no município.

O exemplo bom da parte governamental vem da UFGD (Universidade Federal da

54 Imagens referentes a alguns dos shows de encerramento da Mostra Audiovisual de Dourados, *The Soundtrackers* em 2013 (imagem 1), Vanguard em 2014 (imagem 2), Karina Bhur em 2016 (imagem 3) e Thiago Pethit em 2017 (imagem 4). Créditos: Arquivo UFGD. Disponível em: < <https://www.facebook.com/ufgdoficial> >. Acesso em 09 de jul. 2021.

Grande Dourados), que criou uma Coordenadoria de Cultura e movimentou a cena como Festival de Audiovisual, Festival de Música, Festival Internacional de Teatro, com espetáculos de todo Brasil, além de trazer para Dourados dois shows nacionais gratuitos por ano.

De outro lado, a iniciativa privada percebeu a carência do público que foge do que é apresentado nas feiras agropecuárias da região (ARAÚJO, 2015).

Ao retomarmos o raciocínio das iniciativas de fomento e incentivo direto da UFGD, às produções locais, podemos constatar que a universidade se empenhou na valorização e circulação das produções locais, bem como se preocupou em ampliar o repertório artístico das atrações nacionais que ofertou. Através dessa preocupação a UFGD conseguia mesclar apresentações musicais de renome nacional com shows de abertura contando com artistas e grupos locais selecionados via edital de premiação.

O uso de editais como ferramenta de fomento e incentivo se apresenta como alternativa mais eficaz para atender as dinâmicas complexas que envolvem recursos públicos e o pagamento por produtos ou apresentações culturais. Uma vez que uma obra de arte, seja ela um espetáculo, um show musical, uma apresentação de dança, uma pintura, um filme, um livro ou qualquer outra representação artística, necessita receber sua respectiva compensação financeira, popularmente conhecida como cachê, os órgãos ligados a administração pública apresentam grande dificuldade em realizar essa ação. Não há só a dificuldade no momento do pagamento, como também no início do processo de contratação. Isso ocorre, pois existe uma legislação que rege as regras sobre a contratação de serviços e pagamentos na administração pública. A Lei nº 8.666 de 1993 estabelece as regras para licitações e contratos, distribuindo-os entre diferentes tipos e modalidades, para que o Estado possa realizar suas contratações. Contudo essas normas foram criadas pensando em produtos e serviços baseadas em regras de mercado e na dinâmica convencional de aferição de valores e comparativo de preços. Dinâmica que não pode ser utilizada dentro da lógica das contratações artísticas, pois cada “serviço” ou produto artístico a ser contratado é único e não pode ser comparado ao de outros artistas. Assim, o Art. 25 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, disserta sobre as regras para os dispensa de licitação nos casos em que o serviço ou produto é considerado inexigível, ou seja, que não se pode exigir as mesmas diretrizes que os processos de contratação tradicionais. O texto do referido artigo traz, em seu inciso III, a regulamentação específica para os casos de contratação artística com o seguinte trecho: “para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública” (BRASIL, 1993).

Acontece que tal normativa sintetiza burocraticamente, de maneira genérica, toda complexidade que envolve a execução de um trabalho artístico, além de favorecer a indústria cultural vigente a reproduzir somente aqueles artistas “consagrados” pela crítica e pelo público. Obviamente a legislação se preocupa com as situações de má fé e de fraude, na qual uma pes-

soa sem qualquer ligação com trabalho artístico poderia ser contratado e receber valores sem qualquer parâmetro, onerando os cofres públicos. Todavia poderíamos ter soluções melhor elaboradas, que protegessem o sistema e ao mesmo tempo conseguissem abranger o cenário artístico periférico, longe dos grandes holofotes do mercado, que já se retroalimenta.

Pensando nessa complexidade de cenários, e nos entraves burocráticos que a gestão pública encontra, dentro das legislações que regem suas ações, a UFGD buscou adotar as medidas que se utilizassem ao máximo todas as ferramentas disponíveis, dentro dessas condições. Portanto, além da dispensa de licitação por inexigibilidade, o outro dispositivo legal que também cita o trabalho artístico é a licitação na modalidade concurso.

O parágrafo 4º presente no Art. 22 da Lei nº 8.666 de 1993, estabelece que:

Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou **artístico**, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, **conforme critérios constantes de edital** publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias (BRASIL, 1993, grifo meu).

Diferente da contratação direta por um processo inexigível, a utilização de editais garante que possam ser adotados critérios mais adequados na seleção dos projetos e artistas contemplados, já que prevê o estabelecimento de parâmetros e de uma comissão julgadora formada por especialistas na área. Ainda que essa ferramenta também apresente deficiências que tornam o processo cheio de entraves e obstáculos para os artistas, que muitas vezes se encontram em situações precárias e de constante desinformação.

Se fizermos um exercício simples de pensar nas situações de grupos ligados à manifestações culturais de populações do campo ou de povos indígenas, fica difícil de se imaginar que os indivíduos dos referidos grupos, cuja comunidade muitas vezes já sofre com falta de infraestrutura e condições sociais básicas, estejam preparados para realizar tramites que envolvam emissão de certidões negativas, elaboração de portfólio e série de outros procedimentos burocráticos necessários para se realizar a inscrição em editais de apoio e premiação. Entretanto, a utilização desse tipo de edital parece ter se estabelecido como caminho mais viável para democratizar o acesso aos recursos e também para aumentar a visibilidade de produções artísticas marginalizadas ou de pouco alcance pelo público.

Nesse sentido a UFGD se notabilizou no cenário cultural douradense pelo volume de iniciativas tanto no sentido de proporcionar uma oferta de programação mais diversificada em relação as atrações do mercado nacional e regional, como também em oferecer premiação e visibilidades nas produções artísticas locais por meio de editais de premiação.

Fazendo um levantamento entre os editais culturais publicados no site oficial da UFGD, podemos observar na tabela a seguir o montante de recursos destinado aos editais de premiação ofertados pela instituição entre os anos de 2013 a 2018:

Tabela 1 – Recursos ofertados pelos editais da Coordenadoria de Cultura da UFGD (2013 -2018)

EDITAL	ANO	VALOR TOTAL DE PREMIAÇÕES
1ª Mostra Audiovisual de Dourados	2013	R\$ 9.000,00
5º Festival Internacional de Teatro de Dourados	2013	R\$ 4.500,00
Celebração 2014	2014	R\$ 21.600,00
2ª Mostra Audiovisual de Dourados	2014	R\$ 9.000,00
6º Festival Internacional de Teatro de Dourados	2014	R\$ 43.500,00
Celebração 2015	2015	R\$ 22.500,00
3ª Mostra Audiovisual de Dourados	2015	R\$ 19.200,00
2º Festival Douradense de Música	2015	R\$ 10.800,00
Seleção de obras de arte para formação de acervo	2015	R\$ 64.500,00
4ª Mostra Audiovisual de Dourados	2016	R\$ 14.500,00
7º Festival Internacional de Teatro de Dourados	2016	R\$ 33.000,00
3º Festival Douradense de Música	2016	R\$ 10.000,00
Celebração 2017	2017	R\$ 10.000,00
5ª Mostra Audiovisual de Dourados	2017	R\$ 14.500,00
8º Festival Internacional de Teatro de Dourados	2017	R\$ 42.000,00
4º Festival Douradense de Música	2017	R\$ 15.000,00
Projeto de Artes Visuais Grafite	2017	R\$ 9.900,00
Celebração 2018	2018	R\$ 10.000,00
6ª Mostra Audiovisual de Dourados	2018	R\$ 14.500,00
5º Festival Douradense de Música	2018	R\$ 18.000,00
1º Festival de Cenas Curtas de Dourados	2018	R\$ 5.000,00
TOTAL		R\$ 401.000,00

Fonte: Elaboração pelo autor com base nas informações disponíveis na página de editais Presente no portal da UFGD.

Os dados observados na tabela 1 apresentam apenas os valores que a UFGD disponibilizou para os editais de premiação, que representa apenas uma parte do valor total investido pela instituição na área da cultura, que também contou com bolsas de auxílio financeiro, contratações por inexigibilidade e uma serie de gastos com transporte, equipamentos, estruturas e diversos outros serviços que buscavam viabilizar as produções culturais que realizou.

Quando retomamos o raciocínio de Botelho (2001) sobre as dimensões da cultura, essa atuação é ligada mais diretamente a sua dimensão sociológica do que à antropológica. Essa distinção traz consigo implicações sobre as estratégias disponíveis para que agentes públicos como a UFGD possam atuar sobre os diferentes aspectos que formam a cultura de uma determinada coletividade. Tais estratégias, no âmbito de atuação do Estado, são chamadas políticas

públicas. No caso da cultura também recebem o título de políticas culturais. As políticas culturais formam o principal referencial utilizado por Botelho (2001) para constituir a separação da cultura em duas dimensões. Segundo a autora,

[...] uma política cultural que defina seu universo a partir do pressuposto de que “cultura é tudo” não consegue traduzir a amplitude deste discurso em mecanismos eficazes que viabilizem sua prática. Por isso mesmo, torna-se imprescindível reconhecer os limites do campo de atuação, de forma a não serem criadas ilusões e evitando que os projetos fiquem apenas no papel, reduzidos a boas intenções (BOTELHO, 2001, p. 75).

A discussão sobre as políticas culturais no Brasil é muito ampla e complexa devido as dimensões continentais que o país apresenta, sua riqueza de conteúdos simbólicos e imateriais e a diversificada gama de manifestações culturais encontrada em todas as suas regiões, que Botelho chama de dimensão antropológica. Dessa forma, o desafio para se criar diretrizes que possam preservar e promover os diversos patrimônios imateriais singulares que constituem a história e o cotidiano das inúmeras sociedades que convivem no país, é uma tarefa que exige um tipo de articulação que não envolve somente o incentivo direto de recursos, mas sim uma manutenção muito mais próxima e constate, com participação ampla de vários agentes, tamanha dinâmica dessas relações no dia a dia.

Do ponto de vista estrito de uma política cultural, a dimensão antropológica necessita penetrar no circuito mais organizado socialmente, característica fundamental da outra dimensão, a sociológica. E isso só é possível a partir de uma articulação das pessoas diretamente interessadas, unindo, pelos laços de solidariedade, demandas dispersas em torno de objetivos comuns, formalizando-as de modo a dar essa visibilidade ao impalpável, em torno de associações de tipos diversos (BOTELHO, 2001, p. 75).

Nessa direção podemos observar que a UFGD também atua, em certa medida, na dimensão antropológica quando atua em cenários como as reservas indígenas do município⁵⁵, nos assentamentos⁵⁶ e em diversos locais nos quais mantém ações que tem por objetivo a preservação do valores simbólicos presentes naquelas sociedades.

No entanto o recorte da presente pesquisa está voltado para as ações da universidade no âmbito da dimensão sociológica da cultura, principalmente, através das políticas culturais adotadas pela instituição para intervir no cenário da produção cultural de Dourados. Sob essa perspectiva Botelho acentua que:

O fato de se estar diante de um universo institucionalizado faz com que este seja, por suas próprias características, o campo privilegiado pelas políticas culturais, já que possui uma visibilidade concreta. Neste espaço, tais políticas podem ter uma ação efetiva, pois se está falando de uma dimensão que permite a elaboração de diagnósticos para atacar os problemas de maneira programada, estimar recursos e

55 Ver mais sobre a atuação da UFGD nas aldeias em: ÁVILA, Carla Cristina Oliveira de. **Corpografias Afro-orientadas e Ameríndias: cartografias de processos de criação em Dança Teatro Brasileira**. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

56 Ver mais sobre a atuação da UFGD nos assentamentos em: MENEGAT, Alzira Salete; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de; MARSCHNER, Walter Roberto (ORGS.). **Saberes em construção: experiências coletivas de sem terra e a Universidade Federal da Grande Dourados**. Dourados, MS: Editora UFGD, 2009.

solucionar carências, através do estabelecimento de metas em curto, médio e longo prazos (*ibidem.*, p.75 e 76).

Contudo, precisamos nos atentar que as dinâmicas que envolvem as disputas por discursos dentro das relações hegemônicas necessitam não só de uma atuação institucional da universidade, como aparelho privado de hegemonia, mas também dos agentes individuais que também fazem parte da referida organização, bem como da sua relação com os agentes da comunidade externa à universidade, mais especificamente dos trabalhadores envolvidos na produção cultural local. O próprio Gramsci admitia que as instituições, por si só, muitas vezes não conseguem organizar-se sob um discurso unificado e perdem seu potencial transformador para outros organizadores que estão mais inseridos nos contextos específicos. Como destaca Gramsci, “A Universidade, com exceção de alguns países, não exerce nenhuma função unificadora; um livre-pensador, frequentemente, tem mais influência do que toda a instituição universitária, etc.” (GRAMSCI, 1999a.).

O pensador italiano trazia à discussão justamente o papel que os intelectuais orgânicos exerciam nas relações hegemônicas e como a organização de diversas forças do mesmo campo necessitavam da intervenção desses agentes para a unificação de discursos. Devido a infinidade de fatores que já atuam em favor do discurso hegemônico vigente, esses organizadores e dirigentes sociais precisam se dedicar a desmistificar as atuais relações de poder ao mesmo tempo em que despertam a consciência crítica e autônoma dentro do imaginário popular (SCHLESENER, 2018).

Ao nos depararmos com a descrição gramsciana de intelectuais orgânicos, podemos relacionar diretamente a atuação desses agentes com as atividades exercidas por artistas, técnicos e produtores no cenário cultural não só de Dourados, como de boa parte do país. Afinal para que esse campo social possa realizar suas atividades é necessário que uma série de fatores estejam correlacionados de a forma constituir um sistema cultural. Rubim (2010) destaca alguns desses fatores, considerados imprescindíveis para que tal sistema se desenvolva dentro da sociedade, como: criação, invenção e inovação; divulgação, transmissão e difusão; troca, intercâmbio e cooperação; preservação e conservação; análise, crítica, estudo, investigação, pesquisa e reflexão; formação; consumo; e organização. Características que se encaixam perfeitamente ao perfil encontrado nos organizadores sociais que movimentam as engrenagens das relações hegemônicas. Dessa forma, podemos entender os indivíduos e grupos que se articulam como organizadores e dirigentes dentro desse sistema possuem importante papel na luta hegemônica pela conquista da direção política e cultural das sociedades.

Rubim ainda complementa o raciocínio de Gramsci na direção da importância da atuação dos agentes independentes também sobre as políticas culturais nos tempos atuais:

Cabe ressaltar ainda as significativas performances de atores não-estatais, tais como: o mercado e a sociedade civil, através inclusive das entidades associativas, das organizações não-governamentais e, possivelmente, das redes culturais. A presença

crescente do mercado, através dos gigantescos conglomerados de produção e circulação culturais e da atuação de empresas, de qualquer área, via dispositivos de marketing cultural, tem profunda incidência na dinâmica cultural contemporânea e, por conseguinte, sobre as políticas culturais. A proliferação de organizações não-governamentais, instituições e entidades da sociedade civil com atuação no setor cultural igualmente têm performance pronunciada sobre a cultura e as políticas culturais na contemporaneidade (RUBIM, 2007, p. 42).

Quando trazemos essas reflexões para cenário da produção cultural de Dourados e principalmente para atuação da UFGD nesse campo, necessitamos estabelecer quem são os organizadores envolvidos nessa disputa pelo consenso e como essas peças se dispõem no tabuleiro das relações hegemônicas locais. Para tanto, o presente trabalho se dispôs a realizar uma pesquisa de campo que procurou ouvir tanto os agentes que representaram as esferas da cultura dentro da UFGD, como também os trabalhadores da cultura locais, de maneira a analisar como esses agentes a participação da UFGD na perspectiva da produção cultural douradense. E posteriormente refletir sobre o como essa atuação está dimensionada dentro das relações hegemônicas do município.

3.2 A atuação da UFGD pelas vozes do(a)s organizadore(a)s da cultura

Após um breve resumo sobre a criação da UFGD e de suas ações dentro do campo da cultura, a partir de uma análise baseada em dados empíricos, levantados através de pesquisa documental sobre sua atuação institucional na área supracitada, será necessário complementar essa discussão através da participação dos indivíduos que protagonizaram esse processo.

Como já destacamos, o papel institucional da UFGD apresenta-se como ferramenta para implementação de políticas culturais, advindas do Estado, com a intenção de interferir no contexto da produção cultural local. Isso ocorre, por conta de as universidades terem capacidade de interferência na “criação, transmissão, difusão, distribuição, veiculação, preservação, consumo, pesquisa, crítica, curadoria, organização e legitimação. Ou seja, todo ciclo da cultura pode ser mobilizado por ela, dada a sua complexidade e envergadura potenciais nesse registro.” (RUBIM, 2019, p. 10).

Todavia, esse aporte institucional e capacidade de interferência não se materializam em ações diretas, caso os agentes organizadores da cultura envolvidos nessa dinâmica não se mobilizem. Conforme destacamos anteriormente, a disputa de discursos está presente em diversos níveis dentro das organizações sociais e na universidade isso não ocorre diferente. É preciso haver um direcionamento mais unificado nas estratégias direcionadas a área cultural em diversos níveis institucionais. Para tanto os agentes envolvidos diretamente com os projetos e ações culturais necessitam não só comprovar a necessidade da demanda, como também demonstrar que essas demandas tem origem no amago da sociedade em que a universidade está inserida.

As políticas culturais obedecem, de modo explicitado ou não, um ciclo de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação. Por fim, para tomarem um caráter público, as políticas culturais necessitam preencher dois requisitos fundamentais: serem submetidas ao crivo do debate público capaz de forjar deliberações também públicas. Deste modo, as políticas deixam de ser meramente estatais e passam a ser efetivamente públicas. Em resumo, para que existam políticas culturais em sentido substantivo tais características devem estar presentes (RUBIM, 2019, p. 12).

Há de se atentar, contudo, que essa demanda não parte tão somente da população, enquanto público consumidor de produtos culturais, até porque, como já contatamos, esse público está sujeito a interferência da indústria cultural na massificação de conteúdo por meio das principais mídias e eventos, principalmente em cidades de interior, como é o caso de Dourados. Por conta dessa invisibilização de diversas manifestações culturais de abrangência nacional e mais intensamente das produções locais, é preciso que o debate público sobre as diretrizes das políticas culturais se concentre especialmente no diálogo com os artistas e demais trabalhadores da cultura presentes no município e região.

Levando em consideração essas circunstâncias, os organizadores responsáveis por constituir, implementar e avaliar as políticas culturais, de maneira a atenderem os interesses da sociedade civil no sentido de democratizar o acesso às mais variadas vertentes culturais, estão divididos entre os agentes dentro do setor público e os agentes dentro da sociedade civil. Através do olhar sobre essa relação teremos condições de avaliar a efetividade da interferência universidade sobre essa conjuntura.

Em vista disso, essa dissertação buscou realizar uma pesquisa de campo voltada para coleta de dados que mostre o perfil, percepção e avaliação dos artistas e trabalhadores da cultura locais em relação a participação da UFGD na produção cultural douradense. Além de entrevistas semiestruturadas com os agentes que participaram da condução das ações da UFGD no âmbito cultural, desde o seu surgimento.

Os representantes da UFGD: de onde vem as vozes que colaboraram

Desde o princípio, a intenção desta pesquisa sempre foi a de ouvir os indivíduos envolvidos com a produção cultural de Dourados, e de fazer deste trabalho uma ferramenta capaz de gerar reflexão e discussão sobre aspectos que envolveram a participação da UFGD em tal área, a partir do recorte de tempo estabelecido até o ano de 2018. Dessa maneira, optou-se por realizar a coleta dessas informações através de entrevistas estruturadas e semiestruturadas, todas a distância⁵⁷, com os representantes que atuaram em nome da universidade no âmbito cultural. Um total de 8 entrevistados e entrevistadas, entre técnicos administrativos, docentes

57 Inicialmente previstas para serem realizadas presencialmente e com registro em vídeo, devido aos protocolos sanitários de distanciamento social causados pela pandemia de COVID 19, as entrevistas foram realizadas através de respostas por escrito ou através de entrevista via vídeo conferência gravadas e posteriormente transcritas.

e contratados, responderam aos 10 questionamentos elaborados sobre a UFGD e a produção cultural do município. A pesquisa também levou em consideração os setores que cada um desses representantes ocupa. Por consequência foram ouvidos 4 representantes que fizeram parte da gestão da Coordenadoria de Cultura e 4 representantes do curso de artes cênicas da UFGD. A intenção foi ouvir a opinião desses profissionais acerca das questões que atravessaram suas vidas profissionais, buscando, a partir desses relatos, entender de maneira mais aprofundada como eles observaram o contexto da produção cultural em Dou-rados no período supracitado e também como esses representantes avaliam seu próprio papel, e da universidade como um todo, nesse cenário.

A escolha por essa metodologia teve por objetivo principal ouvir os representantes da universidade, de modo que cada um dele(a)s, pudesse, com suas próprias palavras, descrever sua visão sobre as dinâmicas e complexidades que envolveram a participação da instituição no cenário já descrito. Entretanto, devido as complicações envolvendo os protocolos de distanciamento social causados pela pandemia de COVID 19, as entrevistas tiveram que se mesclar, com aplicação do mesmo questionário, entre entrevistas estruturadas, respondidas diretamente por escrito e entrevistas semiestruturadas, respondidas através de videochamada. Tudo de acordo com a preferência do(a) entrevistado(a).

Sobre os dois modelos de entrevista Boni e Quaresma (2005) ressaltam algumas das vantagens, na utilização de cada uma delas. Para os autores, a escolha por uma entrevista estruturada “garante também uma maior liberdade das respostas em razão do anonimato, evitando *viéses* potenciais do entrevistador. Geralmente, através do questionário, obtêm-se respostas rápidas e precisas.” (BONI e QUARESMA, 2005, p. 75). Já as entrevistas semiestruturadas oferecem ao entrevistador mais ferramentas para buscar do entrevistado “[...] o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele.” (BONI e QUARESMA, 2005, p. 75).

Mesmo que a metodologia de entrevistas tenha se dado sob abordagens diferentes, sob a perspectiva de Bourdieu (1999), Boni e Quaresma (2005) ressaltam que a confiança do entrevistador com o entrevistado é fator primordial para que os entrevistados se sintam confortáveis para responder as questões e elaborar seus pensamentos e reflexões com muito mais liberdade de pensamento.

Para se obter uma boa pesquisa é necessário escolher as pessoas que serão investigadas, sendo que, na medida do possível estas pessoas sejam já conhecidas pelo pesquisador ou apresentadas a ele por outras pessoas da relação da investigada. Dessa forma, quando existe uma certa familiaridade ou proximidade social entre pesquisador e pesquisado as pessoas ficam mais à vontade e se sentem mais seguras para colaborar (BONI e QUARESMA, 2005, p. 76).

Em vista disso todos os entrevistados escolhidos já trabalharam diretamente com en-

trevistador e possuíam convívio social com o mesmo, além de terem sido informados que suas identidades seriam mantidas em sigilo em todo o trabalho sigilo, como forma de proporcionar um ambiente seguro e confortável para relatar suas opiniões.

O roteiro para as entrevistas foi organizado com perguntas abertas que proporcionavam ao(à) entrevistado(a) respostas mais amplas, que se diferenciavam apenas para referenciar aos setores em que os representantes trabalharam, coordenadoria de cultura ou curso de artes cênicas.

A escolha dos entrevistados foi realizada respeitando os critérios de participação efetiva dos representantes em cargos e ações ligadas ao plano da cultura dentro do conjunto de realizações executadas pela UFGD desde sua criação. As perguntas utilizadas nas entrevistas estão disponíveis nos anexos A e B dessa dissertação. As entrevistas foram realizadas entre junho e julho de 2021 por escrito ou através de vídeo chamadas via *Google Meet*⁵⁸. Os dados obtidos pelas entrevistas serão discutidos no decorrer deste capítulo e os entrevistados serão descritos a seguir, somente identificando seu gênero e setor ao qual estão ligados. Devido ao número baixo de pessoas ligadas a estes setores, no recorte proposto pelo trabalho, informações como período em que esteve ligado ao setor, idade e segmento (técnico administrativo ou docente) que tais representantes ocupavam durante a execução do seu trabalho, também serão mantidos em sigilo, de modo a resguardar os entrevistados de qualquer possibilidade de identificação indireta.

A tabela 2, a seguir, caracteriza cada um dos entrevistados como representantes identificados da letra A a H, seguida do gênero e setor de cada um:

Tabela 2 – Identificação dos representantes entrevistados

Entrevistado(a)s	Gênero	Setor
Representante A	Masculino	Coordenadoria de Cultura
Representante B	Feminino	Coordenadoria de Cultura
Representante C	Masculino	Coordenadoria de Cultura
Representante D	Feminino	Coordenadoria de Cultura
Representante E	Masculino	Curso de Artes Cênicas
Representante F	Feminino	Curso de Artes Cênicas
Representante G	Masculino	Curso de Artes Cênicas
Representante H	Feminino	Curso de Artes Cênicas

Fonte: Elaboração pelo autor.

58 *Google Meet* é um aplicativo desenvolvido pelo Google que oferece chamadas de vídeo pelo celular ou computador.

A produção cultural douradense pelos seus trabalhadores

Para além dos dados subjetivos coletados a partir das entrevistas, a pesquisa de campo também necessitava colher informações que pudessem trazer parâmetros sobre a recepção das ações realizadas pela UFGD, assim como para identificar o perfil dos trabalhadores ligados a produção cultural local. Tais agentes, como vimos, são organizadores sociais essenciais na elaboração e execução de políticas culturais, através da relação entre as sociedades civil e política. Dessa forma, optou -se pela aplicação de um questionário on-line direcionados aos trabalhadores da cultura locais, sendo eles artistas, técnicos, produtores ou qualquer outro agente que estivesse inserido na produção cultural de Dourados. O questionário, assim como as entrevistas, teve como objetivo tentar avaliar o papel que a UFGD ocupou na produção cultural douradense, porém a partir do ponto de vista de quem participa ativamente desse cenário. De maneira a tentar atingir o máximo possível de trabalhadores da cultura, que pudessem responder as questões, baseadas na sua participação na produção cultural de Dourados até o ano de 2018, foram elaboradas questões que buscaram estabelecer um breve perfil desses trabalhadores, sua ligação com a UFGD e a avaliação sobre os trabalhos realizados pela instituição. O referido questionário apresentou 16 questões, sendo 15 de múltipla escolha e uma questão aberta opcional, e foi disponibilizado em junho de 2021, através de minhas redes sociais. As questões ficaram disponíveis durante mais de 30 dias, cabendo ressaltar a limitação do alcance de sua divulgação, tendo em vista que a pandemia e o distanciamento social dificultaram a ampliação da rede de contatos para além dos grupos sociais mais próximos de mim.

A escolha pela abordagem via questionário on-line se relaciona com a necessidade de alcançar uma quantidade significativa de trabalhadores da cultura locais, que pudessem preencher de forma rápida e sem dificuldades, pois, segundo Moresi (2003), um questionário deve ser acompanhado de instruções que facilitem o seu preenchimento, de modo a ressaltar o propósito de sua aplicação e a importância de se colaborar com a pesquisa. Outro fator preponderante para escolha dessa metodologia está relacionado as dificuldades causadas pela pandemia por meio do contato social mais próximo.

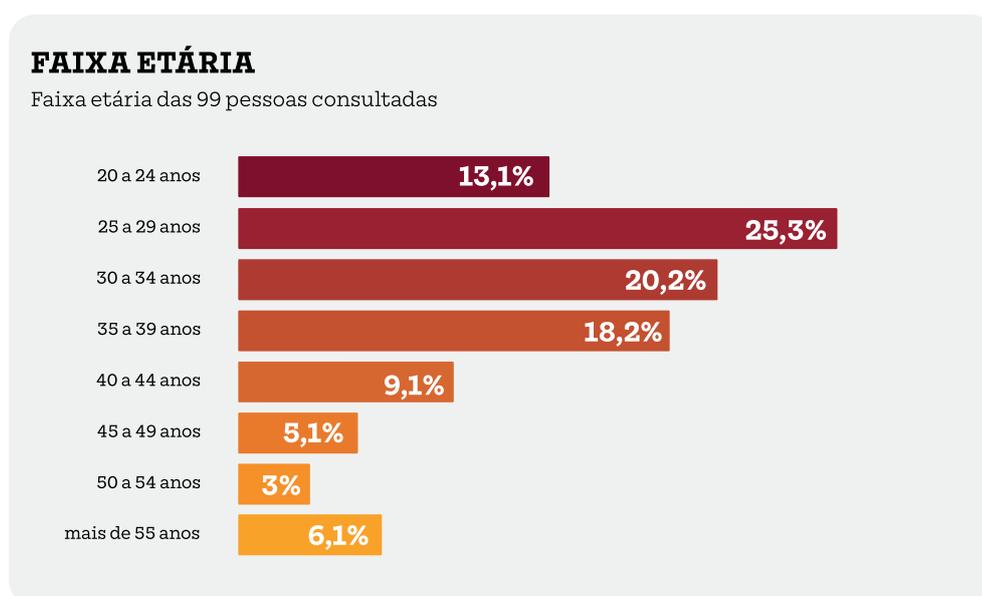
Além das vantagens práticas, de aplicação desse tipo de instrumento, o conteúdo das perguntas busca não só a opinião desse público específico sobre a participação da UFGD no seu contexto, mas também conseguir dados importantes com relação ao perfil socioeconômico desses trabalhadores, uma vez que existe uma carência significativa de dados na área da cultura, principalmente em regiões fora dos grandes eixos do setor. As perguntas e opções de resposta disponíveis para o questionário estão disponíveis através do anexo C da dissertação.

Apesar das limitações de alcance na sua divulgação, o questionário online obteve um total de 99 respostas de trabalhadores da cultura sobre sua atuação na cidade e a percepção sobre atuação da UFGD. Tal número de respostas não representa o universo de trabalhadores

da cultura no município, porém se compararmos com um dado recente, sobre o número de 112 beneficiados através dos editais da Lei Aldir Blanc⁵⁹, anunciados pela Prefeitura Municipal de Dourados, em novembro de 2020, podemos concluir que um número de respostas é, em certa medida, representativo em relação aos trabalhadores ativos no município (PREFEITURA..., 2020).

A partir dos dados coletados temos um perfil desses trabalhadores indicando 76,8% (Figura 5) deles com idade entre 20 a 39 anos, com alto grau de escolaridade (Figura 6), chegando 92% dos entrevistados apresentando no mínimo uma graduação no ensino superior. Em relação a fonte de renda (Figura 7), 53,5% dos entrevistados não tem o trabalho na cultura como sua principal fonte de renda, enquanto 24,2% se mantém somente pelo trabalho com a área e 19,2% tem o trabalho na cultura como principal fonte de renda, mas precisa complementa-la com outras atividades remuneradas para se sustentar.

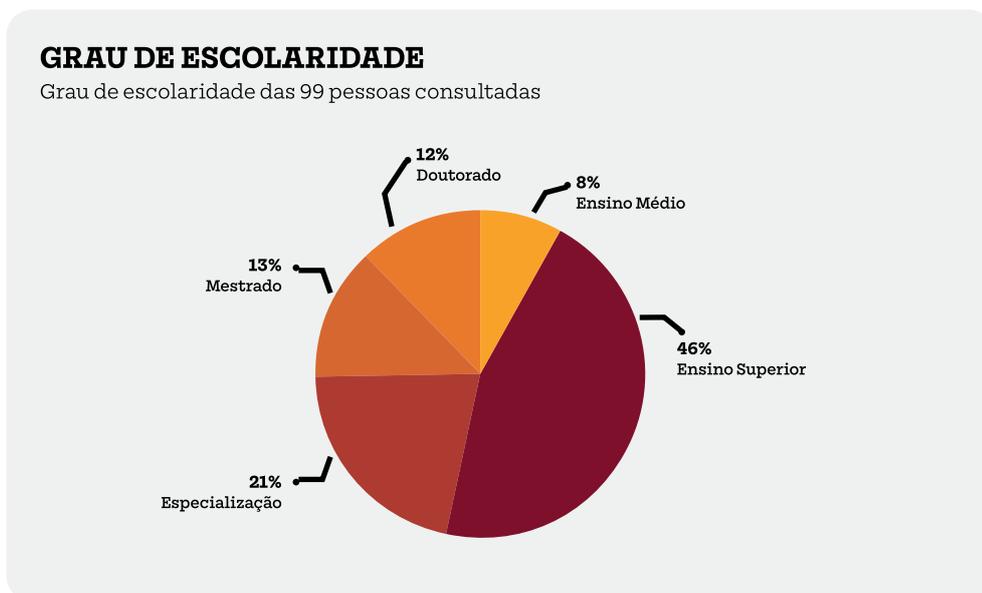
Figura 5 – Gráfico faixa etária



Fonte: Elaborado pelo autor

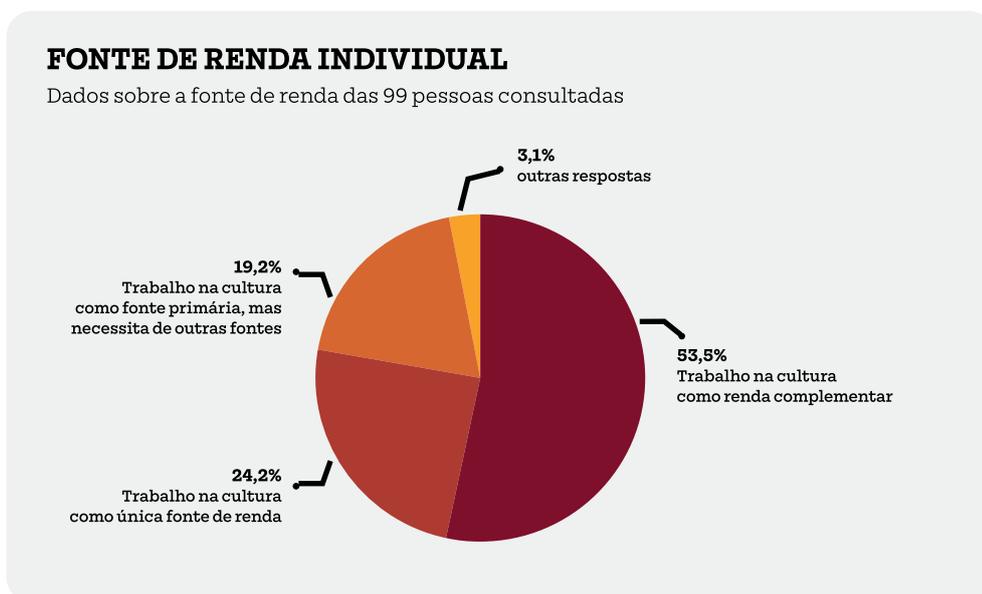
59 A Lei N° 14.017, de 29 de junho de 2020, nomeada como lei Aldir Blanc, nome do compositor vítima de COVID 19 no mesmo ano, dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública decretado durante a pandemia de COVID 19.

Figura 6 – Gráfico grau de escolaridade



Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 7 – Gráfico fonte de renda individual



Fonte: Elaborado pelo autor

Esses números iniciais apresentam o perfil dos entrevistados, mas também escancaram as condições precarizadas que os trabalhadores na área da cultura têm que encarar dentro da dura realidade que o setor enfrenta no país. Apenas 24,2% conseguem sobreviver somente pelo trabalho na área, enquanto 72,7% precisam de mais de uma renda para se sustentar, mesmo com grau de escolaridade em um nível muito alto.

Outros fatores notados entre esses trabalhadores são as áreas e funções que ocupam na produção cultural. Com a possibilidade de escolher mais de uma opção em cada uma das questões, entre as áreas culturais (Figura 8) conseguimos observar que o teatro aparece em destaque com 60,6%, seguido do audiovisual com 39,4%, da música com 33,3% e das artes visuais com 21,2%. Novamente comparando com o edital municipal da Lei Aldir Blanc 2020, a área com o maior número de contemplados foi as artes cênicas, com 23 projetos culturais, seguido da música com 14 projetos, das artes visuais com 13 e do audiovisual com 10 (PREFEITURA..., 2020). Apesar de os projetos aprovados na referida lei se caracterizarem pelo formato online, necessitando se adequar as limitações em relação ao distanciamento social por conta da pandemia de COVID 19, os números proporcionais apresentam algumas semelhanças com as essas mesmas 4 áreas aparecendo com destaque.

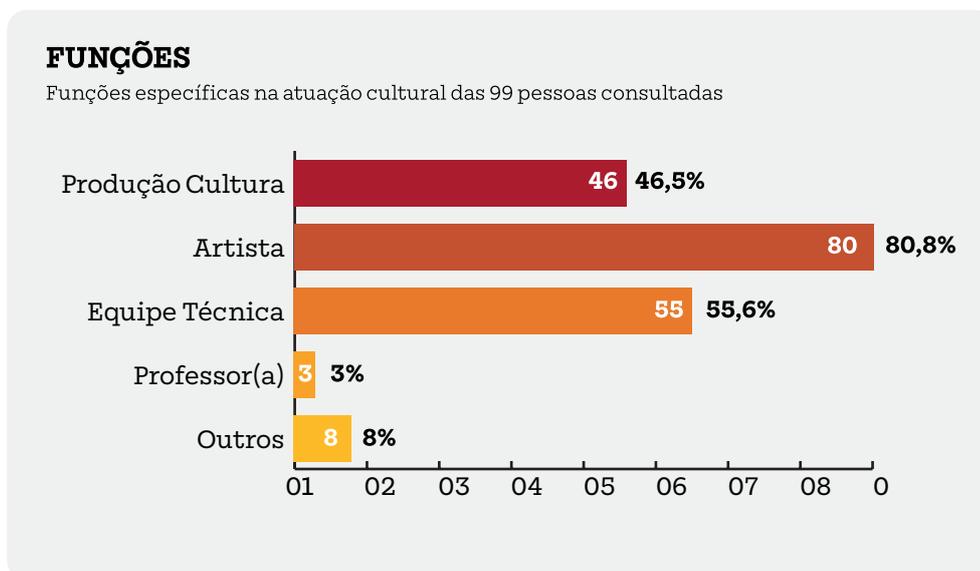
Figura 8 – Gráfico áreas culturais



Fonte: Elaborado pelo autor (questão com mais de uma opção disponível por entrevistado)

Entre as funções (Figura 9) ocupadas pelos entrevistados nas produções culturais que participam, 80,8% se declaram artistas, 55,6% como parte da equipe técnica e 46,5% como produtores culturais. Número que também refletem um pouco da realidade precarizada desses trabalhadores, uma vez que geralmente necessitam ter mais de uma função dentre de suas produções, seja pela falta de recursos financeiros ou seja pela falta de mais profissionais da área capacitados.

Figura 9 – Gráfico funções específicas na área



Fonte: Elaborado pelo autor (questão com mais de uma opção disponível por entrevistado)

A partir das duas perspectivas de coleta de dados relatadas até aqui, o trabalho pretende analisar as respostas subjetivas e qualitativas obtidas pelas entrevistas estruturadas e semiestruturadas dos representantes da UFGD, de maneira a relacionar seu conteúdo com o aporte teórico trazido nos capítulos anteriores e também tentar traçar um comparativo desses dados com os dados quantitativos trazidos pelas respostas do questionário respondido pelos trabalhadores da cultura do município.

3.3 “Prefiro arte que pasto”: Dourados e a indústria cultural sob o olhar artístico

Algumas das perguntas direcionadas aos representantes da UFGD dizem respeito ao contexto em que Dourados está inserido e como esses representantes analisam o cenário cultural do município e dos agentes que participam ativamente dessa realidade. Conforme relatado nos capítulos anteriores, Dourados apresenta características específicas que desestimulam a formação de público e o fomento a formação de novos artistas e profissionais da área da cultura, devido a interferência dos meios de comunicação, tradições culturais e de sua infraestrutura urbana. A construção de um discurso baseado em poucas referências e à mercê da poderosa influência da indústria cultural compõem um ambiente propício para manutenção das narrativas vigentes.

[...] Dourados é um microcosmo do Brasil. Assim, eu acho que os problemas que a gente vê aqui são os mesmos, assim, de uma forma geral. Então, assim, é todo mundo difícil e eu acho que se a gente tem que pensar nas questões de fundo [...] é aquilo que e todos nós sabemos cultura é a última coisa né, em termos mais gerais assim né, pensando em Brasil tudo mais né, cultura não é valorizada mesmo. Inclusive por grande parte da população. A gente tem, assim, um problema que

às vezes a única cultura reconhecida é aquela que aparece na televisão, daqueles artistas famosos, que na verdade é 0,01%. É o pessoal que faz arte, faz cultura, mas aí é aquilo que acaba sendo tomando como referência (Representante G).

[...] a gente percebe que a produção cultural, principalmente no interior, tá desenvolvida pelo Estado, é sempre mais do mesmo que é essa produção cultural do pop sertanejo, essa produção cultural que a gente percebe essa influência muito grande do pop enquanto agro e do agro enquanto pop, não é essa propaganda do agro, o agro é pop? Então a gente percebe essa produção... a gente percebe isso, o governo quando vai patrocinar ou produzir um show no interior ele vai produzir um show sertanejo, porque quantas vezes você ouve falar que o governo tá trazendo um show alternativo no interior, né? [...] Uma produção cultural de entretenimento do agro pop, desse agro pop propagado hoje na contemporaneidade (Representante B).

[...] E aí a produção cultural também da própria cidade, porque muitas vezes o povo acha que cultura é show de sertanejo, que o teatro ele serve para receber só stand-up comedy. Quando eu cheguei aqui, assim, 90% dos espetáculos ou eram de globais ou eram de stand-up comedy. E aquele espaço do teatro municipal não era o espaço efetivamente de cultura, no sentido amplo da coisa. Então, isso também são limitações que esses agentes e coletivos acabam exercendo influência e estabelecendo uma forma do que cabe na cidade como cultura. E eu acho que isso é uma coisa que ainda se perpetua. Pensando em município, pensando em estado, essa concepção do estado do que é cultura (Representante F).

A fala do Representante G, dialoga diretamente com a discussão sobre as narrativas impostas à sociedade, de acordo com interesse das classes dominantes, na qual a população douradense replica muitos dos preconceitos e prerrogativas comuns em relação a arte a aos artistas que ocorrem no restante do país, refletindo-se também no mercado de trabalho e na forma como esses profissionais são valorizados na execução de suas funções.

Já as falas dos representantes B e F se referem aos tipos predominantes de produções culturais realizadas e prestigiadas não só no município como no estado, e como essas escolhas estão ligadas ao interesse da população que prestigia, ao mesmo tempo que esse interesse é retroalimentado pelas mídias e pelo próprio estado através do estímulo as mesmas formas de produções.

[.] Acho que há sim em Dourados uma massificação da produção cultural. A percepção que eu tenho sobre isso é que não espaço onde se tem tanto a produção vinculada ao agronegócio, a essa monocultura, a própria exploração do solo, dos bens naturais, das Comunidades também viventes nesse espaço. [...] dentro de Dourados, a produção cultural, ela tá muito mais relacionada a um consumo passivo de cultura, um consumo objetificado, um consumo massivo, do que de uma produção cultural de gerar produtos culturais, de ser agente ativo nessa produção, de ser sujeito reflexivo dessa produção, de fazer com essa produção cultural (Representante D).

Sobre a massificação do conteúdo e da produção cultural, quando perguntado, na questão 10 do questionário de entrevistas, sobre a influência da monocultura produtiva do agronegócio sobre uma possível “monocultura” da produção cultural local o Representante C, respondeu simplesmente “prefiro arte, que pasto”. Essa manifestação simples e direta reproduz muito do

sentimento encontrado tanto entre os representantes da UFGD, quanto dos trabalhadores da cultura locais sobre a dificuldade de se enfrentar uma estrutura que parece tão solidificada no imaginário da sociedade douradense.

O agronegócio, responsável pelo “milagre econômico e até pelo nascimento de uma região de oportunidades incríveis”, com todas as ironias possíveis, é também responsável pela completa destruição e descaracterização das culturas tradicionais de todo o Estado de Mato Grosso do Sul. Que hoje tem um aspecto muito diverso, que sofre influências de migrantes de diferentes regiões, além da paraguaia que já estava arraigada nas tradições, obviamente, a cultura indígena cada dia mais desaparece no processo de aculturação dos povos indígenas, agora potencializado por ramos evangélicos, obviamente controlados pelo agronegócio. Como se vê, o problema é enorme, nosso dinheiro e, portanto, nossas condições de produção, não nos permitem ter força de poesia suficiente para lutar contra tantos acres de soja cercados por tantas armas. Assim são eles, os outros [pelo menos para mim], que constroem as narrativas, forjando culturas à despeito de tanta diversidade, à despeito daquilo que nos é ancestral, à despeito da única verdade que podemos carregar, que é nosso verdadeiro sangue. O agronegócio se impõe, com sua cultura americanizada... nem para serem mais eurocêntricos, assim ainda nos daríamos um pouco melhor, com ironia novamente, é claro (Representante A).

O trecho relatado pelo Representante A, corrobora com as discussões levantadas pelos capítulos anteriores e mostram que os organizadores da cultura têm ciência que o papel exercido pelo agronegócio em Dourados e região extrapola os vínculos meramente econômicos. Não à toa, quando perguntados se teriam rejeição a incentivos de algum dos setores privados apresentados, 39,4% dos entrevistados não aceitariam receber recursos financeiros do setor do agronegócio (Figura 10).

Figura 10 – Gráfico rejeição a recurso privado



Fonte: Elaborado pelo autor (questão com mais de uma opção disponível por entrevistado)

Como complemento a essa pergunta a última pergunta do questionário deixava um espaço aberto para que o entrevistado pudesse justificar sua rejeição, caso ela houvesse, e algu-

mas das respostas explicitam os motivos para que os trabalhadores rejeitem tal ideia com tanta ênfase:

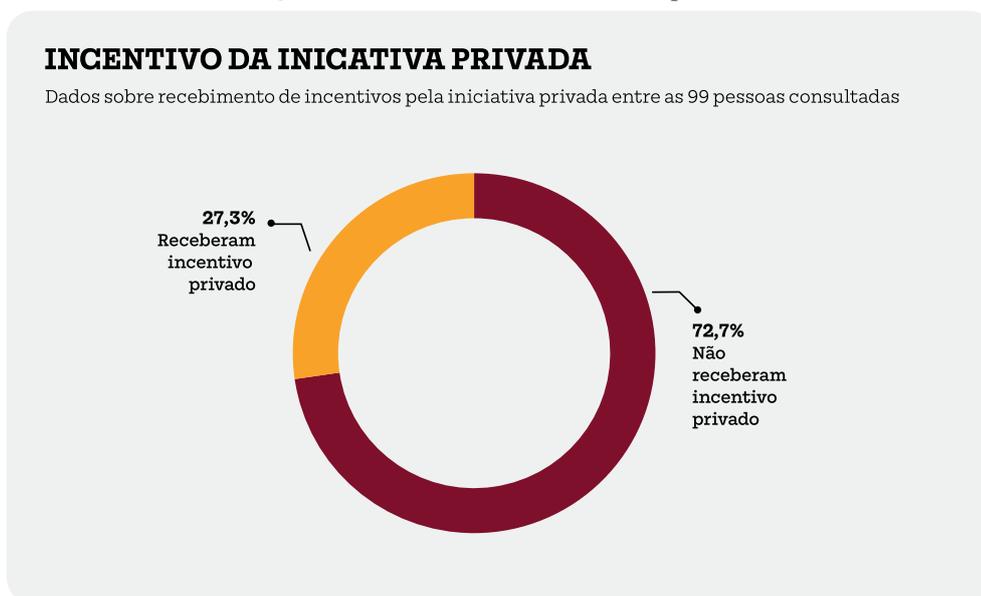
Capitalismo e arte, arte e mercadoria, a discussão é bem ampla e interessante. Não aceito patrocínio de vários setores do capitalismo, opto por trabalhar com financiamento próprio ou público. Agronegócio e indústria, não apenas em MS, são responsáveis diretos pela exploração e destruição do mundo que habitamos, terra, comida envenenada, povos originários expulsos, animais extintos, mortes...a crítica ao capital é parte do que trato na arte que faço, seria incoerente aceitar apoio de algo que você critica, em relação ao comércio é relativo, apoios e permutas de pessoas próximas, ou, das quais entendemos encontrar afinidades com propostas e pensamentos, projetos, lida com contradições menores, menos impactantes ou até subversivas. (resposta de um dos entrevistados do questionário online).

Ter a marca do agronegócio no meu trabalho seria muito contraditório. A minha arte me representa, meus valores meus princípios. Desde a criação até as formas de incentivo. A não ser que seja um investimento público, aí mesmo contra o governo é do nosso direito! (resposta de um dos entrevistados do questionário online).

Porque seria muito difícil receber investimento de um setor que, mesmo que indiretamente, criminaliza ações e manifestações culturais na cidade e na região. Envolveria muitas contradições que eu não estaria disposta de encarar, além de estar ciente que o dinheiro do agronegócio é obtido as custas do sangue e da vida dos indígenas (resposta de um dos entrevistados do questionário online).

Contudo, esse alto número de rejeição pode não estar somente ligado às questões éticas e ideológicas, pois os incentivos privados não costumam ser comuns entre as produções culturais brasileiras, fora dos principais centros urbanos do país, e também entre as iniciativas de médio e pequeno porte, como as que ocorrem em regiões de interior, no caso de Dourados. Nesse sentido as respostas (Figura 11) dos entrevistados sobre já terem recebido incentivos da iniciativa privada, na sua atuação no município, apresentam um resultado que vem ao encontro de tal conjectura. Nela, 72,7% dos entrevistados responderam que não receberam incentivos de origem privada, contra 27,3% dos entrevistados que já receberam.

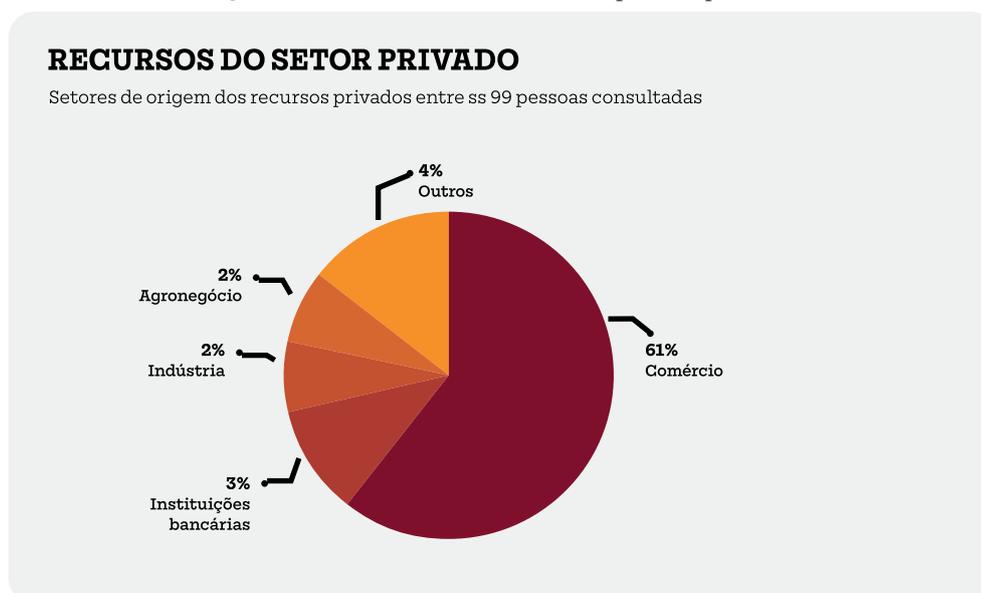
Figura 11 – Gráfico incentivo do setor privado



Fonte: Elaborado pelo autor

Mais especificamente, dentre os que receberam incentivo privado (Figura 11) durante sua atuação em Dourados, 61% tiveram recursos recebidos do setor do comércio, 11% de instituições bancárias, enquanto a indústria e o agronegócio foram responsáveis por 7% de investimentos cada. Dessa forma fica visível, pelo menos entre espectro entrevistado, que o agronegócio aparece entre os setores com menor volume de investimentos entre os trabalhadores.

Figura 12 – Gráfico recursos do setor privado por setor



Fonte: Elaborado pelo autor

Essa diferença no interesse pelos incentivos do setor específico do agronegócio, fica mais acentuado quando comparamos com o levantamento feito por Chã (2016) sobre os

investimentos realizados por meio da Lei Rouanet⁶⁰ até 2015, que mostram que empresas ligadas ao agronegócio tiveram um aporte do estado para divulgação da sua imagem e da sua ideologia, de aproximadamente, 130 milhões de reais (CHÃ, 2016). Enquanto Chã (2016) relata que o programa Cultura Viva do Ministério da Cultura - MinC investiu um valor 517 milhões em período semelhante ao levantamento de 130 milhões investidos pelo agronegócio, via lei Rouanet, conclui que o setor comandado pela elite rural foi responsável por 1/4 do valor que atende aos projetos culturais de todo o país.

Essa realidade que se avizinha, na análise sobre os dados coletados entre os trabalhadores da cultura e os representantes da UFGD, mostra que as dinâmicas levantadas pelos capítulos anteriores se materializam nas respostas dos entrevistados quando diagnosticamos a inter-ferência do agronegócio e de seus discursos na disputa pelo consenso da população e na manu-tenção das práticas que a indústria cultural impõe sobre a sociedade que a consome.

Acontece que, pela perspectiva artística, temos que considerar que o processo de massificação e alienação enfatizados pela Escola de Frankfurt (em especial nas obras de Theodor Adorno e Walter Benjamin (2019)), como grandes males da indústria cultural, precisa considerar que as sociedades vêm evoluindo e transformando seus cotidianos em um mundo cada vez mais conectado, e tais teorias ainda tem muito a acrescentar, porém necessitam de adaptação aos novos tempos. Considerando que os meios de comunicação e a tecnologia estão presentes em nossa realidade e que a massificação de conteúdos e informações é cada vez mais pujante em volume e velocidade, não há com desconsiderar que esses lugares necessitam ser ocupados, mesmo em seu formato “industrial”. A partir dessa reflexão Néstor García Canclini (1997), sobre esses que ele chama de primeiros investigadores dos meios de comunicação, explicita que:

Ao estabelecer que as sociedades modernas foram tendo os traços atribuídos aos meios muito antes que estes atuassem, desmorraram vários lugares-comuns do aristocratismo e do populismo. A cultura contemporânea não pode desenvolver-se sem os públicos massivos, nem a noção de povo - que nasce como parte da massificação social - pode ser imaginada como um lugar autônomo. Nem a cultura de elite, nem a popular, há tempos incorporadas ao mercado e à comunicação industrializada, são redutos incontaminados a partir dos quais se pudesse construir outra modernidade alheia ao caráter mercantil e aos conflitos atuais pela hegemonia. Ao estudar a reformulação da aura artística na grande cidade e o processo de formação do popular nas novelas de folhetim, na imprensa e na televisão - com explicações inaugurais sobre as transformações europeias e latino-americanas - oferece uma das refutações teóricas mais consistentes às ilusões românticas, ao reducionismo de tantos marxistas e ao aristocratismo frankfurtiano (CANCLINI, 1997, p.11 e 12).

Portanto, como o autor ressalta, não há mais como desconsiderar as culturas de massa ou o seu caráter mercantil quando tratamos da disputa pela hegemonia em nossos tempos. Isto posto, ações de fomento a formação de público mesmo que em ações que envolvam cultura de

60 A Lei Rouanet ou Lei de Incentivo à Cultura, se caracteriza como principal ferramenta de fomento à cultura do Brasil. Criado em 1991 pela Lei 8.313, durante o governo de Fernando Collor de Mello e da gestão Sérgio Paulo Rouanet, seu criador e secretário de cultura da Presidência da República à época.

massas, também repercutem na disputa pelos discursos vigentes. Sob essa ótica o Representante A apresenta relata a necessidade de se estabelecer ações que pudessem criar esse tipo de demanda:

Ao chegar em Dourados percebi um cenário muito árido para a circulação de bens artísticos, nesse sentido, entendi que nossa missão, naquele momento, era o de fomentar o máximo de ações que pudessem formar público para a cultura em nossa cidade. Sabia que qualquer construção sobre a cultura e os bens artísticos só poderia ser estabelecida à partir de uma demanda (Representante A).

Como vimos, a UFGD se colocou na vanguarda da promoção e circulação de produtos culturais, principalmente de produções nacionais de grande e médio porte, porém com conteúdo diferente que já era ofertado no seu município. Esse tipo de abordagem investia em conteúdos massificados, porém acrescentava uma variedade de repertórios que expandia significativamente a oferta cultural. Em relação a se utilizar da indústria cultural como ferramenta de difusão de arte a revelia do próprio sistema, Jesús Martín-Barbero, novamente apresenta críticas as abordagens de Horkheimer e Adorno ao enfatizar que:

[...] “indústria cultural” passava a significar o conjunto de mecanismos e operações através dos quais a criação cultural se transforma em produção. Com uma ganância que vinha não só da descrição sócio-econômica do processo tanto do lado dos produtores como dos consumidores, mas também da negação a fatalizar a mudança, desmontando assim um dos mal-entendidos mais tenazes do pensamento de Horkheimer e Adorno: o de que algo não poderia ser arte se era indústria (MARTÍN-BARBERO, 1997, p.81).

Caminhando na direção da desconstrução dos discursos hegemônicos, conseguimos identificar como os entrevistados relacionam a produção cultural de dourados com os agentes que buscam seu controle. Ao diagnosticar as interferências, e as não interferências do agronegócio, assim como a carência por ações de fomento e democratização de manifestações culturais mais diversificadas, até mesmo nas produções massificadas, podemos direcionar o olhar para as estratégias e ferramentas que auxiliem os organizadores culturais na sua disputa pelo consenso.

Pensando em cumprir esses objetivos a UFGD se envolve nessa disputa munida de uma das principais ferramentas de apoio a cultura do país, as políticas culturais. Como instituição que representa o poder público, a universidade aparece como um agente condicionado a lutar nesse front. Porém, existem dúvidas sobre o tamanho de seu papel nesse contexto e também se esse papel consegue ser executado para além das suas próprias fronteiras.

3.4 É política cultural, mas é pública? o papel da universidade e a capacidade de construção coletiva na área da cultura

O papel cultural das universidades dentro do contexto em que está inserida ocorre em múltiplas dimensões, pois se considerarmos que a formação dos seus estudantes envolve transmissão de heranças culturais e uma troca de saberes que se estendem desde os conheci-

mentos gerais aos mais específicos, a cultura está presente praticamente todo o ambiente universitário (RUBIM, 2019). Para além dessa concepção mais abrangente em sua função primária a universidade tem cumprido a tarefa de formação no ensino superior. Nesse sentido o campo da produção cultural é diretamente afetado pela formação de profissionais, bacharéis e licenciados, a partir do curso de graduação em Artes Cênicas.

A criação do curso possibilitou a inclusão de vários novos profissionais no mercado de trabalho, sejam ligados a funções técnicas, atuação ou direção em produções de teatro, música e audiovisual. Além da formação de novos agentes o curso também proporcionou a chegada de professores e técnico altamente gabaritados que elevaram o nível das produções cênicas do município em quantidade e qualidade. Tais reverberações sobre a criação do curso são notadas nas falas dos representantes da UFGD a seguir:

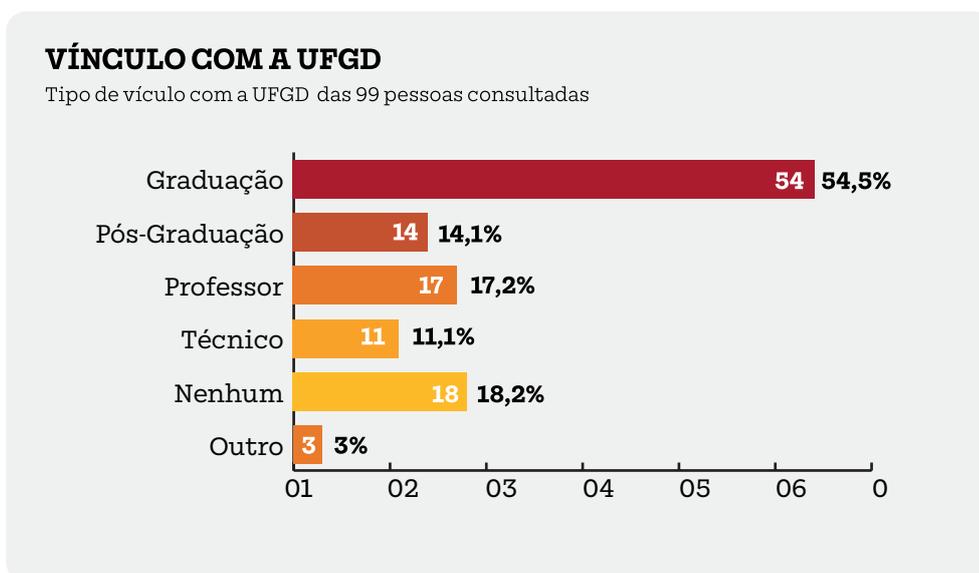
O curso de artes cênicas aparece como um grande marco em meu ponto de vista, pois coloca uma porção de atores, atrizes, performers nas ruas da cidade, isso afeta uma cidade do interior do país, sobretudo uma cidade como Dourados, alimentada pelo agronegócio (Representante A).

[...] a criação do curso visou proporcionar uma alternativa de formação artística que estivesse fora dos grandes centros e do eixo Sul-Sudeste. Além disso, trazer para a cidade artistas, docentes e discentes, que pudessem renovar e impulsionar a produção não só em Dourados, mas no Estado como um todo, além de romper com a hegemonia de uma instituição particular que, por cerca de 25 anos, representou a única alternativa na formação em arte educação para toda esta região (Representante E).

[...] o curso de artes cênicas trouxe mais vida para Universidade. Assim que a gente a olhos grandes, assim, essa mudança. E não só para universidade como também para comunidade. Porque essas pessoas se formaram criaram grupos de teatro. Daí nós temos o Casulo, nós temos o Sucata Cultural. Isso tudo é fruto da UFGD. A Casa dos Ventos, que não existe mais, mas que foi uma referência também. [...] a UFGD tem uma importância significativa no cenário de produção de Cultura aqui Dourados. É uma grande mudança (Representante C).

Os impactos da criação do curso podem ser notados quando nos deparamos com o número de entrevistados afirmam possuir ou já ter possuído algum vínculo com a UFGD (Figura 13). 54,5% dos entrevistados declararam ter tido pelo menos o vínculo de graduação com a universidade, quando retomamos o número de mais de 60% dos entrevistados ligados à área do teatro, temos certa medida do impacto efetivo do curso na produção cultural douradense.

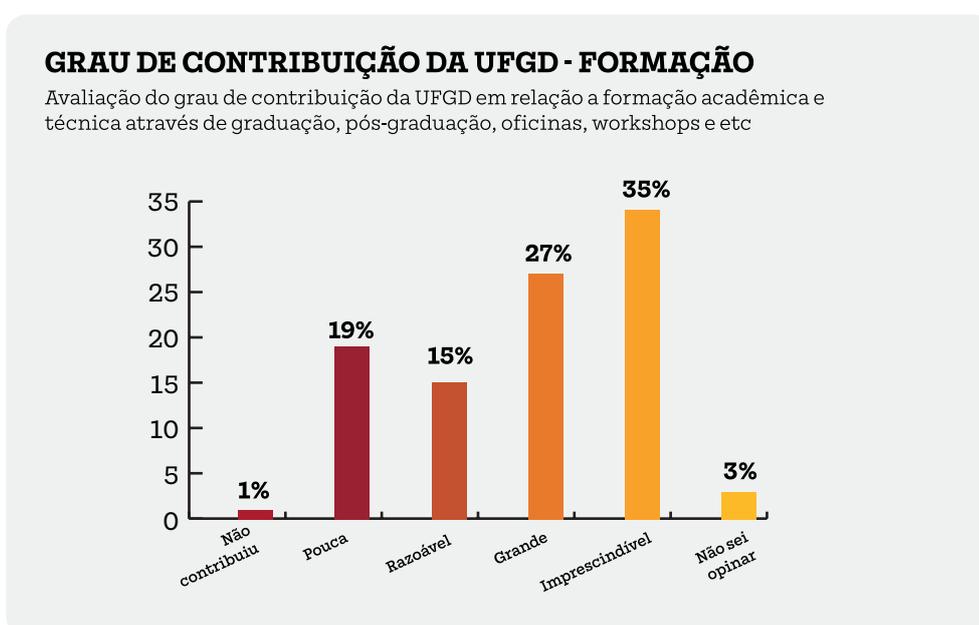
Figura 13 – Gráfico vinculação com a UFGD



Fonte: Elaborado pelo autor (questão com mais de uma opção disponível por entrevistado)

Ainda sobre o papel formador ocupado pela UFGD, 62% dos entrevistados classificam o grau de contribuição da instituição nessa esfera como grande ou imprescindível. Ressalta-se que nessa avaliação, além da graduação e pós-graduação, também foi avaliada a oferta de cursos técnicos temporários, oficinas, workshops e de mais ações de qualificação. Dessa maneira, por apresentar apenas um curso de graduação em artes, os entrevistados parecem apontar uma carência no atendimento às demais áreas com 35% deles apontando a contribuição como razoável, pouca ou nula.

Figura 14– Gráfico grau de contribuição da UFGD - Formação



Fonte: Elaborado pelo autor

À medida que nos distanciamos da formação e do ensino, como o lugar comum da universidade, na qual exerce sua principal finalidade, somos levados aos outros grandes eixos base do ensino superior brasileiro, que são a pesquisa e a extensão. Contudo dentre essas três dimensões a cultura aparece com maior destaque entre as ações de extensão universitária, como destaca Rubim:

No campo da extensão, a instituição oferece um conjunto de atividades culturais em suas diferentes unidades e, diversas vezes, dispõe de equipamentos (auditórios, centros culturais, cinemas, editoras, galerias, publicações, museus, salas de exposição, teatros etc.) e de corpos estáveis (orquestras, corais e grupos artísticos e culturais voltados para capoeira, culturas populares, dança, música, teatro, artes visuais, audiovisual, culturas digitais dentre outros possíveis). Este universo, cuja envergadura varia conforme as instituições, possibilita um desempenho bastante amplo e complexo no campo cultural, nem sempre realizado em todo seu potencial devido ao seu desconhecimento, desarticulação, redundância etc. Em diferentes ocasiões, quando se pensa em cultura nas universidades apenas aparecem estas últimas atividades associadas, quase sempre à extensão. Não por acaso, na maioria das instituições universitárias a “cultura” pertence à Pró-Reitoria de Extensão. A atuação cultural em ensino e em pesquisa fica esquecida (RUBIM, 2019, p. 10).

O caso da UFGD não foge a regra geral e tem sua Coordenadoria de Cultura- COC, ligada a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PROEX. Porém a discussão sobre o papel exercido pela instituição dentro do escopo da extensão universitária apresenta-se como fator preponderante para execução de políticas culturais por parte da instituição. Isso ocorre, pois, a extensão universitária se propõe a ser a via de conexão mais direta entre a universidade e a sociedade em que ela está inserida. Sobre esse assunto o representante C discorre,

[...] uma crítica que eu sempre tive da Universidade. Eu sempre achei a Universidade muito fechada em si mesma. Eu acho que esse é uma das coisas que empobrece a universidade. Por mais que tenha essa coisa de extensão, projeto de extensão, esses projetos de extensão é de dentro da Universidade, sabe, não veio da demanda de fora para a universidade, vai da Universidade para fora. E daí sempre foi meu objetivo maior, sabe, um dos meus objetivos era esse. De quebrar os muros da Universidade como eu fiz com aquelas portas, que eu mantive essas portas abertas e abrir todas as portas da universidade para a cidade (Representante C).

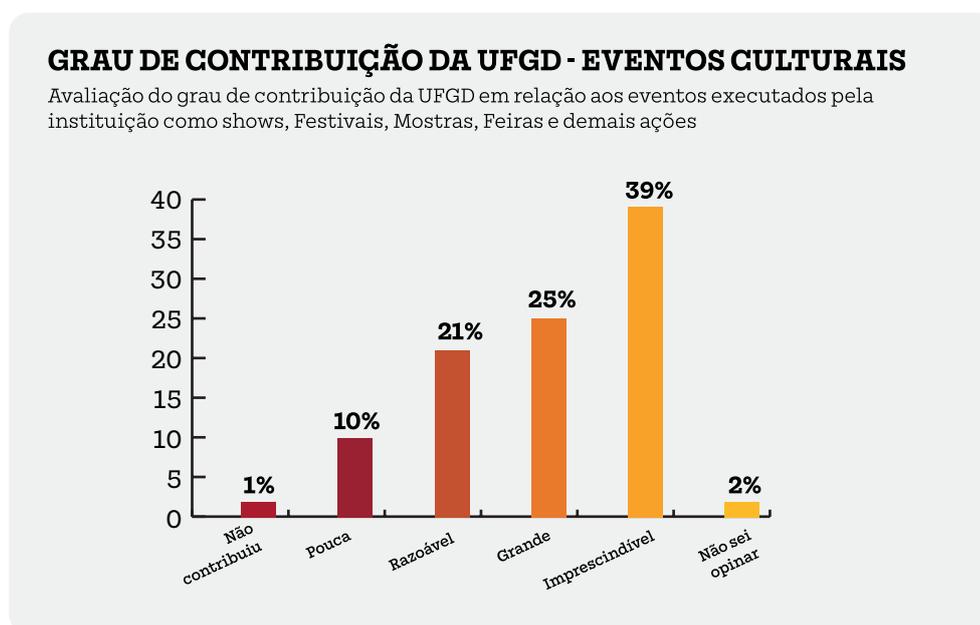
A fala do representante C aponta para uma reflexão mais aprofundada da universidade do que apenas abrir as suas portas, trata-se de uma inversão da pauta, fazendo com que a comunidade seja a protagonista dessa agenda. Essa questão é ponto de discussão dentro do entendimento das universidades sobre a suas ações de Extensão, pois revela a dificuldade na comunicação dessas instituições com a comunidade em que estão inseridas. No caso da UFGD essa inversão de pauta, apesar de proposta, não mostra um resultado que apresente uma colaboração direta da sociedade civil nas ações propostas pela instituição. Essa política de portas abertas parece ter sido entendida pela referida universidade no sentido de oferecer uma produção cultural diversificada para além dos seus próprios espaços, de modo a facilitar o acesso do público à maioria dessas ações.

Baseada em um calendário de eventos diversificados a universidade ocupou a agenda

do Teatro Municipal Dourados ao mesmo tempo que oferecia a comunidade a utilização de seus espaço e equipamentos para produções de artistas e trabalhadores da cultura interessados. Através do questionário os entrevistados puderam avaliar o grau de contribuição de UFGD nesses quesitos.

Com relação a promoção de eventos culturais (Figura 15), 64% dos entrevistados avaliam a participação da UFGD como grande ou imprescindível, enquanto apenas 10% classifica a contribuição como pouca e apenas 1% avalia que ela não contribui.

Figura 15– Gráfico grau de contribuição da UFGD – Eventos Culturais



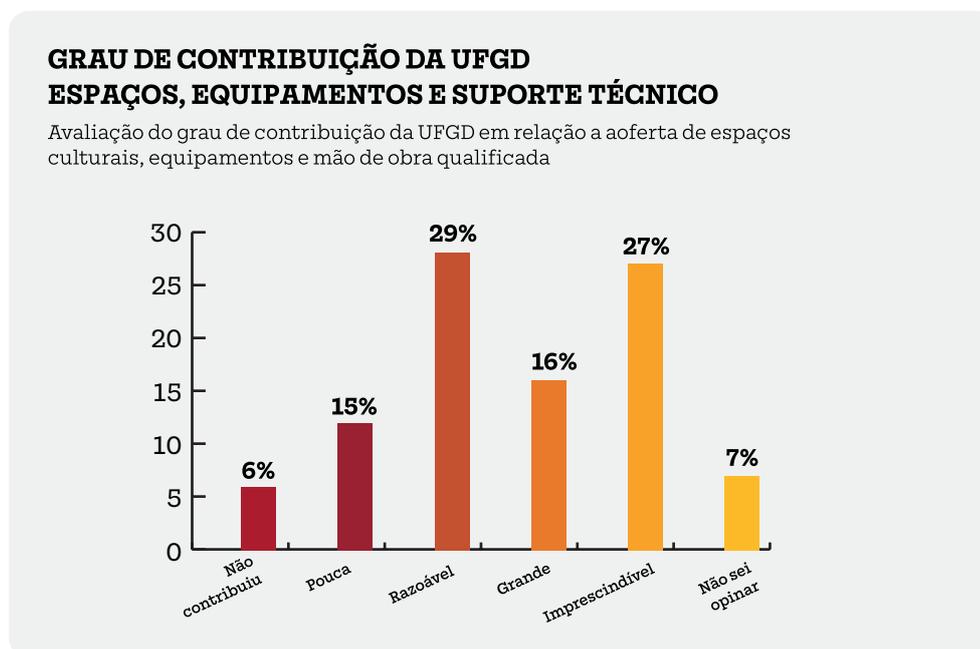
Fonte: Elaborado pelo autor

O alto grau de contribuição atribuídos a UFGD nesse aspecto indica uma percepção sobre o aumento no volume de eventos culturais do município, sendo que os três principais eventos da universidade no período – Festival Internacional de Teatro de Dourados - FIT, Mostra Audiovisual de Dourados - MAD e Festival Douradense de Música - FESDOM – levam em seus nomes a referencia a cidade de Dourados. Logo, esses eventos passam a se tornar não só parâmetro para as ações da universidade, mas para as ações culturais do próprio município e região.

[...]a Coordenadoria de Cultura, as políticas públicas que vão sendo criadas internamente na UFGD que vão criando esse rizoma, essa rede que vai chegar na Secretaria de Cultura do Município, que vai chegar na prefeitura, que vai chegar no estado. Então eu acho que há uma... não sei se nessa sequência exata que eu falei, talvez não, mas essa coisa espiralar... E a pessoa, nossa nunca pensei que arte era isso. Aí a gente vê os FITs, os MAD's, enfim, os inúmeros eventos que a coordenadoria de cultura produziu naquele tempo e que pra mim são essenciais na desmistificação, e na reeducação e na formação de público, do que é a arte no estado de Mato Grosso do Sul a cultura dos grandes artistas né tenta cultura dos Artistas Esses são os artistas do Mato Grosso do Sul (Representante F).

Essa rede de agentes e ações citados pela Representante F também pode ser demonstrada por meio da avaliação dos entrevistados sobre o grau de contribuição da UFGD na sua relação com a oferta de espaços culturais, equipamentos e mão de obra qualificada (Figura 15). 72% das respostas apontam para uma participação ente razoável a imprescindível, indicando que além da oferta de ações culturais a universidade passa a oferecer ao município, ferramentas para que mais ações efetivas possam ser executadas na esfera da sociedade civil.

Figura 16– Gráfico grau de contribuição da UFGD – Espaços, equipamentos e suporte técnico



Fonte: Elaborado pelo autor

Nesse ínterim, a fala da Representante F também traz consigo a discussão sobre a participação de outras esferas públicas na execução de políticas culturais dentro do município de Dourados. Quando elabora que a execução desses eventos pode causar um movimento espiralar que alcançaria os âmbitos do poder executivo municipal e estadual, a Representante F, conseqüentemente, aponta para o fato dessas instancias negligenciarem seu dever como gestoras culturais a partir da percepção dos agentes que organizam a produção culturais douradense.

Hoje a prefeitura tem uma atuação praticamente nula na produção cultural da cidade, as ações do estado também não chegam aqui, mesmo sendo a segunda cidade do estado, desta forma além da universidade eu vejo como agentes criadores os espaços Casulo e Sucata, que são reverberações direta do curso de artes cênicas e que, antes da pandemia e dos fomentos advindos dela, pode contar com muito apoio da universidade tanto na sua instalação como na manutenção de seus espaços, tanto pelo material humano muitas vezes disponibilizado como pela cedência de equipamentos que viabilizaram muitas ações (Representante E).

[...] sinto que a UFGD muitas vezes fica presa como sendo uma instituição que busca fomentar essas ações culturais, porém sem respaldo de outras esferas que deveriam estar dialogando com ela, principalmente na criação de políticas públicas. [...] eu penso que ainda muito que ser trabalhado dentro da nossa esfera estadual, municipal para que a própria classe as categorias dos trabalhadores e trabalhadoras em arte e cultura possam se sentir com contemplados, não apenas dentro do micro universo da UFGD, mas em outras instâncias que tem sim obrigação de promover gerar políticas públicas democratizando inclusive o acesso à cultura (Representante D).

[...] Porque por mais que a UFGD faça, não dá pra abrir mão também da atuação da prefeitura, do estado, do governo federal também né? [...] A prefeitura você tem a máquina, você tem a verba, você tem os equipamentos, você tem os espaços, o teatro municipal é da prefeitura, começa daí, então num cenário ideal você teria essa outras... principalmente o município, que é a ponta da coisa né, a gente teria esse município funcionando e trabalhando também em parceria com a universidade, teria os dois abrindo conversa e assim, naquela relação de parceria mesmo pra coisa realmente funcionar (Representante G).

Em resumo, as referidas falas sugerem que os governos do estado e do município apresentam uma atuação deficitária na aplicação de políticas culturais em Dourados. Retomando o raciocínio gramsciano, tais políticas são mecanismos de proteção estatal e jurídica que devem, ou ao menos deveriam proteger os direitos culturais fundamentais de todos os cidadãos e representar a necessidade de zelar pelo patrimônio material e imaterial presentes na cultura das populações. Acontece que esses mecanismos são regulamentados pelo Estado ou, mais precisamente, pelo que Gramsci intitula como sociedade política. Tais dispositivos definem um conjunto específico de ações advindas da sociedade política afim de produzir efeitos também específicos dentro de uma determinada área dessas sociedades (Lynn, 1980).

Como na concepção gramsciana as instâncias de poder dentro da sociedade são divididas entre sociedade política e sociedade civil, essas instâncias deveriam se articular e se identificar como as peças fundamentais para formação do Estado. Esses dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. (GRAMSCI, 2004).

Contudo, o autor admite que o Estado, como se apresenta hoje, está concebido para que possa operar toda sua estrutura em favor dos interesses das classes dominantes, entretanto, mesmo que de forma não tão substancial as classes dominadas, através da sociedade civil, também consegue impor a sociedade política e à classe economicamente dominante algumas de suas condições, obrigando-os a fazer concessões econômicas, ainda que em elementos considerados essencialmente pouco decisivos dentro das atividades econômicas capitalistas.

Aplicando tais conceitos à sociedade douradense, a sociedade política replica os interesses das classes dominantes, nas esferas de poder municipais e estaduais, e deixa pouco espaço para participação efetiva da sociedade civil nesse contexto. Todavia esse espaço limitado de participação tem sido ocupado ao longo dos anos com muito vigor pelos representantes da sociedade civil, conforme relata o Representante C:

[...] A gente sempre, como artista, éramos poucos, mas sempre teve uma importância muito grande para o cenário de Dourados. Nós que criamos o Teatro Municipal de Dourados, porque, na época, a gente fez um movimento muito grande. Eu acho que o movimento é muito importante. As pessoas estarem juntas. Naquela época a gente fazia um Fórum de Cultura ali no CEUD e não tinha lugar para quem queria. Então a gente fazia planejamento para comunidade indígena, pra artesanato, pra artes visuais, pra dança, pra teatro. E nós fizemos um movimento, passeata, manifesto, para construção do teatro. Daí construíram o teatro municipal de Dourados. Então foi uma conquista da comunidade. A Usina velha, nós que fizemos o tombamento da usina velha. Nós que eu quero dizer os agentes culturais e artísticas. A gente fazia manifesto até que conseguimos que tombassem a usina como patrimônio. Então agentes individuais e coletivos tem uma importância muito boa pra esse cenário cultural. E que ele foi sedimentado com a criação da UFGD (Representante C).

Mesmo com os esforços dos representantes da sociedade civil a representativa do setor municipal de cultura em Dourados se notabilizou pela precarização de sua estrutura e de suas ações ao longo do tempo. Sem um plano de cultura aprovado pelo município as políticas culturais locais dependiam do planejamento das gestões eleitas para o executivo. Com essa dinâmica a Lei Municipal nº 2.703 de 14 de outubro de 2004, que instituiu o Fundo Municipal de Investimentos à Produção Artística e Cultural - FIP como a única ferramenta de incentivo cultural do município, teve sua implementação muito prejudicada já que a disponibilização de seus recursos está diretamente ligada as condições financeiras de arrecadação do município. Sendo assim, a sua implementação anual depende da disposição da direção do executivo sobre a prioridade dos gastos públicos. Tais circunstâncias prejudicaram a possibilidade de o mecanismo se tornar uma política cultural consolidada no município, pelo contrário, em diversos momentos o edital nem fora publicado, ou em alguns casos mesmo depois de publicado e com projetos selecionados houve o cancelamento⁶¹ do processo, alegando-se falta de recursos.

No cenário estadual, apesar dos mecanismos de incentivo também apresentarem inconsistências na disponibilização de recursos e atrasos na execução, existe uma quantidade maior de editais ofertados, bem como maior volume de recursos. Porém, se utilizarmos como exemplo o principal mecanismo de fomento do estado, o Fundo de Investimentos Culturais – FIC/MS⁶², seus dois últimos editais apresentaram atrasos na liberação de recursos e na execução dos projetos. O edital FIC/MS publicado no dia 15 de dezembro de 2015, teve a lista de

61 Em 2018, após seleção, via edital, e divulgação dos projetos aprovados o pagamento do montante de R\$ 391.200,00 destinados ao Fundo de Investimentos à Produção Artística e Cultural de Dourados – FIP foi cancelado pela prefeitura (MARÇAL..., 2018).

62 Fundo criado através da Lei Estadual 2.366, de 20 de dezembro de 2001.

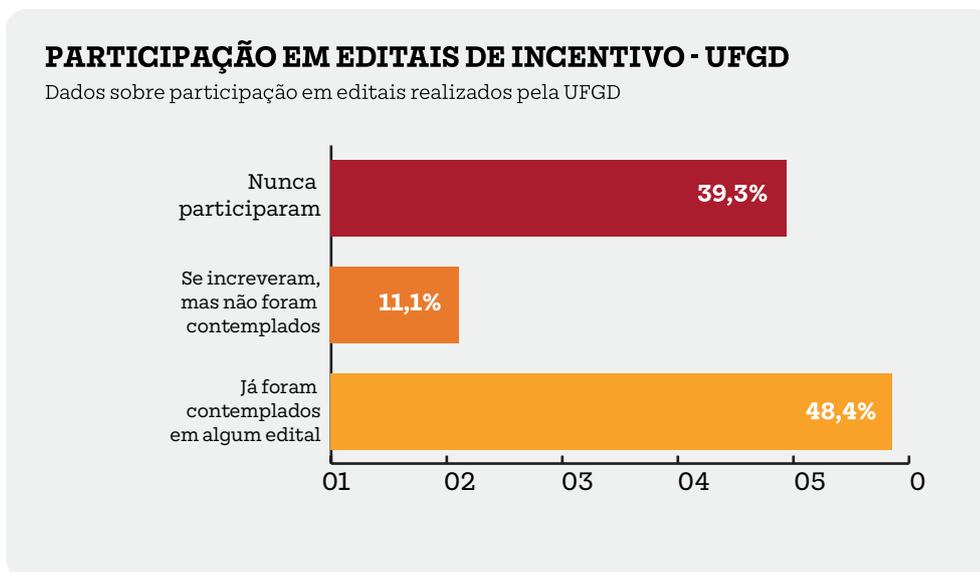
aprovados divulgada somente em 15 de agosto de 2016 com execução somente a partir de do ano de 2017, sem que nenhum outro edital tenha sido lançado nesse intervalo. Além das dificuldades na liberação de recursos e calendário de execução de projetos, as iniciativas ligadas ao governo estadual também se caracterizam por priorizar projetos e ações originários da capital do estado, tendo sua distribuição de recursos muito desigual em relação aos projetos com origem no interior de Mato Grosso do Sul, com destaque para Dourados, mesmo como segundo maior cidade do estado. No edital do FIC/MS 2015, por exemplo, dentro os poucos projetos aprovados originários do município douradense, num total de 79 aprovados, 3 deles estavam ligados a projetos institucionais da UFGD (UFGD..., 2016).

Dessa maneira, somos estimulados a refletir sobre as possibilidades e limites abarcados na discussão sobre as políticas públicas em geral e sobre os potenciais fragilidades impostas pela democracia burguesa no caminho das lutas por mudanças sociais e culturais nas sociedades. Segundo Schlesener as classes subalternas esperam das políticas públicas um resultado que parte de uma ilusória participação igualitária, “sem perceber que o poder econômico determina com antecedência os objetivos e finalidades de tais políticas” (SCHLESENER, 2006).

A questão da efetividade das políticas públicas depende da correlação de forças que os grupos sociais conseguem estabelecer na disputa acirrada que se instaura entre os interesses em jogo. Romper com estes limites implica formar uma consciência crítica a respeito das condições sociais próprias da sociedade capitalista. Gramsci empenhou-se ao longo de sua militância política em esclarecer as classes trabalhadoras da necessidade de organizar-se para o mínimo, que consiste em lutar por direitos sociais no contexto da sociedade capitalista, mas também para o máximo, que se traduz na luta revolucionária (SCHLESENER, 2016, p. 13-14).

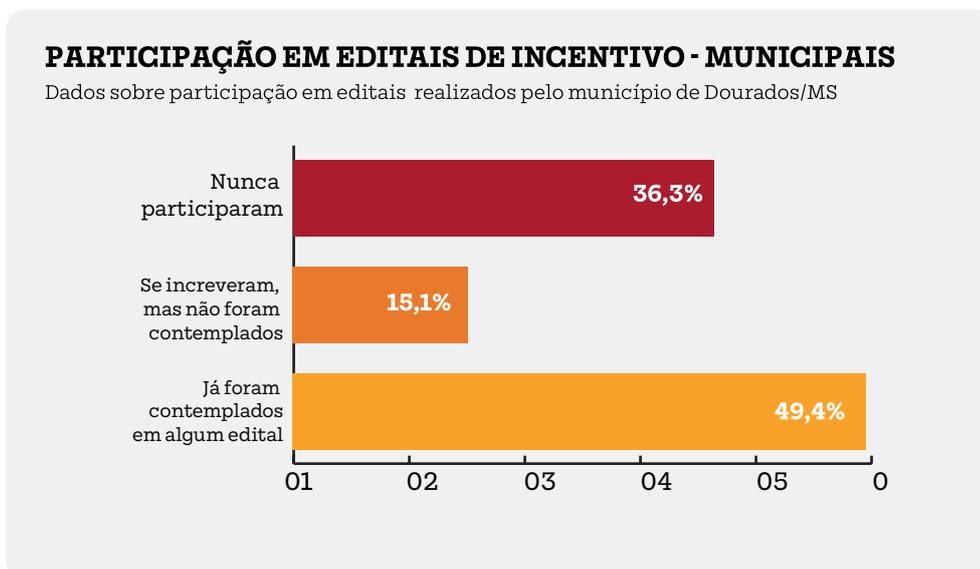
Fugindo dos paradigmas trazidos pelas disputas de poder dentro da esfera executiva do município e do estado, a UFGD pareceu ter encontrado na autonomia universitária um caminho seguro para implementação de políticas culturais no município de Dourados por meio das ferramentas disponíveis para uma instituição com suas características. Levando em conta os editais de incentivo ofertados entre as três esferas supracitadas, os entrevistados responderam sobre sua participação em relação a esses mecanismos e tais dados mostram que tanto o número de trabalhadores da cultura que já participaram dos editais, quanto os de contemplados são muito próximos entre si. Observa-se, assim que a universidade conseguiu certo nível de efetividade no alcance de suas iniciativas para com os artistas e demais trabalhadores da cultura atuantes no município de Dourados.

Figura 17– Gráfico participação em editais de incentivo - UFGD



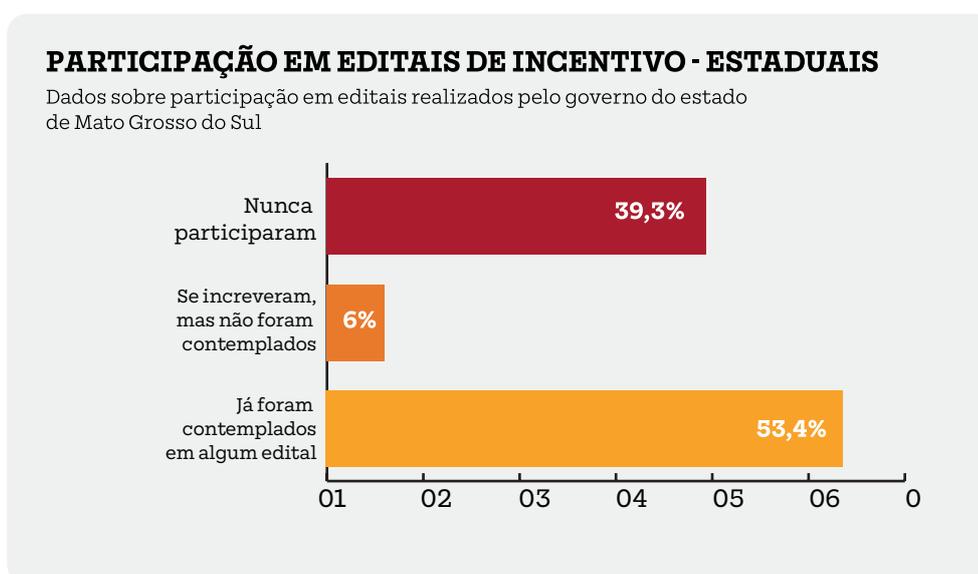
Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 18– Gráfico participação em editais de incentivo - Municipais



Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 19 – Gráfico participação em editais de incentivo - Estaduais



Fonte: Elaborado pelo autor

Apesar de demonstrar certo nível de eficácia nas políticas culturais que se propôs a executar ainda existe muita discussão sobre o real papel que a UFGD e as universidades no geral, tem que exercer ou até que ponto tem obrigação de interferir dentro da realidade cultural da região em que está inserida. Nesse sentido os representantes da universidade entrevistados têm opiniões divergentes sobre a universidade estar ocupando espaço e funções de outras esferas públicas e que, em teoria, não são sua atividade fim.

Eu acredito que a Universidade, como uma instituição de ensino, já tem todas as responsabilidades com a cultura de sua região, de seu povo, de seu país. Isso para mim é missão da educação, uma vez que não existe aprendizado descolado das noções culturais, sendo ainda evidente que a arte e suas expressões são formas de construção do saber. Diante disso, é para mim responsabilidade de todas as Universidades o fomento à cultura e às expressões artísticas, no caso de Universidades públicas, além de uma responsabilidade, isso se torna uma obrigação, uma vez que esse é o espaço público e próprio para a difusão do conhecimento. Conhecimento e cultura são indissociáveis. Nesse sentido, para mim a UFGD tem a obrigação de fomentar a cultura, com um olhar que possa caminhar desde a defesa das culturas tradicionais, como a indígena, por exemplo, até a produção de bens artísticos contemporâneos, passando pelo fomento à circulação e apreciação de produtos artísticos nas mais diversificadas linguagens (Representante A).

[...] Às vezes a universidade acaba tendo a responsabilidade se responsabilizando por uma série de questões que deveriam ser fomentadas culturalmente na esfera Municipal e na esfera estadual. [...] às vezes a percepção que eu tenho é que nós da coordenadora de cultura nos responsabilizamos, responsabilizamos a UFGD, utilizamos um recurso que é sim também para cultura, mas muitas vezes nós somos os únicos agentes dentro do município de Dourados fomentando isso de forma pública, gratuita e para toda a gente. Não vejo esse mesmo movimento sendo circulado e difundido pelos outros pelos outros agentes públicos como a prefeitura ou até mesmo a Fundação de Cultura do Estado do Mato Grosso do Sul. Então eu sinto que muitas coisas que são realizadas em Dourados, pensando em orçamento público, quase sempre são veiculados a universidade. Para mim, algo não tão simples, apesar de entender que a universidade tem sim sua corresponsabilidade

em ser promotora e fomentadora de produções artísticas e culturais, porém não somente a única dentro da nossa região (Representante D).

De uma maneira mais prática, através das atividades desenvolvidas por meio da extensão, entende-se que a universidade deveria atender a sociedade fornecendo-lhe o que produzia, entretanto por muito tempo não houve um controle ou planejamento sobre como essa política era aplicada pela instituição de ensino, dessa maneira esse atendimento, por diversas vezes, se a caracterizava como um assistencialismo imediato, a partir das condições de carência apresentadas pela população ao seu entorno (COSTA, 2009). Quando essas atividades passam a ter propósitos para além da assistência direta e procuram se interrelacionar com os anseios e necessidades da sociedade, na sua dimensão simbólica, de modo a estabelecer novos parâmetros para essa relação, conseguimos encontrar na extensão um lugar para que essa população se identifique e manifeste sua cultura.

É preciso considerar, a princípio, a necessidade de trazer para o lugar da Extensão a intenção de afirmar-se como um *locus* de identidade em que, tanto o conhecimento produzido na universidade como o conhecimento pela comunidade, sejam considerados bases da produção cultural e social dos sujeitos em seus grupos. Nesse sentido, a interdependência entre eles está diretamente vinculada às diferentes formas de constituírem-se e de se manifestarem na alteridade, nos jogos de seus interesses, gerando poderes em lugares diferentes ou comuns ao mesmo tempo (COSTA, 2009, p.71).

Partindo dessas conjecturas a extensão abre caminho para que a universidade dialogue e modifique a realidade de sua comunidade externa baseando-se na troca de saberes entre es-ses dois mundos. Logo, seu papel também remete a interferência na produção cultural e social dos sujeitos que pertencem a sociedade da qual ela pertence. Paulo Freire (1983) se aprofunda ainda mais nessa discussão quando discorre sobre o significado da palavra extensão, que segundo o autor “indica a ação de estender e de estender em sua regência sintática de verbo transitivo relativo, de dupla complementação: estender algo a.” (FREIRE, 1983, p. 20). Ou seja, um indivíduo ou entidade extensionista deveria se propor estender seu campo de ação para atingir a comunidade. Porém não se trata apenas do ato de se estender a mão, mas também seus conhecimentos e suas técnicas (ibidem, 1983). Freire destaca que o termo “Extensão” apresenta também uma série de significações ligadas à “transmissão, entrega, doação, messianismo, invasão cultural, manipulação, etc.” e que estes termos “envolvem ações que, transformando o homem em quase “coisa”, o negam como um ser de transformação do mundo.” (FREIRE, 1983, p. 22).

Portanto o papel da universidade associado à sua “extensão” deve estar intimamente ligada a uma via de mão dupla na sua relação com a sociedade, na qual não só interfere, ensina, compartilha e troca experiências e conhecimentos, como também recebe conteúdos e demandas pautados pela comunidade externa à instituição. Dessa forma, retomando o raciocínio trazido pelo Representante C no início desse tópico, não basta a UFGD abrir suas portas para a população ou aumentar o alcance das ações, mas também é necessário ouvir os anseios dessa

população e construir um campo de dialogo constante com os agentes que fazem parte dessa comunidade, conforme destaca a Representante B:

[...] É difícil, mas tem que ter, não só levar o produto. Eu acho que tem que ter mais oficinas. Formação. Uma ação continuada. Por isso que eu falo que a gente fez, mas a gente fez muito de levar produtos. [...]Porque não adianta você levar e às vezes a comunidade não quer aquilo. Ela tá querendo outra coisa. Então, você tem que fazer surgir, digamos assim, através de um formulário estruturado, por exemplo, ou semiestruturado. Quais são as demandas? O que aquela comunidade quer culturalmente? Ou quais são as necessidades? Quais são as fraquezas? As fragilidades? Para você levar as ações. Então, nós fizemos. [...] Só que o que eu percebo? Que a gente fez muita questão do produto. Acho que a gente falhou e a universidade ainda falha. E tem que ser mais efetiva na formação, entendeu? Na formação, mas uma formação não imposta, mas uma formação que nasça das demandas dessas comunidades, entendeu? (Representante B).

No caso douradense, apesar dessa carência na comunicação com a sociedade civil para elaboração de um diagnóstico mais qualificado, por certo período a UFGD conseguiu pautar suas ações em meio a um cenário de omissão das entidades municipais e estaduais. Assim, os impactos que a UFGD causou no cenário da produção cultural mantiveram-se visíveis devido a manutenção de ações culturais pontuais por parte dos gestores da universidade.

Tal fenômeno ocasionou um nítido desequilíbrio na execução das políticas culturais em Dourados por um certo período, no qual a universidade apresentava-se como a principal referência sob esse aspecto, enquanto o município e o estado pouco se destacavam, mesmo tendo essa responsabilidade. Calha a discussão sobre a UFGD ter essa responsabilidade de ser protagonista na execução de políticas culturais, uma vez que as outras entidades públicas não retomam seu papel fundamental na aplicação dessas políticas. Ocorre que UFGD deve cumprir seu papel, dentro dos preceitos que cabem a uma instituição pública universitária, oferecendo um retorno substancial de ações à comunidade em que está inserida, independentemente da atuação dos outros órgãos públicos. Assim, não há como dimensionar a participação da universidade a partir de um comparativo com os outros órgãos da esfera pública, muito menos condicionar suas ações a partir de uma perspectiva que lhe afaste o rótulo de protagonista caso essas outras entidades não cumpram seus papéis.

[...] Se a gente tivesse tido mais responsabilidade social da Prefeitura e do Governo do Estado a gente tinha feito muito mais coisas, muito mais coisas. E a universidade não teria a sido protagonista, você vai me perguntar? Não, eu acho que universidade continuaria sendo protagonista. Ela não ia deixar de fazer o que ela fez. Mas poderia estar em parceria com o governo do estado e com o governo Municipal, fazendo muito mais coisas (Representante B).

Não obstante, a universidade, assim como os demais agentes envolvidos com a produção cultural de Dourados também precisam se manifestar diante da omissão das demais entidades públicas. Esse compromisso é essencial para que a criação, execução e manutenção de políticas culturais se perpetue de forma homogeneizada e em rede. Porém, esse tipo de enfrentamento exige esforço e combatividade de maneira ampliada e organizada, o que nem sempre é

possível dentro das condições precárias que o país oferece para esses agentes, conforme relatada pela Representante F:

Eu acho que muito foi feito... Eu acho que a gente tem um fórum, hoje, de cultura, e ele tá aí a duras penas em pé e com tanta gente com tanta vontade, sabe, é muito importante e eu acho que isso tem que ser reconhecido. Então, as frentes também, os diálogos feitos na com o município, com o estado, com Universidade, mas de novo, acho que é essa coisa emblemática, muito foi feito, mas é insípido, infelizmente, não é o suficiente, é preciso de muitas outras frentes. E mesmo, agora, eu ocupando um lugar de certa forma, de protagonismo no cargo que ocupo, eu não sei, diante de tantos desafios a gente também fica preso, sabe, porque também eu não tenho muito espaço para penetrar essa terra que tá ressecada, que tá arida, então a gente não sabe nem que instrumentos que... dá onde tirar força pra arar essa terra tão difícil. Eu não julgo, é isso que eu tô querendo dizer, eu não julgo essas frentes. Então não to dizendo que essas frentes não estão lutando para que as políticas públicas aconteçam, no entanto, é difícil de julgar, porque é um momento muito difícil que a gente tá vivendo..., mas é insípido, a gente precisa bater nesse ferro frio e insistir, nem que seja só para fazer barulho pra transformar essa realidade (Representante F).

À vista disso, necessitamos elucubrar sobre os limites que uma intuição pública de ensino superior também encontra dentro de sua atuação. Em teoria, a universidade tem autonomia nas suas ações, e também por isso existem divergências de entendimentos dentro das suas gestões assim como está sujeita a interferências externas, como corte de verbas e intervenção direta do governo federal na sua administração.

O caso da UFGD é emblemático nesse sentido, pois em 2019, após eleições democráticas paritárias⁶³, a universidade enviou ao Ministério da Educação - MEC uma lista tríplice com os nomes eleitos pelo pleito e pelo colégio eleitoral e a mesma foi ignorada pelo ministro e pelo presidente, sendo nomeada uma reitoria interventora⁶⁴, que em 2021 foi substituída por uma nova gestão interventora, ainda sem respeitar a escolha democrática da comunidade acadêmica da instituição. Esse mesmo processo também ocorreu em outras instituições de ensino federais (MORENO, 2019) que aliadas ao processo de desmonte promovido pelo governo federal diminuiriam drasticamente a autonomia dessas instituições, como também a quantidade de recursos disponíveis para suas ações. Obviamente esse processo afetou diretamente o contexto da extensão e cultura, por já existir o julgamento de menor importância dessas áreas como atividades essenciais na prioridade de recursos de fomento.

Afora esses elementos institucionais da esfera pública que interferem na capacidade de atuação da UFGD no cenário da produção cultural local, a Representante H ainda pontua algumas das dificuldades que a realidade douradense apresenta para a universidade e os agentes que se propõem a interferir nesse contexto:

63 Paridade corresponde ao mesmo peso de votos entre os três seguimentos presente nas universidades: discentes, docentes e técnicos administrativos.

64 Em 11 de junho de 2019 o MEC nomeou a docente Mirlene Damázio como interventora na UFGD, enquanto que no dia 5 de fevereiro de 2021, substituiu a referida docente pelo professor Lino Sanabria como interventor na instituição (COMUNIDADE..., 2021).

A manutenção de nosso [agentes culturais como professores e técnicos do Curso de Artes Cênicas] empenho em lutar pelas políticas de incentivo e junto às estruturas de poder [instituições] do município e do estado; Indisponibilidade do espaço Teatro Municipal de Dourados (ausência de reformas); Mentalidade resistente da classe média da cidade em relação ao teatro em geral e especialmente ao feito aqui e ausência de condições socioeconômicas das classes pobres de circular no espaço social; péssima rede de transportes públicos, que inibe a movimentação constante e segura dos setores da sociedade para fruir ações artísticas; negação da prefeitura e da classe política em investir nos espaços artísticos e na recepção do fazer artístico; distância física e de hábito para o trajeto entre unidade II da UFGD e cidade; e, ainda, o corte do circuito criativo: os alunos em sua maioria não são naturais da cidade, permanecem nela durante o período de formação, quando começam a trabalhar de modo extra curricular com os técnicos artistas e os professores artistas e demais agentes culturais residentes na cidade, precisam ir embora. Os artistas que o curso cria não permanecem aqui e inclusive, sua curta participação nos coletivos e projetos interrompem não só a sua estada artística na cidade, mas também o tempo de vida dos próprios projetos, espetáculos e processos artísticos (Representante H).

Com toda essa complexidade de fatores que se colocam como obstáculos no caminho dos agentes culturais douradenses, fica difícil constatar se a atuação da UFGD, mesmo identificada como preponderante nesse cenário, apresenta as perspectivas de uma agente institucional e coletiva consolidada como executora de políticas culturais ou se essas ações estavam ligadas aos sujeitos e agentes individuais dentro de suas gestões, que se propiciaram das condições sociais e econômicas favoráveis para implementar ações construtivas na área da cultura. Sobre essa questão o Representante A esclarece:

Em minha visão, não existe uma relação estabelecida entre as ações da coordenadoria de cultura da UFGD com as políticas públicas para o setor da cultura. Entendo que quando essa relação começou a ser desenhada, de uma maneira natural, pelo fortalecimento de algumas ações que estavam em curso, veio o desmonte que paralisou todo o setor. Nesse sentido, fica claro que não haviam políticas instituídas na Universidade para o setor, fica claro que existiram gestões que tiveram um olhar de importância para a cultura dentro da instituição, mas, também fica claro que essas gestões, em que evidentemente me incluo, não conseguiram transformar as ações em políticas públicas. Não houve um tempo para que essas ações comessem a gerar seus frutos e se tornassem políticas públicas, isso é uma construção e, por vezes, faltou apoio até mesmo da comunidade acadêmica para tanto. Por exemplo, a cultura sempre tem que ficar brigando e provando a importância dos recursos a ela destinados, mesmo que sejam ínfimos em comparação com os demais setores da instituição (Representante A).

Em sua fala o Representante A elucida que faltou uma política institucional, para além das gestões, que mantivesse o planejamento estratégico da universidade na sua atuação cultural independentemente das escolhas ideológicas e administrativas dos gestores. Esse tipo de iniciativa protegeria as políticas culturais da instituição através da preservação de parâmetros mínimos de investimentos e ações, que ocorreriam independentemente do corte de verbas ou redirecionamento de recursos. Em outras palavras, esse tipo estratégia é contextualizado como um Plano de Cultura da universidade. A esse respeito Rubim (2019) explana que:

[...] o desenvolvimento de políticas culturais nas universidades pressupõe a definição

e construção de instâncias, normas, infraestruturas, orçamentos e pessoal específico, que imaginem, coordenem e realizem as atividades culturais em sintonia com as políticas formuladas. A elaboração da política, por seu turno, para ser democrática e representativa, requer a realização de um amplo e participativo diagnóstico cultural de toda universidade, que contemple sua diversidade de atividades de formação, estudos e atuação culturais. O diagnóstico se apresenta como peça básica para a tessitura dialogada, democrática e participativa das políticas culturais universitárias. Tão importante quanto a capacidade de realizar um rigoroso diagnóstico, o processo de discussão, plural e sincero, deve ser capaz de definir e construir prioridades. Ou seja, produzir um horizonte para o plano de cultura da universidade, documento que expressa e sintetiza suas políticas culturais (RUBIM, 2019, p. 12).

Sobre esse tema, a UFGD possui poucas diretrizes estruturadas que norteiam suas ações institucionais no âmbito cultural, dentre elas as mais significativas do ponto de vista da gestão universitária estão contidas no seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Entretanto o PDI vigente na UFGD, foi elaborado para contemplar os anos entre 2013 a 2017, sendo que esse mesmo documento foi prorrogado em duas oportunidades e atualmente com prazo expiração estipulado em 31 de dezembro de 2021. Além da evidente defasagem de quase 9 anos desde a elaboração do referido documento, que acarreta em diversos problemas estruturais que carecem de atualização, os aspectos culturais abrangidos pelo documento são muito abrangentes e genéricos como “Disseminar ações culturais para públicos diversos e em vários locais de Dourados e região” (UFGD, 2020, p.63).

Dos poucos pontos mais preponderantes destacam-se, entre as perspectivas para as Políticas de Extensão e Cultura, a ampliação da rede pública de Rádios e TV da universidade, por intermédio do Ministério das Comunicações e também “a consolidação de um Centro Cultural, no Prédio da Reitoria da UFGD, transformando-o em espaços para ações de arte e cultura, efetivando o compromisso assumido pela instituição quando do recebimento, por doação, do referido prédio” (UFGD, 2020, p.91). Entretanto nenhum desses dois itens se concretizou devido a adversidades internas e externas à instituição. De fato, a implementação da Rádio e TV dependia de articulação de outras esferas do governo federal e a transformação do prédio da atual reitoria dependia da desocupação daquele espaço por meio da mudança de sede da reitoria para o prédio no campus da universidade, que teve suas obras paralisadas por diversas vezes e não foi entregue no prazo estipulado.

Mesmo que consideremos tais fatores nas escolhas administrativas das gestões da UFGD até 2018, precisamos nos ater ao fato de que essas diretrizes se apresentam de maneira muito frágil e com pouca elaboração sobre o planejamento de suas execuções. Dessa maneira, para não se correr o risco de dependência de planejamentos tão abrangentes, muitas universidades optam por elaborar um plano de cultura que visa estabelecer metas e traçar normas apontando o caminho das ações culturais da instituição para um certo período.

Dentre as universidades que adotaram esse tipo de planejamento, destaca-se o trabalho da Universidade Federal do Cariri – UFCA, que também surgiu no processo de expansão uni-

versitário do governo Lula e tem como fator de proeminência possuir uma Pró-Reitoria voltada somente para o eixo da cultura.

[...] a Universidade Federal do Cariri entende que a dimensão da cultura não é apenas estratégica ou importante para o ambiente acadêmico, uma vez que a ideia é tornar a cultura como uma dimensão de formação integral do estudante e da comunidade universitária. E assim, como parte da formação do discente, integra-se de forma decisiva e programática com as demais Pró-reitorias fins: Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD), Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PRPI) e Pró-reitoria de Extensão (PROEX) (ALMEIDA, 2019, p. 2).

A partir dessa prerrogativa, cultura e extensão são vistas em lugares separados, sendo que a primeira ocupa um lugar de transversalidade sobre todos os outros eixos estruturantes de uma instituição de ensino superior. Esse tipo de entendimento seria essencial para que a cultura fosse reconhecida como princípio fundamental na formação dos indivíduos, pois ela representa o conjunto de elementos simbólicos e imateriais que permeiam e definem o seu cotidiano.

Mesmo que esse pensamento ainda esteja longe de se traduzir em realidade na maioria das universidades brasileiras, a cultura necessita de um espaço proporcional à sua importância na educação e no desenvolvimento social dentro dessas instituições de ensino. Dentro dessa perspectiva a construção de um planejamento estruturado com intuito de elaborar políticas culturais consistentes mostra-se como alternativa mais adequada para que o fazer cultural possa se fortalecer dentro das universidades. Voltando ao exemplo da UFCA, encabeçado pela sua Pró-Reitoria de Cultura, a referida instituição decidiu iniciar o processo de elaboração do seu Plano de cultura que busca traçar os objetivos e diretrizes que guiarão a gestão das políticas culturais da universidade.

Mais do que sistematizar, planejar e estabelecer metas para a gestão e política cultural na UFCA, o processo de elaboração do Plano trouxe reflexões sobre a prática que vinha sendo executada através de ações culturais, sobre o significado das ações, sobre o perfil do público expectador e público-alvo, bem como sobre a conceituação de várias questões que, pelo hábito, se acreditava estarem resolvidas, a exemplo dos projetos institucionais de bolsas, do papel da PROCULT no tocante à pesquisa e das ações em parceria com outras instituições da região (ALMEIDA, 2019, p. 4).

Outrossim, mesmo que essa reflexão mais aprofundada nos mostre que a UFGD necessitaria de um Plano de Cultura estruturado e aprovado para constituir-se como executora de políticas culturais de maneira mais constante e periódica, independente da interferência de seus dirigentes, as ações realizadas pela referida universidade nos mostraram uma direção sobre as transformações dos discursos correntes na sociedade douradense. Porém essas ações estavam condicionadas a atuação específica de alguns dirigentes envolvidos nas gestões da universidade. Tal prática revela uma tendência muito comum dentro da esfera da administração pública a adoção de políticas de governo e não políticas de Estado.

Para Rubim (2019), esse tipo de planejamento pode ser sintetizado em um documento que organize o Plano Cultural de uma universidade.

O plano cultural contempla, de modo articulado e colaborativo, a atuação cultural destinada ao ambiente universitário e aquela voltada para comunidades da sociedade, que dialogam com a instituição. A comunidade universitária reúne professores, funcionários técnicos e administrativos, estudantes e, em sentido mais extenso, antigos participantes dela: ex-alunos, ex-professores e ex-funcionários, bem como familiares de toda esta ampla comunidade. Em geral, ela está atendida de modo disperso pela atuação cultural da universidade. Com a política cultural se busca uma interação mais ampla e sistemática. A outra, complementar a face da política cultural universitária, se volta para os públicos que interagem com a instituição, seja por sua proximidade geográfica, seja por seu acercamento acadêmico, seja por difusos e plurais interesses culturais (RUBIM, 2019, p. 12).

Como relata Rubim, a constituição de um plano cultural para universidade depende de uma relação mais intrínseca entre a instituição e a comunidade a sua volta, ocorre que na UFGD, como nas instituições de ensino superior brasileiras, ainda existe um distanciamento muito grande da população em geral em relação a academia. Sobre a esse distanciamento de universidades e academias do povo que as cercam, Gramsci discorre que “estas duas instituições são, atualmente, independentes uma da outra; as academias são o símbolo, ridicularizado frequentemente com razão, da separação existente entre a alta cultura e a vida, entre os intelectuais e o povo.” (GRAMSCI, 1999b, p. 40).

Efetivamente esse distanciamento ainda pode ser notado não só no ambiente externo, mas também no próprio interior das universidades. Como relata o Representante C, o conflito de interesses de ordem acadêmica também atrapalha a coesão de um discurso unificado dentro da instituição:

[...] Por causa disso. Porque eu estava invadindo o espaço da academia. Porque enquanto estou ali com as portas abertas para rua, levando arte, música, cultura, eu não ofereço perigo para nada. Mas a partir do momento que eu estou interferindo na coisa acadêmica, criando um curso de artes cênicas, eu estou dentro da academia, não estou lá na rua (Representante C).

Como o próprio Gramsci ressalta as disputas hegemônicas permeiam não só discursos opostos, quanto narrativas do “mesmo lado”. Nesse sentido o ambiente interno das universidades está sujeito a conflitos de interesses na disputa por qual discurso será protagonizado pela instituição. Tanto nos casos do município de Dourados e do estado de Mato Grosso do Sul, quanto no caso da UFGD, a opção por determinadas políticas, seguidas por um governo ou gestão específicos, correspondem às expressões e expectativas pontuais de certos indivíduos ou grupos políticos, num processo bem mais elementar de formulação e implementação de determinadas medidas para responder às demandas colocadas na própria agenda política desses governos. A escolha por esse tipo de política ocorre por ela se viabilizar de maneira muito mais veloz e menos complexa, implementada a partir do próprio âmbito administrativo. Ainda que suas intenções não estejam necessariamente ligadas a finalidades eleitorais esse tipo de prática é sedutora pois consegue realizar ações em prazos curtos e sem a necessidade de aprovação em outras instancias.

Essas práticas podem nos ajudar a entender, por exemplo, porque a UFGD não conseguiu implementar a Radio e TV presentes em seu PDI, ou o motivo da diferente abordagem de produção cultural entre as gestões. Mesmo em gestões que voltem a atenção e que destinem mais recursos ao setor cultural, algumas dinâmicas que envolvem a disputa de poder dentro da instituição, e muitas vezes dentro do mesmo campo político, acabam por interferir na condução das ações com planejamento mais prolongado.

Acontece que justamente por essa velocidade e pela falta de uma base relacionada a estudos técnicos, simulações, análises de impacto social e efeitos econômicos ou orçamentários é que esse tipo de política se apresenta como ferramenta muito frágil em uma construção sistêmica que visa resultados a longo prazo. Além do tempo necessário para os estudos técnicos, também é de vital importância a participação popular, seja direta ou representativa. Nesse caso, município, estado e a universidade tem instancias de representação como o parlamento e o conselho universitário, nos quais essas diretrizes podem ser amplamente discutidas antes de serem colocadas em prática. Somente a partir de uma visão de Estado, a longo prazo, amplamente discutida e analisada poderemos instrumentalizar as ações culturais executadas no âmbito das instituições públicas de modo alcançar o plano simbólico e imaterial que permeia a sociedade.

Sob esse aspecto, Lia Calabre (2007) evoca a dificuldade da gestão pública em alcançar objetivos para além dos resultados episódicos proporcionados por ciclos de gestão:

A ação na área da cultura tem sido frequentemente vista através de uma visão limitada ao acontecimento episódico, ao evento, inclusive por muitos dos gestores da área pública. Qualquer processo de gestão requer diretrizes, planejamento, execução e avaliação de resultados, e com a cultura não ocorre diferente. Um dos grandes desafios da gestão pública da cultura na avaliação das ações implementadas tem relação com os objetivos e à multiplicidade de efeitos buscados ou por ele alcançados. As ações públicas têm que demonstrar minimamente coerência entre o que se diz buscar e as ações postas em prática. Não existe relação direta de causa e efeito no campo da ação cultural, o que torna complexa a avaliação. Parte das ações interagem com o campo das mentalidades, das práticas culturais enraizadas, necessitando de um tempo mais longo para gerarem resultados visíveis. Nesse caso o grande desafio é o de criar projetos que não sejam desmontados a cada nova administração, gerando um ciclo contínuo de desperdício de recursos e de trabalho (CALABRE, 2007, p. 12).

Nesse trecho Calabre traz luz à relação intrínseca que a cultura estabelece entre suas dimensões antropológica e sociológica, pois mesmo que as diretrizes estejam voltadas ao estímulo de produções culturais diversificadas e apresentações artísticas, as mentalidades e as práticas culturais enraizadas no potencial público que irá consumi-las precisa ser considerado. Dessa forma as políticas culturais necessitam de muita análise e tempo de execução e maturação para que possam apresentar resultados visíveis.

Os caminhos possíveis a serem seguidos pela universidade, como as demais instancias públicas, nesse processo de construção de políticas de longo prazo está ligado a movimentação de agentes que possam interferir nas dinâmicas dessas esferas por meio da criação de canais de

participação democrática. Com a maior participação popular, principalmente dos sujeitos interessados no campo da cultura. “Numa democracia participativa a cultura deve ser encarada como expressão de cidadania, um dos objetivos de governo deve ser, então, o da promoção das formas culturais de todos os grupos sociais, segundo as necessidades e desejos de cada um” (CALABRE, 2007, p. 14).

A partir dessa conjectura, a UFGD precisaria buscar uma linha de atuação que levasse em consideração essa democratização cultural, na participação dos grupos sociais envolvido na produção cultural douradense, no estudo e elaboração de um plano de cultura que sintetize políticas culturais continuadas que se desassociem de práticas eventuais associadas apenas aos dirigentes atuantes em suas gestões.

Para além desse diagnóstico, precisamos nos ater se as ações executadas pela UFGD até 2018, mesmo que em caráter eventual, conseguiram articular alguma unidade entre as políticas de governo de suas gestões para que pudesse atuar sobre o campo do consenso social douradense e se essa atuação trouxe perspectivas emancipatórias que pudessem ser usadas como ferramentas pela classe dominada em sua batalha dentro das relações hegemônicas.

3.5 Procurando pelas fissuras: A atuação da UFGD e as perspectivas de transformação social por meio da produção cultural

Até o presente momento, neste trabalho, constatamos de forma dialética, as práticas executadas pelos agentes inseridos na disputa pelo consenso social em Dourados. De um lado a consolidada estrutura hegemônica das classes dominantes lideradas pelo agronegócio controlam os principais discursos dentro do imaginário popular. De outro lado vários agentes sociais buscam desconstruir as narrativas engendradas até então. Nessa frente de oposição a produção cultural aparece como uma forte ferramenta de emancipação de ideias e resistência às correntes hegemônicas. Porém, os grupos que mantêm o domínio do consenso também atuam com muito vigor através dessas ferramentas, apoiadas pelo desenvolvimento perverso do sistema capitalista sobre a área da cultura.

Sob a ótica dos agentes que buscam organizar grupos sociais para intervir nessa disputa junto a sociedade civil, fomos apresentados às ações da UFGD dentro do quadro da produção cultural e Dourados e região e durante todo este terceiro capítulo nos deparamos com dados e falas de trabalhadores da cultura locais e representantes da universidade supracitada com intuito de refletir sobre sua atuação nesse contexto.

Haja vista a multiplicidade de fatores que atravessam a atuação da universidade nessa dimensão, conseguimos extrair algumas conjecturas sobre as disputas de discursos com o agronegócio e a execução eficiente de algumas políticas culturais por parte da instituição. Contudo, a questão a ser respondida até então, seria sobre potencialidade que essas ações poderiam

ter em uma possível transformação social no sentido.

Ao passo que constatamos a percepção dos agentes entrevistados sobre a intervenção da UFGD na produção cultural douradense, também podemos observar que os mesmos apontam que apesar de algumas iniciativas bem sucedidas, em um plano mais amplo ainda está longe dos resultados esperados para gerar mudanças significativas. Sobre essa reflexão os Representantes A e F apresentam um resumo representativo do cenário da UFGD e também do curso de artes cênicas:

A arte transforma “micro-realidades”, mas não muda o mundo. [...] Certo é que em todas as ações realizadas pela Universidade, seja pela apreciação artística, ou pelas vivências proporcionadas em oficinas, cursos e eventos, a visão de diversas pessoas foi ligeiramente remodelada sobre alguma perspectiva, que seja a visão de algumas pessoas... Isso já é muito, e não me resta dúvida de que em cada um desses casos, em que houve uma micro-transformação de perspectiva do olhar sobre algo socialmente importante, houve também uma ajuda para a construção de um olhar emancipatório. Nesse tempo que vivi a arte e a cultura em Dourados, pude observar algumas potentes micro-transformações em alguns artistas e coletivos, isso já me é o suficiente para ter a certeza de que algo foi conquistado em nossas batalhas. Faltou tanto, faltou tudo quase, mas sempre faltará. Podemos mais, devemos mais (Representante A).

[...] eu acho que a gente, de novo, é ínfimo, é insípido, não é uma quantidade que a gente gostaria de estar formando, eu nem gosto desse nome “forma” que é injeção, mas, como eu posso dizer, essas pessoas que a gente está nutrindo, então, ainda são muito poucos diante do desafio que é trazer uma arte e uma formação pedagógica, cultural, estética, para esse público de estudantes que buscam as artes cênicas no estado. Mas nesse sentido foi uma grande esperança quando a gente cria o curso né e eu olhando para trás nesses 12 anos tem muita honra porque eu acho que a gente fez muita transformação né a gente que eu estou falando são todas as pessoas que passaram pelo curso, desde os técnicos, os discentes, os docentes. Nós somos poucos. Eu repito, é a mesma coisa, assim, não é quantidade, mas a qualidade que se formou, foram tão potentes que foram suficientes para mudar tanto na área de licenciatura, quanto na área de bacharelado, a discussão e o fomento, e o espaço de visualidade. A arte começou a ser vista, os eventos começaram acontecer, espaços culturais foram abertos na cidade e fora da cidade, professores de artes adentrando o espaço do chão da escola com licenciatura, com uma formação sólida na área criando outros... hoje nós temos dois alunos desses egressos que são alunos nossos. Então isso para mim, tudo, essa metáfora da semente, que realmente é uma semente forte e é potente, mas ainda insípido diante do tempo espaço que a gente tem de luta aí para realmente fazer um projeto a longo prazo de transformação por meio das artes (Representante F).

Sobre o poder transformador da arte, conforme citado pelo Representante A, Gramsci faz questão de destacar a distinção entre as críticas política e estética, que segundo Schlesener apresenta se da seguinte forma:

Crítica política e crítica estética são, pois, atividades distintas: a arte possui um conteúdo político à medida que é expressão de um momento e suas contradições, traduz os diversos sentidos vividos na sociedade, aponta diferenças, contesta, recria; mas possui um significado estético, uma linguagem própria, que não pode ser adaptada às necessidades e exigências políticas de um determinado partido ou poder constituído (SCHLESENER, 2018, p. 58).

Seguindo esse raciocínio, realmente seria ingênuo tentar controlar a arte no sentido de utiliza-la como ferramenta robotizada, que induz ao certo pensamento ou vertente política. Mesmo que a universidade estivesse com uma relação estreita com o os governos municipal e estadual, na qual todos os órgãos se empenhassem na aplicação das políticas culturais da maneira mais efetiva possível, ainda sim não se poderia estimar o potencial de transformação que a arte gerada por essa mudança pudesse causar na sociedade douradense. Gramsci também alerta para que a ânsia da luta por uma nova sociedade não transforme as atitudes dos agentes culturais em ações dogmáticas: “a relação artística mostra, particularmente na filosofia da práxis, a fátua ingenuidade dos papagaios que acreditam possuir, numas poucas fórmulas estereotipadas, a chave para abrir todas as portas”(GRAMSCI, 1978, p. 11).

Ao explicar sobre os caminhos seguidos pela arte, Gramsci ainda acrescenta: “se o mundo cultural pelo qual se luta é um fato vivo e necessário, sua expansividade será irresistível, ele encontrará os seus artistas”(GRAMSCI, 1978, p. 12). Dessa forma, podemos pressupor que a produção cultural se coloca como ferramenta do pensamento crítico em si, trazido dentro da essência da arte e sua propagação e democratização é essencial no desenvolvimento humanístico dos indivíduos. Como coloca o Representante G, a cultura é um ato de resistência:

[...] falando de modo mais simplificado eu acho que a cultura, de um modo geral, dentro da Universidade, eu acho que ela seria, assim, como uma espécie de uma forma de luta contra a barbárie, de resistência contra essa onda conservadora que está aí, contra esse fascismo que está vindo por aí, que aliás em 2018 já estava, que vem de um tempo essa onda conservadora, misógina, fascista, agressiva e tudo mais. Essa coisa da desumanização (Representante G).

Quando relacionamos a produção cultural sem uma ligação direta com a transformação dos discursos, mas como ferramenta de resistência e pensamento crítico sobre como vemos o mundo a nossa volta, somos direcionados à importância que a arte representa na criação e propagação de novos intelectuais orgânicos capazes de replicar esses pensamentos subversivos dentro das sociedades. Esse fenômeno, entretanto, depende do alcance que essa produção de cultura atinge dentro da própria sociedade civil.

Como já citado em falas anteriores alguns grupos espaços culturais se destacam na cidade por oferecer espetáculos, shows, oficinas e diversas ações no campo da produção cultural de Dourados. Entre as de maior destaque estão os espaços do Casulo e do Sucata Cultural que surgiram no município por meio de grupos formados por alunos egressos do curso de artes cênicas e também por professores da UFGD. Sobre a reverberação das ações desses espaços os Representantes C e F destacam:

[...] só a criação de um Sucata e de um espaço como o Casulo, que para mim é a referência. Não menosprezando os outros. Cada um tem uma linguagem diferente. Mas eu gosto muito desse negocia da... Ali tem Yoga, Guarani, teatro, tem um teatro também, oficinas, música debaixo da mangueira. Então acho tudo muito poético ali o Casulo. Eu acho um espaço assim, de puro encantamento (Representante C).

Eu acho que é pouco ainda, mas quando a gente vê dois centros culturais mesmo na pandemia produzindo e se sustentando, a duras penas, porque não deve tá sendo fácil para eles. E a gente sabe que não, mas assim eles já viraram centro de referência. E o mais bonito é que não é que não um centro de referência no gueto UFGD ou um gueto de intelectuais. Não, as crianças do município, as famílias do município conhecem esses lugares como um centro de formação e amam esses espaços, e reconhecem a potência da transformação que eles fazem (Representante F).

O sucesso desses espaços evidencia a relevância que a propagação dos novos discursos e a mobilização de novos intelectuais orgânicos promove na realidade do município. A atuação desses intelectuais movimentava o interesse da classe dominada para o consumo de produções culturais no âmbito da sociedade civil. Essa propagação de indivíduos e coletivos é fundamental para alcançar toda população de forma mais homogênea, porém, esse alcance parece ser um dos grandes obstáculos em relação a uma perspectiva mais emancipadora em relação as populações mais periféricas. À esse respeito os representantes A e D comentaram:

Não, não conseguimos chegar nesse momento da transformação, ainda estávamos muito fechados em uma busca por aceitação social e formação de público mais no centro, em um segundo momento esse movimento abrangeria cada vez mais as periferias, parta poder chegar também às aldeias, assentamentos etc. Infelizmente, esse era o caminho que era mais fácil de ser trilhado, fazendo um mea culpa, talvez se o movimento poderia/deveria ter sido iniciado nas periferias para chegar ao centro, poderíamos ter outro cenário? Mas será que haveria aceitação? O que vem da margem é sempre marginalizado. Minha busca, naquele momento, era desconstruir essa lógica à partir do centro, para, na evolução dos projetos, ir avançado às periferias. Infelizmente, não houve tempo para que as coisas pudessem se transformar em uma engrenagem que se retroalimenta, à ponto de conseguirmos estabelecer essa relação com a classe trabalhadora, camponeses, indígenas etc, antes do completo desmonte da cultura em nosso país, e como reflexo, também em nossa cidade e em nossa instituição (Representante A).

[...] A gente tem plena consciência que ainda temos uma classe de público participante dos nossos eventos culturais predominantemente de trabalhadores e trabalhadoras e comunidades de Dourados de classe média, estudantes das Universidades. Então ainda falta a gente conseguir ampliar. Para realmente democratizar as nossas propostas de projeto para outros espaços. Dessa troca, desse diálogo. Então é isso, eu penso que os projetos buscam, estão no cerne da sua proposta da sua constituição ter essa democratização do acesso dos produtos culturais que nós fomentamos nas nossas ações, porém nós temos plena consciência que ainda há muito a que se fazer para que se realize de fato essa democratização das ações culturais e dos produtos que a gente promove dentro da universidade (Representante D).

Na conclusão dos representantes a capacidade de reprodução do discurso transformador da UFGD existe, porém ela ainda se limita a uma parcela da população de nível sócio econômico maior, com mais condições de acessar os produtos culturais ofertados, que se concentram em maior quantidade nas regiões centrais do município. Além desse distanciamento geo-gráfico e socioeconômico a Representante F relata também a falta de diálogo entre os grupos e o silenciamento das vozes atuantes, assim como o isolamento entre eles:

Então, não dá, num lugar tão fronteiro e tão híbrido de vozes a gente silenciar um monte de estéticas, um monte de éticas, um monte de saberes artísticos, de fazeres artísticos, em função de uma determinada estética só. [...] E aqui eu acho que a gente fica nessa lógica do passado, esses agentes, esses coletivos. E também cada um fica muito isolado no seu gueto. Isso eu coloco também a instituição. Eu não tiro a instituição desse lugar também. Essa influência de guetos, então tem lá o pessoal do da Academia de Letras, que tá lá no gueto dela, tem lá o curso de artes cênicas, tem lá o gueto do casulo. Sabe, assim, por mais que a gente tente circular, no fazer cotidiano é de um isolamento, é de uma territorialidade, que pra mim precisaria ser quebrada. Precisa ser expandido para a gente se fortalecer (Representante F).

Para Gramsci a classe trabalhadora precisa unificar-se para subverter os mecanismos de dominação e de conformismo existentes na sociedade capitalista. Tal unificação depende de organização que envolvam os diversos seguimentos nos quais se constitui a classe subalternas. Em Dourados, indígenas, camponeses, a população urbana periférica, entre outros grupos em situação de vulnerabilidade social precisam também ser envolvidos nessa batalha pela renovação de discursos. Dessa maneira a produção cultural do município necessita não só alcançar esses grupos, mas também criar novos organizadores sociais dentro deles, de modo a reproduzir essas novas maneiras de pensar, difusa e contraditória à narrativa existente.

Assim como diagnosticado pela Representante F, os grupos já atuantes, juntamente a as novas vozes vindas das periferias devem manter contato entre si, trocar saberes e fortalecer seus discursos. Só assim, em rede, esses agentes terão condições de realizar uma elaboração crítica visando uma nova concepção de mundo. Obviamente, essa é uma consideração teórica que apresenta uma série de complicações para ser executada na prática e que não depende somente do trabalho exercido dentro do âmbito da universidade. Por esse e outros fatores a UFGD não foi capaz de conduzir um processo que difundisse de forma homogênea suas ações e conhecimentos entre grupos sociais diferentes e dentro das populações marginalizadas.

Ao constatarmos todas essas conjecturas envolvendo a participação da UFGD na produção cultural de Dourados, e ao relacionarmos com as condições de disputa pelo consenso dentro das relações hegemônicas, encontramos elementos que comprovam a interferência e a consolidação da estrutura hegemônica do agronegócio como grande representante dos interesses da classe dominante local, conforme apontaram os dois primeiros capítulos da dissertação. Ao mesmo tempo, a universidade por si só, apresenta alguns atenuantes que denunciam sua participação efetiva no cenário da produção cultural douradense, no entanto essa participação mostra-se insuficiente não só em conseguir consolidar políticas culturais regulares no campo da cultura do município, como também não penetrar de forma mais intensa no discurso dominante arraigado no cerne da sociedade local.

No caso das políticas culturais a universidade está longe de carregar esse fardo sozinha e necessita tanto do apoio da sociedade civil, quanto de todas as instancias do setor público, sejam elas municipais, estaduais ou federais para que consiga construir internamente um plano

de ações culturais melhor estruturado. O mesmo acontece no âmbito da disputa pelo consenso social, já que a universidade, enquanto instituição, atua como aparelho de hegemonia e também abriga variados indivíduos atuantes como intelectuais orgânicos de diversos grupos sociais. Acontece que seu papel obedece a dinâmicas que envolvem diversos outros agentes situações dentro das relações hegemônicas que fogem de sua alçada e necessitam de um diálogo e unificação de forças que a universidade parece ainda ter dificuldades de estabelecer com a sua comunidade externa.

Frente a conjectura do município, uma tentativa de ruptura dos discursos vigentes necessitaria de muito mais do que a oferta de produtos culturais através de eventos ou ações sazonais. Seria necessário não apenas chamar a atenção da população, mas efetivamente trabalhar a formação de novos públicos. Tal público, contudo, já está predisposto a consumir conteúdos que se aliam as suas próprias crenças e ideologias. Conforme apresenta Jesús Martín-Barbero, essa dinâmica faz com que a arte contemporânea não encontre muitos espaços na recepção popular:

A arte moderna resulta sim essencialmente impopular porque se ergue contra as pretensões - os direitos - com que se crêem as massas, produzindo sua incompreensão ou repugnância, incompreensão a que o artista responde exacerbando sua hostilidade e sua distância. Com o que a relação entre arte e sociedade se rompe (MARTÍN-BARBERO, 1997, p.54).

Tais deduções, porém, não diminuem a importância da participação da UFGD na formação de novos intelectuais orgânicos e no fomento de coletivos e iniciativas de organização cultural dentro da sociedade civil. Em cada pequena transformação a universidade contribui para construção de uma sociedade preparada para refletir sobre si mesma e na construção de uma produção cultural plural e democratizada. Sobre esse aspecto a Representante B enfatiza:

Eu acho que todas as ações da coordenação de cultura, todas as que a gente tem, o que a gente ampliou, de alguma forma, trabalham com essa preocupação efetiva da mudança. [...] se a gente consegue com um evento, uma peça, a projeção de um filme, mudar uma pessoa. Eu acho que você já conseguiu transformar o mundo. Porque essa pessoa vai replicar isso para quantas? (Representante B).

Mesmo que ainda tenha muito o que refletir e aprender com suas ações, a universidade, que até 2018 tinha apenas 13 anos de existência, alcançou um patamar de destaque dentro do cenário da produção local nesse curto período de tempo. E essa referência pode apontar para horizontes culturais mais sedimentados, caso esse período obscuro de intervenções se finde e sua gestão possa retomar autonomia e democracia no interior de suas instancias.

Sobre a resposta à alegoria trazida pelo título deste capítulo sobre as fissuras na estrutura hegemônica do agronegócio douradense, as contribuições da UFGD aparecem como escorições leves, deixando algumas marcas e abalos esporádicos nos poderosos alicerces da classe dominante. O quão essas pequenas fissuras poderão se estender ou quem sabe comprometer parte dessa base concreta, dependerá da movimentação dos dois lados envolvidos nessa disputa.

Infelizmente, a partir de 2018 com o início da gestão inconsequente do então presidente brasileiro e conseqüentemente a extinção do ministério da cultura, aliado às intervenções e redução de recursos na UFGD, essas fissuras foram praticamente reparadas e as velhas estruturas reforçadas ainda mais. Hoje, essas estruturas encontram-se ainda mais beneficiadas pelo profundo distanciamento de toda produção cultural brasileira, atenuado pela pandemia. Quem dera estivéssemos falando somente do distanciamento físico, comprovado cientificamente e recomendado para nos proteger.

4. Considerações Finais

Desde o capítulo inicial dessa pesquisa somos apresentados à Dourados como um cenário fértil às interferências narrativas sobre o imaginário de sua população. Como o discurso dominante se materializou através de um longo caminho desde o surgimento do município de Dourados, seus argumentos encontraram diversos espaços para se consolidar dentro cultura da sociedade local e acessar sua dimensão antropológica. Esses fenômenos não só contribuíram para que a dimensão sociológica também fosse acessada e aceita com facilidade, como também dificultou as estratégias dos agentes que tentam criar novos discursos e desmistificar as narrativas e mitos construídos pela classe dominante. Chama atenção, inclusive, como algumas das concepções assimiladas pela sociedade douradense ecoam até hoje no imaginário popular e também em documentos oficiais e espaços públicos, gerando uma percepção enviesada e ao mesmo tempo confusa.

Quando comentamos sobre a pesquisa com algumas pessoas que residem em Dourados ou mesmo quem vive na cidade desde que nasceu a maioria delas espanta-se com esse passado histórico e automaticamente remetem a produção cultural local às músicas sertanejas ou aos shows da exposição agropecuária. Além dessas referências, a programação da TV e o comerciais também são citados e deixa muito claro que a estratégia do agronegócio em se apropriar da indústria como ferramenta de propagação de seus discursos apresentou muita eficácia dentro do imaginário popular local. Esse processo ainda era intensificado pela influência do agronegócio em diversas outras esferas da sociedade civil e da sociedade política.

A escolha metodológica de recorte de tempo se abrangendo até o ano de 2018, devido ao processo de intervenção na UFGD, particularmente trouxe um exercício muito doloroso de se analisar um período tão diferente da realidade atual, seja na universidade ou do próprio país. O recuo temporal e a separação da análise do contexto da produção cultural exige uma dissociação mental difícil de se realizar perante tantos obstáculos sociais, políticos e de saúde psicológica que estamos inseridos atualmente.

A partir desse exercício, contudo, agentes ouvidos pela pesquisa de campo trouxeram então a perspectiva da universidade na tentativa desconstrução do discurso hegemônico

vigente. Entretanto, diferente da percepção aparente que o agronegócio apresentava sobre sua dominação, confirmada através do diálogo com os conceitos teóricos de Gramsci, Adorno e Horkheimer, as concepções superficiais trazidas sobre interferência da UFGD no cenário da produção cultural perderam a força a inicial à medida que pesquisa avançou na sua discussão teórica e na própria percepção dos representantes da instituição entrevistados.

A maioria dos entrevistados relatou que ao se depararem com as perguntas refletiram sobre suas ações e sobre a condição da universidade como um todo. Também pelo reflexo da pandemia de COVID 19, período em que as entrevistas foram realizadas, e do desmonte do ensino superior público no Brasil, o sentimento comum reportado era de que poderiam ter feito mais. Que faltaram iniciativas continuadas, não tão esporádicas e que deveriam ter deixado um legado que reverberasse mesmo em épocas de crises econômicas, políticas e de saúde pública que vivemos hoje.

Entretanto, como vimos, Martin-Barbero não concorda com o pensamento Frankfuriano de uma alienação total e massiva da população, sem que dela também não haja um retorno crítico, até porque, na visão do pensador colombiano “massa deve deixar de significar adiante anonimato, passividade e conformismo. A cultura de massa é a primeira a possibilitar a comunicação entre os diferentes estratos da sociedade.” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p.58-59). Desse modo temos que levar em conta que as massas não são passivas, mas que os discursos enraizados em seu imaginário contribuem diretamente na escolha dos produtos culturais que consomem. Pensando a partir desse ponto de vista, o desafio da universidade mostra-se muito mais amplo e complexo, necessitando de planejamento estratégico que possibilite construir um horizonte que expresse e sintetizasse suas políticas culturais.

À sombra de todos os desafios internos e externos, o caminho da UFGD na construção de uma atuação participativa e decisiva no cenário da produção cultural de Dourados, passa sobretudo pelo somatório de forças, tanto de suas instancias internas, quanto da sociedade civil e também das outras esferas do poder público, para que seja executado um plano cultural estruturado e discutido em conjunto por todas essas instâncias. Somente a partir desses passos, conseguiríamos ter uma dimensão se esse papel poderia trazer frutos na disputa pelos discursos culturais dominantes.

Fato é que as condições atuais das universidades públicas não apresentam perspectiva de melhora e especificamente na UFGD o acúmulo de intervenções somado a paralisação das atividades acadêmicas pela pandemia, culminou com a completa inoperância das principais ações de sua Coordenadoria de Cultura, desde 2019. Em 2021, parece até irônico discutir sobre a interferência referida universidade na produção cultural de Dourados, quanto mais cogitar sobre o poder transformador que a entidade poderia incitar, através da cultura, para conseguir realizar uma mudança da ordem social vigente em favor das classes dominadas.

Todavia, justamente nesse tipo de momento atípico que vivemos é que precisamos tomar

registro de nossa própria história e analisar com detalhes nossa atuação social, de modo a utilizar essas experiências para viabilizar os ideais nos quais acreditamos. Não atoa Gramsci evoca o termo de *revolução passiva* para esse processo de tomada de poder pela classe subordinada através da obtenção de um consenso social. Como o próprio nome remete, essa metodologia demanda paciência e acima de tudo uma práxis baseada na organização coletiva, na construção de ideologias e na formação de novos organizadores.

Dessa maneira, precisamos extrair desse tipo de pesquisa científica elementos que não exatamente tragam respostas, mas que produzam novos questionamentos para que outros desses organizadores sociais possam se desenvolver sobre eles. Nesse sentido o presente trabalho procura elucidar todos os seus apontamentos a partir de uma linguagem que se torne compreensível aos agentes culturais, mesmo não pertencentes a academia, que possam se interessar pelos dados e reflexões trazidas no decorrer do texto. Por isso a pesquisa aponta para diversos caminhos a serem explorados por futuras investigações científicas na área da produção cultural e da sociologia.

Dessa maneira, precisamos extrair desse tipo de pesquisa científica elementos que não exatamente tragam respostas, mas que produzam novos questionamentos para que outros desses organizadores sociais possam se desenvolver sobre eles. Nesse sentido o presente trabalho procura elucidar todos os seus apontamentos a partir de uma linguagem que se torne compreensível aos agentes culturais, mesmo não pertencentes a academia, que possam se interessar pelos dados e reflexões trazidas no decorrer do texto. Por isso a pesquisa aponta para diversos caminhos a serem explorados por futuras investigações científicas na área da produção cultural e da sociologia.

Dentre essas questões podemos ressaltar o papel das empresas ligadas ao agronegócio no incentivo as ações culturais dentro do município e a respectiva aceitação desses incentivos por parte dos trabalhadores da cultura locais. Já que não ficou aparente como essas partes se interrelacionam e se alguma delas afeta na decisão da outra.

Outra questão pertinente levantada pela pesquisa perpassa pela participação de artistas e coletivos, presentes da sociedade civil, na produção cultural e na elaboração de políticas públicas por organizações sociais representativas como o fórum de cultura do município. Não só existe a necessidade de realizar um levantamento historiográfico das ações dos grupos artísticos douradenses como também é preciso elaborar sobre como esses grupos se organizavam a sua época e como está sendo executada a organização atual da participação popular no âmbito da cultura.

O levantamento de dados feito via questionário online com os trabalhadores da cultura também deixou em aberto muitas perguntas sobre as condições de trabalho as quais os profissionais dessa área estão submetidos. Desde a informalidade, ausência de direitos trabalhistas e a precarização das condições de trabalho, as atividades ligadas a produção cultural

são reconhecidas pela desvalorização, falta de incentivos e preconceito.

Considerando-se o contexto da UFGD, nos deparamos com as discussões sobre o papel da universidade pública enquanto executora de políticas culturais e também na sua relação com a extensão universitária. No caso da instituição douradense caberia um estudo a efetividade das ações continuadas fora dos limites da universidade. Também se faz necessário uma discussão sobre a atuação cultural da universidade em espaços periféricos, de maneira a democratizar o acesso as ações que oferece nessa área. Também caberia a refletir sobre as políticas de cultura protagonizadas pela universidade como “extensão”, considerando um histórico de políticas descontinuadas, políticas de governo, não de Estado.

Ademais, também cabe um estudo sobre os impactos da pandemia de COVID 19 sobre o cenário da produção cultural de Dourados, assim como análise sobre a aplicação de políticas culturais emergenciais, como foi o caso da lei Aldir Blanc, sancionada e executada entre 2020 e 2021.

Para além do apontamento de novos campos de pesquisa, o trabalho se propõe como um dos componentes no diagnóstico da atuação da UFGD sobre o campo da cultura até 2018 e se coloca à disposição como uma ferramenta para a elaboração de um futuro plano cultural para a universidade. Proposta que será apresentada a gestão da universidade assim que findado o período de intervenção e seja retomado o caminho plural e democrático na instituição.

Para finalizar, está colocado aí um enorme desafio para aqueles que lutam pela desconstrução dos discursos hegemônicos vigentes em Dourados e no país. A atuação articulada do capital e das classes dominantes nas esferas da economia, política e cultura tem efeitos devastadores a curto e a longo prazo. A construção dos discursos de contraponto e das ações afirmativas de mais de uma década, levou pouco mais de 2 anos para ser totalmente destruída. . Porém, fugindo do prognóstico pessimista que se avista ao primeiro olhar, temos que compreender o Bloco Histórico em que estamos inseridos e caminhar na direção de um futuro diferente ainda em construção, afinal a história nos mostra que esses momentos são cíclicos. Por isso, é urgente fortalecer o front de batalha no plano das ideias e da formação plural e humana, através de uma produção cultural que alcance a classe trabalhadora e aguace seu o senso crítico, promovendo um diálogo com seus intelectuais orgânicos, na expectativa de revolucionar passivamente nossa ordem social, por meio da cultura.

Bibliografia

ABREU, Silvana de. **Planejamento governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense: contexto, propósitos e contradições**. 328 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – FFLCH/USP, São Paulo. 2001.

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ADORNO, Theodor. **“A indústria cultural”**. In: COHN, Gabriel (org.). Theodor Adorno. São Paulo: Ática. (Col. Grandes Cientistas Sociais). 1986.

_____. Tempo livre. In: ADORNO, Theodor W; DE ALMEIDA, Jorge Miranda. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AGRINHO-MS. **O Agrinho em MS**. 2020. Disponível em: < <http://www.agrinhoms.com.br/content/about-us> >. Acesso em: 12 ago. 2020.

ALENTEJANO, Paulo. Modernização da Agricultura. In: CALDART, Roseli et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ALMEIDA, José Robson Maia de. As políticas e a curricularização da cultura na UFCA: O horizonte do Plano de Cultura. In: XV ENECULT - ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 2019, Salvador: UFBA. **Anais Eletrônicos**. Disponível em: http://www.cult.ufba.br/enecult/wp-content/uploads/2021/04/ATUALIZADO_ANAIS_2019_XV-ENECULT.pdf. Acesso em: 02 de ago. 2021.

ALONSO, Gustavo. **Cowboys do asfalto: música sertaneja e modernização brasileira**. Editora José Olympio, 2015.

ANTONIO, Rogério Ribeiro. **Um plano privado de colonização dirigida: A Someco S/A em terras do Ivinhema (1961-1974)**. Universidade Federal da Grande Dourados, 2015.

AS MÚSICAS mais tocadas do Spotify em 2019. **Época Negócios**, 03 de dez. 2019. Disponível em: < <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2019/12/musicas-mais-tocadas-do-spotify-em-2019.html> >. Acesso em: 06 de jun. 2020.

ARAÚJO, Aline. Campo Grande perdeu o que universidade e empresários garantem em Dourados. **Campo Grande News**, 08 de abr. 2015. Disponível em: < <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/diversao/campo-grande-perdeu-o-que-universidade-e-empresarios-garantem-em-dourados?fbclid=IwAR3PGoU9FUhzE86JHwH4TTxCxu2NNfeZMY5PDx7xwnMzLM5blpBj4kfxXA> > . Acesso em: 09 de jul. 2021.

ÁVILA, Carla Cristina Oliveira de. **Corpografias Afro-orientadas e Ameríndias: cartografias de processos de criação em Dança Teatro Brasileira**. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

BACURAU. Direção: Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles. Produção: Emilie Lesclaux, Saïd Ben Saïd e Michel Merkt. Roteiro: Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles. São Paulo: Vitrine Filmes, 2019. Bluray.

BASSI, Bruno. A nova cara da bancada ruralista. **Heinrich Böll Stiftung**, Rio de Janeiro, 13

de nov. 2019. Disponível em: < https://br.boell.org/pt-br/2019/11/13/nova-cara-da-bancada-ruralista#_edn2 > . Acesso em: 03 de jun. 2020.

BASTOS, Manoel Dourado; STEDILE, Miguel Enrique; VILLAS BÔAS, Rafael Litvin. Indústria Cultural e Educação. In: CALDART, Roseli et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BENITES, Afonso. Bolsonaro anuncia saída do PSL e seus planos de fundar sigla Aliança pelo Brasil. **El País Brasil**, Brasília, 12 de nov. 2019. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/12/politica/1573590377_243986.html >. Acesso em: 03 de jun. 2020.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. Porto Alegre: L&PM, 2019.

BERNSTEIN, Henry. **Dinâmicas de classe na mudança agrária**. São Paulo: UNESP, 2011.

BERNADELLI, Maria Madalena. **Breve Histórico da música caipira**. D.O. leitura. São Paulo: 10 (117), fevereiro, 1992.

BETONI, Walteir Luiz. **Dourados: entre a memória e a história**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) - UFMS, campus de Dourados, 2002.

BITTAR, Marisa. **Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital**. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999.

BOLSONARO indica que partido Aliança pelo Brasil não deve sair neste ano. **Estado de Minas**, 06 de mar. 2020. Disponível em: < https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/03/06/interna_politica,1126811/bolsonaro-indica-partido-alianca-pelo-brasil-nao-deve-sair-neste-ano.shtml >. Acesso em: 03 de jun. 2020.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Em tese, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em perspectiva**, v. 15, n. 2, p. 73-83, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. art. 25, inciso III, da Constituição Federal.

BRITO, Diogo de Souza. MACHADO, Maria Clara Tomaz. “**O guardador de saudades**”: **Goiá e a poética sertaneja do interior das Gerais**. In: COSTA, Cléria Botelho e MACHADO, Maria Clara Tomaz. História e Literatura: identidades e fronteiras. Uberlândia: Edufu, 2006.

BRUNO, RAL. Movimento “Sou Agro”: marketing, habitus e estratégias de poder do agronegócio In: **Revista de Ciências Sociais na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**. –a. 08, n. 14. Campo Grande, MS, p. 85, 2014.

BUCCI, Eugênio. A crítica de televisão. In: BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. **Videologias: ensaios sobre televisão** (Coleção Estado de Sítio). São Paulo: Boitempo, 2004.

- CALDAS, Waldenyr. **Acorde na aurora: música sertaneja e indústria cultural**. 1977.
- CALDAS, Waldenyr. **O Que é Música Sertaneja**. São Paulo: Brasiliense, 1987;_____. Revivendo a música sertaneja. Revista USP. São Paulo: Edusp, nº 22, 2004.
- CANCLINI, Néstor García. Prefácio. In: MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 1997.
- CAMPOS, Helcio Ribeiro. **Vinculações entre mídia, cidades e seus times e torcedores: territórios e fãs em jogo**. Lecturas: Educación Física y Deportes, v. 23, n. 241, p. 2-14, 2018.
- CARAPANÁ. A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo. In: SOLANO, Esther (Org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4476955/mod_resource/content/1/L.%20Bulgarelli%20Moralidades%2C%20direitas%20e%20direitos%20LGBTI.pdf> Acesso em: 01 jun. 2020.
- CARDOSO, Antônio Sidnei Ribeiro; DE SOUSA, Raimunda Aurea Dias; REIS, Leandro Cavalcanti. **O agro é tech, é pop, é tudo: o (des) velar dessa realidade**. Geosul, v. 34, n. 71, p. 836-857, 2019.
- CARLI, Maria Aparecida Ferreira. **Dourados e a democratização da terra: povoamento e colonização da Colônia Agrícola Municipal de Dourados (1946-1956)**. Universidade Federal da Grande Dourados, 2008.
- CARVALHO, Igor. Bancada ruralista já emplacou sete deputados no governo Bolsonaro. **De Olho nos Ruralistas**, 30 de nov. 2018. Disponível em: < <https://deolhonosruralistas.com.br/2018/11/30/bancada-ruralista-ja-emplacou-sete-deputados-no-governo-bolsonaro/> > . Acesso em: 03 de jun. 2020.
- CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. In: SOLANO, Esther (Org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4476955/mod_resource/content/1/L.%20Bulgarelli%20Moralidades%2C%20direitas%20e%20direitos%20LGBTI.pdf> Acesso em: 01 jun. 2020.
- CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita no Brasil: aparelhos de ação político-ideológica e a atualização das estratégias de dominação burguesa (1980-2014)**. Tese Doutorado em História Social – Universidade Federal Fluminense, 2016.
- CASTILHO, Alceu Luís. Conheça os 124 deputados da FPA que derrubaram Dilma e mantiveram Temer. **De Olho nos Ruralistas**, 25 de set. 2017. Disponível em: < <https://deolhonosruralistas.com.br/2017/09/25/conheca-os-124-deputados-da-fpa-que-derrubaram-dilma-e-mantiveram-temer/> > . Acesso em: 03 de jun. 2020.
- CASTILHO, Denis. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e a formação de Ceres-GO-Brasil. **Élisée-Revista de Geografia da UEG**, v. 1, n. 01, p. 117-139, 2012.
- CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Demarcação de terras indígenas Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul: histórico, desafios e perspectivas**. Fronteiras, v. 16, n. 28, p. 48-69, 2014.

CENTRO-OESTE tem domínio de torcidas de times do Sudeste. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 de set. 2019. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2019/09/centro-oeste-tem-dominio-de-torcidas-de-times-do-sudeste.shtml> >. Acesso em: 05 de jun. 2020.

CEVASCO, Maria Elisa. Prefácio. In: JAMESON, Fredric. **A Cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização**. Petrópolis: Vozes, 2001.

CHÃ, Ana Manuela de Jesus. **Agronegócio e indústria cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia**. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe: São Paulo, 2016.

CINTRA, Luiz. Com Tony Ramos e Roberto Carlos como garoto-propaganda, Friboi lidera entre carnes. **Folha de São Paulo**, 28 de jun. 2018. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/o-melhor-de-sao-paulo/restaurantes-bares-e-cozinha/2018/07/1973646-paulistanos-concordam-com-tony-ramos-e-roberto-carlos-carne-e-friboi.shtml> > . Acesso em: 07 de jun. 2020.

COMUNIDADE acadêmica da UFGD protesta contra nova intervenção na universidade. **Andes**, 26 de fev. 2021. Disponível em: < <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/comunidade-academica-da-uFGD-protesta-contr-nova-intervencao-na-universidade1> >. Acesso em: 10 de jul. 2021.

COSTA, Patricia Maneschy Duarte da. **Universidade, política cultural e juventude: O saber, o fazer da extensão universitária nas universidades públicas**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil – 1965-1985**. São Paulo: Ícone, Campinas: Editora da Unicamp, 1985

DE OLIVEIRA GALASTRI, Leandro. A construção do bloco histórico: via jacobina e o “debate” com Georges Sorel nos Cadernos do Cárcere. **Lutas Sociais**, n. 23, p. 80-92, 2009.

DE PAULA, Cátia Franciele Sanfelice. Projetos em disputa: A questão indígena e o agronegócio. **Revista Labirinto (UNIR)**, v. 20, p. 283-303, 2014.

DORE, Rosemary; DE SOUZA, Herbert Glauco. Gramsci nunca mencionou o conceito de contra-hegemonia. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 25, n. 3, p. 243-260, 2018.

EM 8 anos, JBS doou quase meio bilhão de reais a políticos e partidos. **UOL Notícias**, São Paulo, 18 de mai. 2017. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/05/18/em-8-anos-jbs-doou-quase-meio-bilhao-de-reais-a-politicos-e-partidos.htm> > . Acesso em: 03 de jun. 2020.

EM PROPAGANDA na TV, atriz explica fusão entre Sadia e Perdigão. **Gazeta do Povo**, 20 de mai. 2009. Disponível em: < <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/em-propaganda-na-tv-atriz-explica-fusao-entre-sadia-e-perdigao-bl2u9llfbar4w1mpit72xzfpq/> >. Acesso em: 13 de ago. 2020.

FACHIN, Viviane Scalon. **Os processos de ordenamento de terras no extremo sul de Mato Grosso e de reordenamento de Mato Grosso do Sul**. Universidade Federal da Grande Dourados, 2015.

FECOMERCIO MS. Site da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2012. Disponível em: <<http://www.fecomercio-ms.com.br/download/37/outras/27858/mapa-estacionamento.pdf>>. Acesso em: 24 de mar. 2020.

FERREIRA, Francisco Marcelo Gomes. Povos indígenas brasileiros: a CPI da FUNAI e do INCRA e a criminalização de antropólogos (os). **Revista Idealogando**, v. 2, n. 1, p. 5-17, 2018.

FRANÇA, Vera Regina Veiga; VIEIRA, Vanrochris. Sertanejo universitário: expressão e valores de jovens urbanos no Brasil contemporâneo. **Contemporânea**, v. 13, n. 1, p. 106-122, 2015.

FRANCO, Gilmara Yoshihara. **O Binóculo e a pena: a construção da identidade matogrossense sob a ótica virgiliana: 1920-1940**. UFGD, 2009.

FREITAS, Hélio de. Marcelino Pires como fundador é questionado por historiadores. **Campo Grande News**, Dourados, 08 de dez. 2015. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/dourados-80-anos/marcelino-pires-como-fundador-e-questionado-por-historiadores>>. Acesso em: 07 de mar. 2020.

FOWERAKER, Joe; GOLDWASSER, Maria Júlia. **A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

G1 – “Agro, a indústria riqueza do Brasil”. In: **Portal G1**. 2019. Vídeo publicitário (50 seg). Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/playlist/videos-agro-a-industria-riqueza-do-brasil.ghtml>>. Acesso em: 07 de jun. 2020.

GLOBO celebra alcance de mais de 100 milhões de pessoas por dia. **Portal Globo.com**, 23 de out. 2017. Disponível em: <<https://redeglobo.globo.com/novidades/noticia/globo-celebra-alcance-de-mais-de-100-milhoes-de-pessoas-por-dia.ghtml>>. Acesso em: 06 de jun. 2017.

GOEKING, Weruska. Joesley Batista é preso por suposto esquema de corrupção no Ministério da Agricultura. **InfoMoney**, 09 de nov. 2018. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/mercados/joesley-batista-e-preso-por-suposto-esquema-de-corrupcao-no-ministerio-da-agricultura/>>. Acesso em: 03 de jun. 2020.

GONÇALVES, Djalma Lino. **A Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada e a Formação de Naviraí**. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, 2015.

GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária do Brasil: o debate na década de 1990**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GOVERNO publica regras para escolha de reitores em universidades e institutos federais. **Portal G1**, 25 de dez. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/12/25/governo-publica-regras-para-escolha-de-reitores-em-universidades-e-institutos-federais.ghtml>>. Acessado em: 31 de mai. 2020.

GRAMSCI, Antonio. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Cadernos do Cárcere. Vol. I**. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999a.

_____. **Cadernos do Cárcere. Vol. II**. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de

Janeiro: Civilização Brasileira, 1999b.

_____. **Cadernos do Cárcere. Vol. III.** Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Cadernos do cárcere: os intelectuais.** O princípio educativo. Jornalismo. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Maquiavel, a política e o Estado moderno.** 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Literatura e vida nacional.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRUPO Globo sobe no ranking de maiores empresas de mídia do mundo. **Grupo Globo**, 31 de mai. 2016. Disponível em: < <https://grupoglobo.globo.com/2016/05/grupo-globo-sobe-no-ranking-de-maiores-empresas-de-midia-do-mundo/>>. Acesso em: 05 de jun. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2020.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2017. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2020.

JOAQUIM Teixeira Alves e a fundação de Dourados. **O Progresso**. Dourados. 22 de dez. de 2014. Disponível em: < <https://www.progresso.com.br/noticias/joaquim-teixeira-alves-e-a-fundacao-de-dourados/142280/>>. Acesso em: 07 de mar. 2020.

LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. **A educação ambiental e novo padrão de sociabilidade do capital: um estudo nas escolas de Teresópolis (RJ).** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ. Rio de Janeiro, 2010.

LENHARO, Alcir. A terra para quem nela não trabalha: a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: ANPUH, 1986a.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política.** Campinas, SP: Unicamp, 1986b.

CALABRE, Lia et al. **Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas.** 2007.

LIMA, Archimedes. **Problemas matogrossenses.** Cuiabá: Imprensa Oficial, 1941.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis.** Santa Monica, Calif.: Goodyear, 1980.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. **Cultura popular e desenvolvimentismo em Minas Gerais: caminhos cruzados de um mesmo tempo (1950-1985).** Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MARÇAL Filho cobra explicações sobre recursos do FIP cancelados em Dourados. **Douradosnews**. 11 de jun. 2018. Disponível em: < <http://www.douranews.com.br/index.php/entretenimento/item/115644-marcal-filho-cobra-explicacoes-sobre-recursos-do-fip-cancelados-em-dourados> > Acesso em: 10 de jul. 2021.

MARSCHNER, W. R. Os dias de demônio: As representações de espaço na obra de Roberto Gomes e na memória social das lutas camponesas do Paraná. In: SOUZA, A. D. O., et al. **Transfazer o espaço - ensaios de como a literatura vira espaço**. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

MARTEL, Frédéric. **Mainstream: a guerra global das mídias e das culturas**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos**. 3 v. São Paulo: Edições Sociais, 1977.

MELLO, João M. C. de M., NOVAIS, Fernando, A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, Fernando A., SCHWARCZ, Lilia M. **História da Vida Privada no Brasil**. vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MELO, Karine. Pela 1ª vez, campanha eleitoral não terá financiamento de empresas. **Agência Brasil**, Brasília, 10 de jun. 2018. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-06/pela-1a-vez-campanha-eleitoral-nao-tera-financiamento-de-empresa> >. Acesso em: 03 de jun. 2020.

MENEGAT, Alzira Salete; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de; MARSCHNER, Walter Roberto (ORGS.). **Saberes em construção: experiências coletivas de sem terra e a Universidade Federal da Grande Dourados**. Dourados, MS: Editora UFGD, 2009.

MORENO, Ana Carolina. Governo interveio em 6 de 12 nomeações de reitores de universidades federais até agosto. **Portal G1**, 31 de ago. 2019. Disponível em: < <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/08/31/governo-interveio-em-6-de-12-nomeacoes-de-reitores-de-universidades-federais-ate-agosto.ghtml> > . Acessado em: 18 de jul. 2021.

MORESI, Eduardo et al. **Metodologia da pesquisa**. Brasília: Universidade Católica de Brasília, v. 108, n. 24, p. 5, 2003.

NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. **Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto: Os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943-1960)**. Dourados: UFGD, 2014.

NEPOMUCENO, Rosa. **Da roça ao rodeio**. São Paulo: Editora 34, 1999.

OLIVEIRA, Luciana de; TOOGE, Rikardy. Número de agrotóxicos registrados em 2019 é o maior da série histórica; 94,5% são genéricos, diz governo. **Portal G1**. 28 dez. 2019. Disponível em: < <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/12/28/numero-de-agrotoxicos-registrados-em-2019-e-o-maior-da-serie-historica-945percent-sao-genericos-diz-governo.ghtml> >. Acesso em: 28 mai. 2020.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. A colonização do Estado Novo em Mato Grosso, 1937-1945: o discurso e a história. **Fronteiras: revista de História**. Campo Grande: Ed. UFMS, v.1 n. 2. (jul - dez), 1997.

PEREIRA, Eliane M. C. Manso. O Estado Novo e a Marcha para o Oeste. **História Revista** 02 (1), 1997.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista econômica do Nordeste**, v. 40, n. 3, p. 411-424, 2009.

POR QUE a globo criou a campanha “agro é tech, agro é pop”. **Start Agro**, 05 de abr. 2017. Disponível em: < <https://startagro.agr.br/por-que-o-agronegocio-precisa-de-uma-comunicacao-moderna/> >. Acesso em: 10 de jul. 2020.

Portal Prefeitura de Dourados. 2020. Síntese Histórica. Disponível em: <<http://www.dourados.ms.gov.br/index.php/sintese-historica/>>. Acesso em: 07 de mar. 2020.

Portal UFGD. 2021. Histórico da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Disponível em: < <https://www.ufgd.edu.br/reitoria/ufgd/historico> >. Acesso em: 09 de jul. 2021.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

Prefeitura designou à classe artística de Dourados mais de R\$ 800 mil da Lei Adir Blanc. **Notícias Prefeitura de Dourados**, 25 de nov. 2020. Disponível em: < <https://www.dourados.ms.gov.br/index.php/prefeitura-designou-a-classe-artistica-de-dourados-mais-de-r-800-mil-da-lei-adir-blanc/> >. Acesso em: 05 de ago. 2021.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clasco, 2005.

RANKING da revista inglesa THE classifica a UFGD entre as melhores universidades da América Latina. Portal UFGD, 16 de julho. 2021. Disponível em: < <https://portal.ufgd.edu.br/noticias/ranking-da-revista-inglesa-the-classifica-a-ufgd-entre-as-melhores-universidades-da-america-latina> >. Acesso em: 09 de jul. 2021.

REQUENA, Brian Henrique de Assis Fuentes. **A universidade do sertão: o novo retrato cultural da música sertaneja**. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste. A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil**. 2vol. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1942.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste. A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil**. 2vols. 4 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1970.

ROSSI, Rafael; ALBUQUERQUE DE VARGAS, Icléia. Ideologia e Educação: Para a Crítica do Programa Agrinho. **Revista NERA**, v. 20, n. 40, 2017.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais entre o possível e o impossível. **O público e o privado**, v. 5, n. 9 jan. jun, p. 33-47, 2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Universidades, cultura e políticas culturais. **Revista de Educação Popular**, p. 6-17, 2019.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Singularidades da formação em organização da cultura no Brasil. **Revista Organicom**, ano 7, n. 13, 2010, p. 36-48.

SANTOS, Vivência Deusdete Gomes dos. **A contribuição da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND no processo de ocupação e desenvolvimento do Mato Grosso do Sul**

Meridional. Monografia (Especialização em Geografia). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados. 2000.

SAYURI, Juliana. Bolsonaro já interveio em metade das universidades federais que tiveram eleições para a reitoria. **The Intercept Brasil**. 04 de out. de 2019. Disponível: < <https://theintercept.com/2019/10/02/bolsonaro-universidades-reitores/>>. Acesso em: 31 de mai. de 2020.

SCHLESENER, A. H. **Hegemonia e Cultura: Gramsci** (3a. Edição Revisada). 3a. ed. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

_____. Políticas públicas, estado e educação: notas a partir dos escritos de Gramsci. **movimento-revista de educação**, n. 5, 2016.

SILVA, Thays Nogueira Da. **Produtoras culturais: um estudo sobre a participação das mulheres na produção cultural brasileira**. 2020. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS. 2020.

SOUZA, Walter de. **Moda inviolada: uma história da música caipira**. São Paulo: Quiron Livros, 2005.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária do Brasil: o debate na década de 2000**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

UFGD tem R\$ 265 mil em projetos aprovados pelo FIC. O Progresso Digital. 17 de agosto. 2016. Disponível em: < <https://www.progresso.com.br/variedades/bebes-e-criancas/ufgd-tem-r-265-mil-em-projetos-aprovados-pelo-fundo-de-investimentos-culturais/210520/>>. Acesso em: 10 de jul. 2021.

UFGD, Universidade Federal da Grande Dourados. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2017**. Dourados: UFGD, 2020. Disponível em: < <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/PDI-2013-2020/PDI%20Vers%C3%A3o%20Final/PDI%20UFGD%202013-2017%20-%20COMPLETO.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2021.

VELLOSO, M. Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: Gomes, Â. M. C., Velloso, M. P., & Oliveira, L. L. (1982). **Estado Novo: ideologia e poder**. Zahar, 1982.

VILLAS BÔAS, Rafael Litvin. Novo ciclo de modernização conservadora: Indústria cultural e reconfiguração da Hegemonia. **REBELA**, Florianópolis, v. 1, n. 3, p. 152-179, fev. 2012.

VINHAIS, Henrique Eduardo Ferreira. **Estudo sobre o impacto da expansão das universidades federais no Brasil**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

WILLIAMS, R. Base and superstructure in marxist cultural theory. **New Left Review**, v. 1, n. 82, p. 3-16, Nov./Dec. 1973.

_____. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Marxismo e literatura**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

ZOTI, João Carlos. **O Grupo Escolar Moura Andrade: um estudo histórico acerca da institucionalização de ensino em Nova Andradina (1958-1974)**. Universidade Federal da

Grande Dourados, 2017.

ZORZATO, Osvaldo. **Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)**. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo. 1998.

ANEXO A – Questionário para entrevista dos Representantes da UFGD - Coordenadoria de Cultura.

1. Como você enxerga o cenário da produção cultural em Dourados?
2. Qual papel você acha que a Universidade deve exercer dentro do cenário da produção cultural de Dourados?
3. Como você entende a atuação da UFGD em relação as políticas públicas na área da cultura?
4. Quais eram os principais objetivos que almejou alcançar enquanto atuou pela Coordenadoria de Cultura da UFGD?
5. Quais foram os principais desafios que enfrentou para conseguir alcançar esses objetivos?
6. Você sente que a Universidade afetou de alguma maneira o cenário da Produção Cultural em Dourados?
7. Na sua concepção, além da UFGD, quais outros agentes sociais, coletivos ou individuais, exercem influência sobre a produção cultural de Dourados?
8. Na sua opinião, e levando em conta sua experiência como gestor dentro da instituição, as ações da universidade dentro do campo das ações culturais conseguiram acessar de alguma maneira a classe trabalhadora, camponeses, indígenas e/ou jovens em vulnerabilidade social?
9. Dentre as ações culturais que a universidade incentivou ou produziu, você entende que de alguma forma elas apresentaram perspectivas emancipatórias que vislumbrem alguma mudança na realidade da desigualdade social, interétnica ou de gênero?
10. Por estarmos em um estado com predominância econômica do setor do agronegócio e da monocultura, você entende que essa monocultura produtiva leva a sociedade a uma monocultura também na área cultural?

ANEXO B - Questionário para entrevista dos Representantes da UFGD - Artes Cênicas.

1. Como você enxerga o cenário da produção cultural em Dourados?
2. Qual papel você acha que a Universidade deve exercer dentro do cenário da produção cultural de Dourados?
3. Como você entende a atuação da UFGD em relação as políticas públicas na área da cultura?
4. Quais eram os principais objetivos esperados com a criação do curso de Artes Cênicas?
5. Na sua concepção, além da UFGD, quais outros agentes, coletivos ou individuais, exercem influência sobre a produção cultural de Dourados?
6. Quais foram os principais desafios que o curso enfrentou para conseguir alcançar esses objetivos?
7. Você sente que o Curso de Artes Cênicas afetou de alguma maneira o cenário da Produção Cultural em Dourados?
8. Na sua opinião a criação do Curso de Artes Cênicas ou as ações de ensino, pesquisa e extensão oferecidas por ele conseguiram acessar de alguma maneira a classe trabalhadora, camponeses, indígenas e/ou jovens em vulnerabilidade social?
9. Dentre as ações culturais que a universidade incentivou ou produziu, você entende que de alguma forma elas apresentaram perspectivas emancipatórias que vislumbrem alguma mudança na realidade da desigualdade social, interétnica ou de gênero?
10. Por estarmos em um estado com predominância econômica do setor do agronegócio e da monocultura, você entende que essa monocultura produtiva leva a sociedade a uma monocultura também na área cultural?

ANEXO C – Questionário online para Trabalhadores da Cultura

Pesquisa com Trabalhadores da Cultura em Dourados/MS

Olá, meu nome é Bruno Augusto, sou aluno do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Sociologia da UFGD e este formulário é parte da minha dissertação, até aqui intitulada "Deus e o diabo na terra da soja: Um recorte sobre as relações hegemônicas e suas fissuras, na produção cultural de Dourados/MS", que pretende identificar alguns dos agentes sociais que atuam e influenciam no cenário da produção artístico-cultural em Dourados/MS. Portanto este questionário tem por finalidade diagnosticar algumas das reverberações dessa atuação com base na percepção dos trabalhadores da área da cultura em relação a suas experiências em Dourados/MS, tendo como foco as políticas públicas culturais, principalmente as ações adotadas pela Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD. Dessa forma, convido à colaborar com o referido trabalho todas e todos o(a)s artistas, produtor(a)s culturais e técnico(a)s que participam ou já participaram das produções culturais douradenses até o ano de 2018.

*Obrigatório

1. Nome Completo *

2. E-mail *

Atuação
cultural em
Dourados/MS

A presente pesquisa pretende ouvir os trabalhadores da cultura sobre o período em que atuaram na cidade de Dourados/MS. Desde sua área de atuação, perfil pessoal e sua percepção sobre o cenário da produção cultural local, às políticas públicas que possa ter acessado enquanto atuaram no município. Todas as questões a seguir se referem ao espaço de tempo limitado até o ano de 2018. O período de 2018 até os dias atuais não será considerado por essa pesquisa por se tratar de um regime de exceção antidemocrática vivido pela UFGD, através da intervenção federal e o não respeito a autonomia universitária.

3. 1. Idade *

Marcar apenas uma oval.

- 15 a 19 anos
- 20 a 24 anos
- 25 a 29 anos
- 30 a 34 anos
- 35 a 39 anos
- 40 a 44 anos
- 45 a 49 anos
- 50 a 54 anos
- mais de 55 anos

4. 2. Grau de Escolaridade *

Marcar apenas uma oval.

- Não Alfabetizada(o)
- Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Ensino Superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: _____

5. 3. Em quais áreas culturais você atuou em Dourados? *

Marque todas que se aplicam.

- Artesanato
- Artes Visuais (Pintura, Desenho, Ilustração, Grafite, Fotografia e etc.)
- Audiovisual
- Circo
- Dança
- Literatura
- Música
- Teatro

Outro: _____

6. 4. Qual/quais função/funções exerceu dentro das produções culturais realizadas em Dourados? *

Marque todas que se aplicam.

- Produtor(a) Cultural
- Artista
- Equipe Técnica (Direção, Iluminação, Figurino, Sonorização e etc.)

Outro: _____

7. 5. O trabalho na área da cultura foi sua principal fonte de renda em Dourados? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, é minha única fonte de renda
- Sim, mas tenho outras fontes de renda
- Não, tenho outras fontes de renda
- Outro: _____

8. 6. Qual a principal fonte dos recursos investidos nas produções culturais das quais você participou em Dourados? *

Marcar apenas uma oval.

- Recursos próprios
- Recursos Públicos (Editais, Patrocínios e Investimentos Públicos)
- Recursos Privados (Editais, Patrocínios e Investimentos de empresas privadas)
- Outro: _____

9. 7. Por quanto tempo atuou como trabalhador na área da cultura em Dourados? *

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 1 ano
- De 1 a 5 anos
- De 5 a 10 anos
- De 10 a 15 anos
- Mais de 15 anos
- Não atuei em Dourados nesse período

10. 8. Possui ou já possuiu algum vínculo com a UFGD? *

Marque todas que se aplicam.

- Aluno Graduação
- Aluno Pós-Graduação
- Professor
- Técnico Administrativo
- Nenhum

Outro: _____

11. 9. Levando em consideração sua percepção, avalie o grau de contribuição das ações e projetos da UFGD no cenário da produção cultural em Dourados, sobre os seguintes aspectos: *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Não contribuiu	Pouca	Razoável	Grande	Imprescindível	Não sei opinar
Incentivo Direto (Editais de fomento, premiações, bolsas e demais recursos)	<input type="radio"/>					
Formação (Graduação, Pós-Graduação, oficinas, workshops, palestras e etc.)	<input type="radio"/>					
Eventos Culturais (Shows, Festivais, Mostras, Feiras e demais ações)	<input type="radio"/>					
Oferta de espaços, equipamentos e suporte técnico	<input type="radio"/>					
Dialogo com a classe artística e trabalhadores da cultura	<input type="radio"/>					
Parcerias (com instituições públicas e privadas)	<input type="radio"/>					

15. 13. Recebeu incentivo da iniciativa privada durante sua atuação em Dourados? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

16. 14. Caso tenha recebido incentivo privado nesse período, de qual dos setores a seguir veio a maior parte do recurso? *

Marcar apenas uma oval.

Agronegócio

Indústria

Comércio

Instituições Bancárias

Não recebi

Outro: _____

17. 15. Dentre os setores privados a seguir, de qual/quais deles você NÃO aceitaria investimento? *

Marque todas que se aplicam.

Agronegócio

Indústria

Comércio

Instituições Bancárias

Não teria restrições com nenhum deles

18. 16. Caso tenha alguma restrição com um ou mais seguimentos da questão anterior, tem opção de justificar sua resposta abaixo:

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários